

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**BERNARDO VAZ DE MACEDO**

**CONHECIMENTO, NATUREZA E SOCIEDADE NO CAMPO AMBIENTAL DE  
MINAS GERAIS: UM ESTUDO COM AMBIENTALISTAS E TÉCNICOS DE  
ÓRGÃOS ESTATAIS DE MEIO AMBIENTE**

**Belo Horizonte**

**2012**

**Bernardo Vaz de Macedo**

**CONHECIMENTO, NATUREZA E SOCIEDADE NO CAMPO AMBIENTAL DE  
MINAS GERAIS: UM ESTUDO COM AMBIENTALISTAS E TÉCNICOS DE  
ÓRGÃOS ESTATAIS DE MEIO AMBIENTE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri

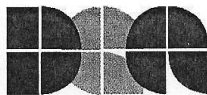
Belo Horizonte

2012

301 Vaz de Macedo, Bernardo  
V393c Conhecimento, natureza e sociedade no campo ambiental de Minas Gerais  
2012 [manuscrito] : um estudo com ambientalistas e técnicos de órgãos estatais de  
meio ambiente / Bernardo Vaz de Macedo. – 2012.  
150 f.

Orientadora: Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sociologia – Teses. 2. Ambientalismo – Teses. 3. Justiça ambiental – Teses.  
4. Representações sociais – Teses. 5. Minas Gerais – Meio ambiente – Teses. I.  
Zhouri, Andréa. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Departamento de Sociologia  
e Antropologia - UFMG

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE**

**BERNARDO VAZ DE MACEDO**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de fevereiro de 2012 (dois mil e doze) reuniu-se a Banca Examinadora da dissertação de mestrado, intitulada "**Conhecimento, Natureza e Sociedade no Campo Ambiental de Minas Gerais: um estudo com ambientalistas e técnicos de órgãos estatais de meio ambiente**".

A banca foi composta pelos professores doutores **Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri** (Orientadora - SOA-UFMG), **Júri Yuriy Castelfranchi** (SOA-UFMG) e **Eder Jurandir Carneiro** (UFSJ). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela

Aprovação  (X)

Aprovação com recomendações ( )


Reprovação ( )

da dissertação.

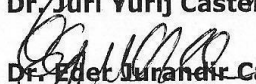
Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2012.

**Banca Examinadora:**

  
**Profa. Dra. Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri**

  
**Prof. Dr. Júri Yuriy Castelfranchi**

  
**Prof. Dr. Eder Jurandir Carneiro**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço às pessoas com as quais tive a oportunidade de realizar entrevistas ou cujas entrevistas pude analisar. Foram todos muito atenciosos.

Agradeço à Andréa Zhouri. É um privilégio ter a oportunidade de seguir a sua orientação.

Ao Yuriy Castelfranchi, que, desde antes de eu ingressar no Mestrado, apresentou uma abordagem com a qual me identifiquei. Teve uma participação importante no exame de qualificação e agora, na banca de defesa.

Ao Klemens Laschefski, pela importante participação no exame de qualificação.

Ao Eder Carneiro, pela disponibilidade em participar da banca de defesa.

Ao Silvio Salej, atual coordenador do Programa de Pós-graduação em Sociologia.

À Darci Motta, pela revisão de texto.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão da bolsa.

## RESUMO

Esta dissertação consiste em um estudo sobre o campo ambiental de Minas Gerais e as representações de natureza incorporadas na prática de sujeitos que o compõem. O objetivo foi analisar como esses sujeitos tratam o conhecimento, buscando compreender a maneira como eles produzem e articulam significados de “o ambiental” e identificar onde tensões no âmbito do conhecimento podem, potencialmente, gerar conflitos sobre as condições naturais. Para tal, foram resgatadas e analisadas entrevistas mistas (histórias de vida e entrevistas temáticas) realizadas por outros pesquisadores entre os anos de 2002 e 2005 com ambientalistas mineiros, atuantes na academia, em órgãos ambientais estatais ou em organizações não governamentais ambientalistas. Outro objetivo foi compreender a cultura organizacional e as representações de natureza que mais se destacam na atuação de profissionais de órgãos componentes do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais (SISEMA/MG) e como essa atuação se insere num contexto mais amplo de conflitos sobre o mundo natural. Para isso, foram realizadas e analisadas, em 2011, entrevistas em profundidade com analistas ambientais de áreas variadas, funcionários efetivos desses órgãos. Foram identificadas e discutidas três correntes de ambientalismo que se encontram em disputa por uma representação legítima de natureza em Minas. A corrente ortodoxa, e atualmente hegemônica, do desenvolvimento sustentável, baseada no paradigma da modernização ecológica, prescreve uma conciliação entre interesses de desenvolvimento econômico e de proteção da natureza, com uma prática de negociação e diálogo e de busca de consensos e uma supervalorização do conhecimento técnico-científico em detrimento de outras formas de conhecimentos e saberes. Outra corrente, também inserida no mesmo paradigma, é a de defesa da vida silvestre, que, da mesma forma que a ortodoxa, contribui para certa despolitização do debate ambiental, tendendo a identificar o meio ambiente com uma dimensão estritamente natural e a natureza como realidade externa e separada da dimensão social. A terceira corrente, contra-hegemônica e heterodoxa, é a dos movimentos por justiça ambiental, que problematiza a ideologia do desenvolvimento sustentável, reconhecendo a existência de formas diversas de conhecimentos, significação e interação com as condições naturais, assim como tensões e processos de hierarquização e exclusão entre sujeitos. Conclui-se também que, recentemente, foi reforçada nos órgãos do SISEMA/MG uma cultura ou visão naturalizadora, que, identificando o ambiental com a dimensão exclusivamente físico-biótica, invisibiliza ou nega a dimensão humana e social dos processos de ocupação do espaço. Em procedimentos de licenciamento ambiental, essa cultura afasta a política ambiental de uma reflexão sobre a viabilidade socioambiental de empreendimentos de desenvolvimento e de uma consideração dos projetos alternativos de sociedade. Constatou-se, também, que reformas recentes na estrutura do SISEMA, como a sua descentralização, acentuaram a incorporação de uma lógica de mitigação e compensação e dos pressupostos da modernização ecológica na prática de seus órgãos, reforçando a exclusão de formas alternativas de vida social pela imposição de projetos de desenvolvimento econômico capitalista, tidos como inevitáveis.

**Palavras-chave:** Representações sociais de natureza. Conflitos ambientais. Modernização ecológica. Justiça ambiental. Campo ambiental de Minas Gerais.

## ABSTRACT

### **Knowledge, nature and society in the environmental field of Minas Gerais: a study with environmentalists and technicians of environmental state agencies**

This dissertation consists of a study about the environmental field of Minas Gerais and the representations of nature incorporated in the practice of subjects that compose this field. The objectives were to analyze and understand how these subjects treat knowledge and produce and articulate environmental meanings and to identify where tensions in knowledge may potentially result in conflicts over natural resources. Mixed interviews (life histories and thematic interviews) undertaken by other researchers between 2002 and 2005 with environmentalists working, for example, in academia, public environmental agencies or environmental NGOs were analyzed. Another objective was to understand the organizational culture and the representations of nature that most evidently appear in the practice of professionals of agencies of the State System for the Environment of Minas Gerais (SISEMA/MG) and how this practice may be embedded in a broader context of conflicts over the natural world. For this objective, focused interviews were undertaken and analyzed in 2011 with environmental analysts of various areas that work in such agencies. Three possible environmental paradigms or perspectives that may be in a situation of dispute over a legitimate representation of nature in Minas Gerais were identified and discussed. The currently hegemonic and orthodox perspective of sustainable development based in the ecological modernization paradigm prescribes that economic development interests and those of nature protection be reconciled, through the practice of negotiations, dialogs and consensus building and the overvaluation of technical knowledge to the detriment of other forms of knowledge. The perspective, inscribed in the ecological modernization paradigm, that defends the protection of wildlife would also be contributing to depoliticize the environmental debate, identifying the environment with a strictly natural dimension and nature as an external entity and separate from a social dimension. The heterodox and anti-hegemonic perspective represented by the environmental justice movements forwards a critique of the sustainable development paradigm, recognizing the existence of diverse forms of knowledge and modes of meaning and interaction with the natural world and tensions and hierarchization and exclusion processes between subjects. It is also concluded that there has recently been a tendency to reinforce in the SISEMA/MG agencies a culture or perspective that identifies the environment with a strictly physical-biotic dimension, resulting in the invisibilization or negation of human and social dimensions associated with nature occupation processes. In environmental licensing procedures, such culture tends to distance environmental policy from debating about the socio-environmental viability of development projects and from considering alternative projects of society. Recent reforms in the structure of the SISEMA agencies, such as their decentralization process, also seem to have accentuated the incorporation in the practice of these agencies of a mitigation and compensation logic and of the ecological modernization assumptions, reinforcing the exclusion of alternative forms of social life through the imposition of capitalist economic development projects, seen as inevitable.

**Keywords:** Social representations of nature. Environmental conflicts. Ecological Modernization. Environmental Justice. Environmental field of Minas Gerais.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACELN - Associação Cultural e Ecológica Lagoa do Nado  
ACESITA - Companhia Aços Especiais Itabira  
ADEFLORA - Associação de Defesa da Flora e da Fauna  
ALCAN - Alcan Alumínio do Brasil Ltda  
AMDA - Associação Mineira de Defesa do Ambiente  
APA-SUL - Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte  
CAA-NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas  
CBH - Comitê de Bacia Hidrográfica  
CCN - Centro para a Conservação da Natureza  
CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social  
CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva  
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais  
CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
CETEC - Centro Tecnológico de Minas Gerais  
CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental  
CGFAI – Comitê Gestor de Fiscalização Ambiental Integrada  
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente Desenvolvimento  
CNR – Câmara Normativa e Recursal  
CODEMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental  
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
DDCF - Diretoria de Desenvolvimento e Conservação Florestal (IEF/MG)  
DTMA - Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente  
EIA - Estudo de Impacto Ambiental  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAFICH/UFMG – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG  
FBCN - Fundação Brasileira de Conservação da Natureza  
FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente  
FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente



FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
FJP – Fundação João Pinheiro  
FSC - Forest Stewardship Council  
FUNATURA - Fundação Pró-Natureza  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IEF – Instituto Estadual de Florestas (MG)  
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LI – Licença de Instalação  
LO – Licença de Operação  
LP – Licença Prévia  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
NGA - Núcleo de Gestão Ambiental  
NOBH - Núcleo Operacional de Florestas, Pesca e Biodiversidade  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAS - Plano de Assistência Social/Barragem  
PCH – Pequena Central Hidrelétrica  
PHO/FAFICH – Programa de História Oral da FAFICH/UFMG  
PV-MG - Partido Verde de Minas Gerais  
REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
SECTMA - Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente  
SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social  
SEI – Southern Energy International  
SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente  
SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SMA - Superintendência de Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUPRAM – Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

TAC - Termos de Ajustamento de Conduta

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei

UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

URC – Unidade Regional Colegiada

USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 Pressupostos teórico-metodológicos .....	15
<b>2 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL EM MINAS GERAIS.....</b>	<b>22</b>
2.1 A esfera institucionalizada .....	22
2.1.1 Descentralização da política ambiental no Estado .....	25
2.1.2 O COPAM: espaço comunicativo e democrático ou conflitivo e oligárquico? .....	29
2.2 A atuação de atores coletivos .....	32
2.3 Paradigmas ambientais em disputa: as noções de doxa, ortodoxia e heterodoxia.....	41
<b>3 UM AMBIENTALISMO ORTODOXO.....</b>	<b>44</b>
3.1 Uma abordagem de consenso e de unicidade de perspectivas .....	46
3.2 O paradigma da modernização ecológica .....	56
3.3 O conhecimento técnico-científico como único conhecimento válido .....	64
<b>4 UMA NATUREZA SEM GENTE?.....</b>	<b>74</b>
4.1 Natureza e sociedade: separação ou unidade?.....	79
<b>5 UMA HETERODOXIA NO DEBATE AMBIENTAL.....</b>	<b>85</b>
5.1 Uma abordagem de conflito e de diversidade de perspectivas .....	87
5.2 Conhecimento técnico-científico como capital específico do campo ambiental.....	100
5.3 Relações entre conhecimento técnico-científico e conhecimentos tradicionais .....	103
<b>6 A ATIVIDADE DO ESTADO E REPRESENTAÇÕES ESTATAIS DE NATUREZA: O SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (SISEMA/MG) .....</b>	<b>108</b>
6.1 O ambiental “e” o social .....	113
6.2 Atuações ambíguas: conservar, resistir “e/ou” desenvolver?.....	124
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O campo ambiental atual, como se pretende aqui refletir, encontra-se caracterizado por uma variedade de agentes que acionam diferentes discursos, concepções, atitudes, projetos e formas de interação com o ambiente natural. Na área de estudos sobre os conflitos ambientais, tais concepções e discursos são vistos como sendo fortemente contestados em disputas simbólicas e lutas por sentidos culturais em torno das categorias de legitimação das práticas ligadas aos recursos ambientais. A essa dimensão simbólica, à qual relaciono a dimensão do conhecimento, Acsehrad (2004; 2004a) acrescenta o espaço de apropriação material como outra dimensão, entrelaçada à primeira, constitutiva dos conflitos ambientais, onde se definem as relações de poder nas sociedades, podendo os conflitos se configurarem por meio de uma luta direta no espaço de distribuição do poder sobre a base material.

Ao consentir a existência de disputas em torno da referida dimensão simbólica, representacional, associada às condições de apropriação da base natural, material, o objetivo deste estudo é analisar como os sujeitos que compõem o campo ambiental de Minas Gerais tratam o conhecimento, buscando identificar, interpretar e compreender a maneira como eles produzem e articulam sentidos e significados d’“o ambiental”.

Buscar-se-á identificar tensões no âmbito do conhecimento, ou seja, como as formas diversas de significação de meio ambiente podem estar em confronto, se contrapor e, de fato, disputar legitimidade como representação válida sobre a natureza, evidenciando onde essas tensões podem, potencialmente, gerar conflitos sobre as condições naturais.

Para tal, foram analisadas entrevistas realizadas com ambientalistas mineiros que desempenharam (ou ainda desempenham) papel marcante na constituição de um campo ambiental em Minas, seja atuando na academia, em órgãos ambientais estatais ou em organizações não governamentais voltadas, por exemplo, para a conservação da natureza ou para a assistência a pessoas afetadas por empreendimentos de desenvolvimento. As referidas entrevistas, realizadas entre os anos de 2002 e 2005, constituem o acervo do Programa de História Oral da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG) e foram resgatadas como material empírico para este estudo.

Com o objetivo específico de compreender a cultura organizacional e as representações de natureza que mais se destacam na atuação dos órgãos ambientais que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) e como essa atuação se insere num contexto mais amplo de conflitos sobre as condições naturais, foram realizadas e

analisadas, no ano de 2011, entrevistas com analistas e gestores ambientais, de áreas variadas, integrantes do quadro de servidores efetivos da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM/MG) e do Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG). Esses sujeitos podem ser vistos como desempenhando papel relevante em decisões de políticas ambientais e na cultura institucional de tais órgãos, seja reproduzindo um *ethos* institucional ou refletindo criticamente sobre ele.

A busca desse objetivo nos remete às considerações de Diegues (2000) sobre a predominância de uma visão naturalizadora (representada por cientistas naturais) nos órgãos governamentais ambientais e sobre o papel fundamental da biologia da conservação na definição dos modelos atuais de conservação da natureza.

Uma hipótese é que, além da predominância de um discurso conservacionista naturalizador, há, nos órgãos governamentais ambientais de Minas Gerais, uma tendência à separação entre a dimensão estritamente ambiental (técnica) e a dimensão humana, social. Sendo assim, consideram como competência sua apenas a análise de processos físico-bióticos, o que acarreta consequências em sua prática e atuação, como, por exemplo, a exclusão de formas diversas de significação d’“o ambiental” e de interação com o mundo natural.

Considerando os objetivos apresentados acima, a noção de *campo*, proposta por Bourdieu (2010), configura-se como um interessante referencial teórico para este estudo. A noção de *campo* permite a representação do mundo social como campo de forças, um conjunto de relações de forças objetivas que estruturam as dinâmicas entre os agentes que constituem determinado campo. As diferentes espécies de poder ou de capital dos diferentes campos constituem propriedades atuantes, princípios de diferenciação ou de distribuição considerados na construção do espaço social, que conferem a seus detentores, em dado momento, força ou poder sobre esse universo social e definem as suas probabilidades de ganho (BOURDIEU, 2010, p. 133). Em todo campo se opõem dominantes e dominados, com forças mais ou menos desiguais, segundo a estrutura da distribuição do capital no campo (BOURDIEU, 1983, p. 136).

Nas lutas simbólicas que têm lugar em um campo, está em jogo o poder de produção e imposição de uma visão e um sentido legítimos do mundo natural e social; uma luta pelo monopólio da violência simbólica legítima, da expressão legítima como imposição oficial da verdade da realidade social, com vistas à conservação ou à transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas (BOURDIEU, 2010, p. 12, 52, 72, 113, 124, 140, 146, 155).

A partir de uma perspectiva relacional, que apreende os espaços sociais na forma de distribuições de propriedades entre indivíduos, os agentes e grupos de agentes detêm um poder proporcional ao seu capital, a partir do qual são objetivamente definidas as suas posições relativas nesse espaço; às diferentes posições no campo são associadas diferentes representações e estratégias discursivas. A apreensão das estruturas objetivas (uma topologia das posições) permite, assim, explicar o pormenor dos discursos e das estratégias retóricas, na correlação entre as tomadas de posição na luta simbólica e as posições ocupadas no campo, ou seja, considerando as condições sociais de sua produção e enunciação (BOURDIEU, 2010, p. 29, 57, 133, 145, 156, 180).

É recorrendo a essas noções, a partir de uma perspectiva de conflito, que Carneiro (2005) e Zhouri *et al* (2005) procuram compreender o *campo ambiental*. Observando que a especialidade técnica, ou conhecimento técnico-científico, se tornou o “capital específico” desse campo, esses autores apontam que o debate ambiental é marcado por dinâmicas hierárquicas de poder e exclusão, em que formas diversas de significação e apropriação do ambiente natural adquirem diferentes pesos ou forças nas disputas simbólicas pela validação de uma expressão legítima da realidade social e ambiental.

Já autores como Viola e Leis (1995; 1998) e Ferreira (1999), por exemplo, parecem não reconhecer, nas questões ambientais, processos de hierarquização ou exclusão entre sujeitos distribuídos diferenciadamente em um campo de forças. Portanto, não fazem referência a embates entre racionalidades distintas sobre o que seja meio ambiente ou entre projetos diversos de sociedade; a definição do que constitui um problema ambiental apresenta-se, nos estudos desses autores, como supostamente acordada e comum. Viola e Leis (1995; 1998), assim como Ferreira (1999), muitas vezes assumindo proposições prescritivas, observam, nas discussões ambientais, uma orientação para a busca de consensos, de compatibilização entre interesses de desenvolvimento econômico e interesses ambientais, por meio de uma prática de diálogo, negociação e estabelecimento de acordos, em que um dos objetivos seria a superação das diversidades culturais (formas múltiplas de conceber e de agir junto ao ambiente natural) e não a sua manutenção.

Abordando a temática ambiental a partir do reconhecimento da existência de conflitos entre formas diversas de significação e de apropriação do espaço, será feito, nesta dissertação, um esforço de identificar, no campo ambiental mineiro, as concepções hegemônicas e concorrentes, os agentes que concorrem, aqueles que estão em posição de dominação, os pressupostos assumidos pelos agentes e os significados disputados.

A partir da análise das entrevistas disponíveis no acervo do Programa de História Oral da FAFICH/UFMG, foram identificadas e discutidas três correntes ou paradigmas gerais de ambientalismo incorporados pelos sujeitos entrevistados que trabalham com a temática ambiental em Minas Gerais. Primeiramente, são identificados elementos da corrente ambiental ortodoxa do desenvolvimento sustentável, atualmente hegemônica, baseada no paradigma da modernização ecológica. Essa corrente prescreve a conciliação entre interesses de desenvolvimento econômico capitalista e de proteção da natureza, com os agentes se envolvendo num mesmo campo de relações de aprendizado, numa prática de negociação e diálogo, bem como de busca de consensos, no sentido de um redirecionamento técnico de atividades econômicas, rumo a uma sustentabilidade. Há, nessa corrente, uma supervalorização do conhecimento técnico-científico em detrimento de outras formas de conhecimentos e saberes.

Uma segunda corrente, que considere inserida no paradigma da modernização ecológica, é aquela com uma abordagem conservacionista e naturalizadora diante da temática ambiental. Reduzindo o meio ambiente à dimensão estritamente natural ou como realidade externa e separada da dimensão social, humana, essa corrente, assim como a primeira, contribui para a despolitização do debate ambiental, negligenciando as dinâmicas de poder e opressão entre sujeitos com distintos modos de interação com o ambiente natural.

Por fim, foram encontrados elementos de uma corrente explicitamente contra-hegemônica e heterodoxa de ambientalismo, incorporada por sujeitos ligados ao que tem sido chamado de movimentos por justiça ambiental. Contestando os pressupostos da ideologia do desenvolvimento sustentável, esse ambientalismo reconhece tensões, embates e processos de hierarquização e exclusão entre uma diversidade de sujeitos e grupos com diferentes perspectivas culturais e modos de significação e interação com as condições naturais. Reconhecendo a existência de formas diversas de conhecimentos e saberes, os sujeitos que aderiram a essa corrente se caracterizam também por questionar o conhecimento técnico-científico - sem, contudo, negá-lo - como única perspectiva legítima e válida no campo ambiental, denunciando seu emprego para deslocar e destituir de sentido concepções diversas de meio ambiente.

No que se refere às entrevistas realizadas com os funcionários do SISEMA/MG, pode-se concluir que há uma orientação e uma cultura que permeia a prática de determinados agentes de que as atribuições dos órgãos desse Sistema devem se afastar da dimensão social e de conflito presentes nos processos de licenciamento de empreendimentos. Parece ter havido,

recentemente, um reforço nesses órgãos de uma cultura ou visão naturalizadora, que, a partir de tentativas de estabelecer uma separação na abordagem das dimensões social e físico-biótica, contribuem para reforçar o conhecimento técnico-científico como capital específico do campo ambiental. Essa identificação de “o ambiental” com uma dimensão exclusivamente físico-biótica, levando à invisibilização ou negação das pessoas afetadas por tais empreendimentos e ao apagamento de projetos diversos de sociedade, está associada à ideia, por parte dos referidos agentes, de que, entre as principais competências desses órgãos, está a garantia da execução de uma agenda de desenvolvimento econômico sustentável, por meio da concessão de licenças para empreendimentos sem uma avaliação efetiva sobre a viabilidade sócio-ambiental deles. É nesse contexto que se constatou também, a partir de reformas recentes na estrutura do SISEMA (como a sua descentralização), uma acentuação dos pressupostos da modernização ecológica na prática de seus órgãos.

Aqui, é importante esclarecer que uma das motivações para a realização deste estudo foi o estímulo propiciado pela experiência de realização do curso de mestrado em política ambiental e desenvolvimento na Universidade de Sussex, Inglaterra, em 2006 e 2007. A minha transição para a área de humanas foi decorrente da frustração com o curso de graduação em Ciências Biológicas, na UFMG, entre 1999 e 2003, em função da ausência de qualquer abordagem da dimensão humana e social. De volta ao Brasil, a linha de pesquisa “Meio ambiente e sociedade”, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, com uma abordagem de conflitos ambientais, me pareceu, nesse contexto e frente a minhas expectativas, bastante atraente.

### **1.1 Pressupostos teórico-metodológicos**

Nos anos de 1980, Carneiro (1990) examinou os processos de emergência e de transformação de organizações ecologistas que compunham o Movimento Ecológico de Belo Horizonte, procurando discernir os vínculos entre o surgimento dele e os fatores macroestruturais constituintes de um contexto sócio-histórico mais amplo (fatores econômico-ambientais, culturais e sociopolíticos). O autor articula, assim, uma abordagem sociológica - que enfatiza o papel de condicionantes sócio-históricos mais amplos - com uma interpretação “para dentro” - que focaliza os processos de constituição de uma identidade simbólica e da percepção dos atores sociais, de suas representações simbólicas (dimensão cultural) que informariam uma carência ecológica expressa pelos sujeitos ecologistas.



No presente trabalho, será explorado mais intensamente o que Carneiro (1990) denomina de interpretação “para dentro”, com foco nos processos de percepção dos sujeitos sociais, assim como sua produção de significados e sentidos d’o ambiental”. Por outro lado, o objetivo de estudar como a dimensão do conhecimento aparece e se insere em contextos mais amplos de conflito sobre as condições naturais possibilitou um olhar “de e para fora”, uma abertura para o exame de processos em um contexto social mais abrangente. Parece ser nesse sentido que Pereira de Queiroz (1988, p. 24, 40) observa que a técnica de histórias de vida (utilizada na realização das entrevistas analisadas neste estudo) se coloca “no ponto de intersecção das relações entre o que é exterior ao indivíduo [sujeito de pesquisa] e o que ele traz em seu íntimo” (p. 40). Permitindo buscar a coletividade, o grupo, a partir do indivíduo, essa técnica o encara como representante da coletividade, por meio do qual se revelam os traços dessa coletividade.

Este estudo foi empreendido combinando, além de uma revisão bibliográfica, a análise de dados secundários e a coleta e análise de dados a partir da realização de entrevistas em profundidade. Ambas as partes confluíram para o objetivo de compreender o campo ambiental de Minas Gerais e identificar, nos posicionamentos dos sujeitos que compreendem esse campo, tensões no âmbito do conhecimento e das relações sociedade e natureza.

Uma das partes consiste na análise de entrevistas mistas (histórias de vida e entrevistas temáticas) realizadas, a partir da metodologia de História Oral, com doze ambientalistas mineiros entre os anos de 2002 e 2005. As entrevistas, realizadas no âmbito do projeto “Vozes de Minas: ambientalistas, educadores e artistas”, desenvolvido pelo Programa de História Oral da FAFICH/UFMG, foram transcritas e estão disponíveis para o público no acervo desse Programa<sup>1</sup>.

Entre outros ambientalistas, foram entrevistados pelo referido projeto um agrônomo e geógrafo, atuante na ONG CAA (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas) e em instituições do Estado ligadas à distribuição de terras; um médico, professor universitário, membro-fundador da ONG Biodiversitas; uma bióloga, atuante em ONG conservacionistas; um cientista social que atuou na CPT (Comissão Pastoral da Terra), na ONG Campo Vale e em órgãos e projetos estatais ligados à distribuição da terra; um profissional com formação em História da América Latina, professor universitário, que atuou em projetos em comunidades rurais e na assessoria a comunidades atingidas por barragens; um dentista,

---

<sup>1</sup> As entrevistas com os ambientalistas mineiros foram coordenadas por Andréa Zhouri, professora no Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral>. Acesso em: 6 de novembro de 2010.

membro-fundador da entidade CCN (Centro para a Conservação da Natureza) e atuante na Fundação Zoobotânica; um padre, assessor do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); sujeitos sem formação acadêmica com atuação em comunidades locais (vinculados a organizações da Igreja Católica, como pastorais em cidades do interior de Minas Gerais, por exemplo). Alguns dos sujeitos entrevistados são figuras eminentes do campo ambiental mineiro, tais como Ângelo Machado, Hugo Werneck, Maria Dalce Ricas.

A seleção de sujeitos para a realização dessas entrevistas não se baseou em critérios de representatividade estatística (amostragem probabilística). A maioria dos entrevistados apresentava interesse pela natureza, mundo rural, plantas e animais, ou tinha vivido no interior, sobretudo na infância. No entanto, tinham diferentes percursos profissionais e posicionamentos diversos diante de temas como: significado e atuação do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COPAM), adoção de uma abordagem de conflito ou de consenso; separação entre as esferas social (homem) e ambiental (natureza) (ZHOURI *et al*, 2008).

O tema do conhecimento perpassa todas as entrevistas. Entre os assuntos abordados, além daqueles relacionados à história de vida pessoal, como infância e família, incluem-se barragens hidrelétricas, poluição, empresas, mineração, política ambiental, unidades de conservação, licenciamento ambiental, entre outros.

A pretensão deste estudo é explorar a variedade de posicionamentos e trajetórias profissionais oferecida pelo material encontrado no acervo de entrevistas do referido Programa de História Oral. A variedade de sujeitos que compõem o grupo de entrevistados e a variedade de temas abordados nas entrevistas ofereceu um material que permitiu, no contraponto entre os posicionamentos, a identificação e a análise de convergências e tensões entre os discursos. Portanto, tratando a dimensão do conhecimento como constitutiva da (e articulada à) dimensão do conflito, a análise destas entrevistas representou uma opção de sistematização das conceituações exploradas nesta dissertação, como as noções de *conflito ambiental* e de *conhecimento*.

Numa outra seção, esta dissertação analisa as entrevistas em profundidade realizadas em 2011 com analistas de meio ambiente de órgãos componentes do SISEMA/MG. A combinação da análise das entrevistas realizadas entre 2002 e 2005 e das realizadas em 2011 permitiu a identificação de algumas semelhanças e descontinuidades na prática dos sujeitos ambientalistas entre os dois períodos.

Entre setembro e dezembro de 2011, foram realizadas oito entrevistas com profissionais (servidores efetivos) de áreas variadas, tanto mais técnicas, como engenharia civil e ciências biológicas, quanto das ciências humanas, como direito e sociologia.

A seleção dos técnicos tomou como base uma amostragem intencional, não probabilística, levando em consideração o desempenho de funções que envolvessem o conhecimento. Dessa maneira, a seleção baseou-se, em parte, no julgamento pessoal sobre quais unidades de observação poderiam ser mais úteis e representativas, considerando os propósitos do estudo. O foco foi obtido por meio de amostragem bola de neve (por acúmulo) (BABBIE, 2004, p. 184), ou seja, cada entrevistado sugeria outras pessoas para serem entrevistadas.

Foram realizadas entrevistas com seis analistas ambientais da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) - alguns atuando em SUPRAM e outros na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) - e com dois analistas ambientais do Instituto Estadual de Florestas (IEF). Esses profissionais atuam, entre outros, na análise de estudos requeridos em procedimentos de licenciamento ambiental, em estudos de propostas de criação de Unidades de Conservação, na proposição de instrumentos de gestão ambiental. A atuação na área técnica dos órgãos de meio ambiente possibilitou analisar e compreender o lugar desempenhado pelo conhecimento na prática desses profissionais.

O tipo de entrevista conduzida se aproximou de uma combinação do que Thiollent (1980, apud HAGUETTE, 1987, p. 89) denomina de entrevista centrada (“focused interview”) - em que, a partir de hipóteses e certos temas, o entrevistador deixa o entrevistado descrever livremente a sua experiência pessoal a respeito do assunto investigado - com o tipo de entrevista que o mesmo autor denomina de entrevista não-diretiva, ou entrevista aprofundada - em que a conversação é iniciada a partir de um tema geral sem estruturação do problema por parte do investigador.

Para a realização e análise das entrevistas, foram identificados e selecionados alguns temas (dimensões de referência - categorias de análise) apontados como relevantes pela literatura: 1) concepção de meio ambiente exprimindo diversidade ou unicidade de perspectivas, 2) abordagem de conflito ou de consenso e 3) tratamento conferido ao conhecimento. Outros temas tratados de forma menos sistemática e que se relacionam com as três dimensões principais incluem, por exemplo, a articulação entre as dimensões ambiental e social e a postura político-ideológica assumida diante do modo de produção industrial capitalista e do desenvolvimento.

Os temas selecionados para a coleta dos dados das entrevistas foram tratados como referência, não sendo seguidos de maneira rígida e inflexível, o que poderia levar a uma excessiva influência do pesquisador no procedimento da entrevista. Forçar a entrevista (e o sujeito entrevistado) a uma rotina de perguntas, num formato rígido de pergunta-resposta, no qual se fica à espera da próxima pergunta, poderia causar interrupções e tolher a liberdade e a abertura do entrevistado para responder e contar a história, impedindo respostas completas. Guiando a entrevista pelas associações do sujeito entrevistado (seguindo a sua guia sobre o que falar, nos limites do interesse do estudo), as próprias respostas conduziram a subperguntas que não estavam pré-definidas no roteiro, ajustando a entrevista para desenvolvimentos não antecipados (como a solicitação de clarificações), seguindo cuidadosamente a fala do entrevistado (WEISS, 1994; HERMANOWICZ, 2002).

Os elementos do roteiro de entrevista foram tratados como estímulo, incitação inicial para o entrevistado, na condução da entrevista para os objetivos específicos do estudo, e não como forma de induzir o pensamento e opiniões (posicionamentos e julgamentos) do entrevistado em direção a uma ideia pré-concebida ou desejável pelo pesquisador.

Bourdieu (1998) chama atenção para a ideia de a interação entre o pesquisador e a pessoa submetida à observação ou à interrogação ser uma relação social, que ocorre sob a pressão de estruturas sociais objetivas, que exercem efeitos sobre os resultados obtidos. Na estrutura da relação de pesquisa estão inscritas distorções de todo tipo, como a maneira de apresentar a pesquisa, os estímulos dados ou recusados e a dissimetria social e cultural entre pesquisador e pesquisado. Elas devem ser reconhecidas e podem ser controladas quando se procura, por exemplo, medir a distância entre o sentido e a finalidade da pesquisa tal como percebidos e interpretados pelo sujeito pesquisado (entrando em seus pontos de vista, sentimentos e pensamentos) e a finalidade que o pesquisador tem em mente.

Como estratégia de análise das entrevistas, a referência foram as referidas categorias analíticas, que serviram como pontos de orientação, ofereceram elementos para identificação de dimensões e conceitos que poderiam ser trabalhados e recombinaados e, ainda, chamaram a atenção para questões relevantes para os objetivos específicos deste estudo, de modo a evitar uma leitura “perdida”, “por alto” ou sem orientação.

O fato de as categorias utilizadas na análise das entrevistas corresponderem, em grande medida, às categorias do referencial teórico escolhido ofereceu uma maior coerência entre teoria e análise, possibilitando cotejar as teorias com os dados empíricos, de forma a explorar a produção e reprodução de sentidos pelos agentes.

Dessa maneira, foi feito certo esforço para não deixar que as dimensões analíticas “sobrecarregassem” a análise, no sentido de condicioná-la totalmente. Tal esforço visou à abertura de um espaço para “deixar o texto falar”, com o pesquisador, até certo ponto, se “apagando”.

Atenção foi dada, assim, a como lidar com o aporte de conhecimento e com preconceitos prévios (questões de subjetividade, a dimensão pessoal) na análise e realização das entrevistas. Pereira de Queiroz (1983) menciona que, no recorte de temas durante o processo de análise de documentos transcritos, combinar a atitude de trazer as questões que interessam previamente definidas no projeto - procurando no conteúdo do texto as informações de que se necessita - com a atitude de levantar, a partir do documento, temas que não figuram no projeto, mas que, de repente, se avultam como importantes,

é o caminho que permite a leitura mais rica do documento, de tal forma que se extraia dele o máximo de informações, tanto a respeito das questões já formuladas pelo pesquisador no seu projeto, quanto no tocante às informações imprevistas que o texto pode veicular (p. 93).

Também foi levada em conta a possibilidade de haver, nas entrevistas, dimensões e conceitos não facilmente “capturáveis” pelas categorias de análise ou não abordados pela teoria, que pudessem contribuir para um melhor entendimento (ou um entendimento alternativo) da diversidade de discursos e atitudes ambientais ou mesmo sugerir expansão, redução, refinamento ou reconceitualização teóricos.

As dimensões identificadas nas entrevistas foram confrontadas com aquelas presentes no referencial teórico. Foram verificadas possíveis correspondências entre elementos identificados no discurso dos sujeitos entrevistados e tipologias e conceituações descritas no referencial teórico, como, por exemplo, a adequação ou não da inclusão do conservacionismo na vertente ambiental hegemônica da modernização ecológica, sugerida por Zhouri *et al* (2008).

Tomando a noção de *campo* proposta por Bourdieu (2010) como escolha analítica e metodológica, foi feito um esforço de identificação de possíveis relações entre a posição ocupada pelo sujeito entrevistado no campo ambiental (tratando essa posição como um *lugar de enunciação*) e sua percepção, julgamentos e maneiras de ver e de se colocar diante do tema abordado na entrevista. Procurando relacionar os temas com as características dos entrevistados, pode-se verificar, por exemplo, se determinados traços narrativos eram comuns entre entrevistados que ocupavam posições semelhantes no campo. Nesse sentido, Pereira de

Queiroz (1983, p. 100) sugere a interpretação dos temas abordados à luz das relações dos entrevistados com eles (por exemplo, relação profissional, relação afetiva, acidental, interessada ou desinteressada).

Esta dissertação está organizada em seis seções, incluindo esta introdução (seção 1), contendo também uma conclusão. A segunda seção, mais descritiva, é dedicada a um breve relato da história da formação do campo e da política ambiental em Minas Gerais. Na esfera institucionalizada, relata a constituição dos órgãos que hoje compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente e as reformas mais recentes, orientadas para uma descentralização dos processos de regularização ambiental no Estado. Também é considerada a formação e a atuação das ONG ambientalistas mineiras que contribuíram, ou ainda contribuem, nas dinâmicas desse campo. São apresentadas, também, algumas compreensões distintas sobre a atuação do COPAM/MG, ora retratada como essencialmente democrática e ora tendo evidenciados seus mecanismos de marginalização e exclusão.

Na terceira, quarta e quinta seções, é empreendida, em diálogo com autores que abordam a temática ambiental, a análise das entrevistas realizadas com ambientalistas mineiros entre 2002 e 2005. Tendo como referência as categorias selecionadas, são identificadas e discutidas três correntes ambientalistas que disputam uma representação legítima de natureza. Na seção 3, é abordado o paradigma da modernização ecológica; na 4, a corrente de defesa da vida silvestre; na 5, o movimento por justiça ambiental.

A seção 6 consiste em um esforço para compreender quais representações de natureza estão, atualmente, inscritas, incorporadas na prática dos profissionais que atuam nos órgãos componentes do SISEMA/MG, articulando essa compreensão com um contexto mais amplo de inserção do Estado nas lutas pela apropriação simbólica e material do ambiente natural.

## **2 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL EM MINAS GERAIS**

### **2.1 A esfera institucionalizada**

A conferência da ONU sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, desencadeou a institucionalização do meio ambiente no Brasil e no mundo. No ano seguinte, o governo brasileiro, embora se pronunciando contra a crescente demanda por controles ambientais que pudessem cercear seu processo de industrialização, criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), subordinada ao Ministério do Interior, em grande medida como oportunidade de captação de financiamentos internacionais, para os quais eram exigidas determinadas garantias ambientais (LOPES, 2004). Entretanto, a SEMA permaneceu esvaziada politicamente e carente de uma estrutura administrativo-financeira para cumprir suas finalidades estatutárias até 1981, quando a Lei 6938 a municíaria com uma instrumentação legal para executar suas atribuições (CARNEIRO, 1990).

Em Minas Gerais, a criação do Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), em 1975, teve como objetivo desenvolver pesquisas tecnológicas direcionadas para a transferência de tecnologia, com ênfase nos setores econômicos mais representativos da economia mineira, sendo a primeira vez que a questão ambiental ganhou destaque no âmbito da administração pública estadual. A criação da Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente (DTMA), na Fundação João Pinheiro (FJP), também em 1975, constitui um marco inicial na inserção da política de proteção ambiental como fator de decisão política (LOPES, 2004).

A principal atribuição da DTMA era coordenar a formulação de programas estaduais de pesquisa tecnológica e proteção ao meio ambiente, tendo como um de seus principais trabalhos a elaboração do Relatório *Situação Ambiental na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, publicado em 1976. A equipe técnica responsável por esse diagnóstico ingressou, posteriormente, no SISEMA/MG (STARLING, 2001).

Um evento de grande repercussão, em 1975, foi a mobilização popular contra a poluição da fábrica de cimento Itaú, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. Nesse processo, em que é decretado o fechamento da fábrica pelo então prefeito de Contagem, teve papel marcante o Centro para a Conservação da Natureza (CCN) e surge o embrião da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA), uma das mais atuantes organizações ambientalistas mineiras. Constituído paralelamente à criação do

CETEC, o CCN é considerado o precursor das organizações não-governamentais de defesa do meio ambiente em Minas (LOPES, 2004; STARLING, 2001). A formação e atuação dessas duas entidades serão tratadas mais detalhadamente no tópico 2.2.

Após essas manifestações, o relatório *Situação ambiental na Região Metropolitana de Belo Horizonte* sugere a criação do SISEMA e do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) (LOPES, 2004).

Novas instituições de controle ambiental já haviam sido criadas em São Paulo (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB), em 1974, e no Rio de Janeiro (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA), em 1975. Diante dessas experiências, em decorrência de conflitos sociais como aquele em torno da fábrica de cimento Itaú e frente à crescente demanda de movimentos conservacionistas e ecológicos para a criação de órgãos de controle ambiental, é constituída em Minas Gerais, em 1977, uma Comissão de Política de Meio Ambiente, que, a partir de 1987, passa a ser denominada Conselho (COPAM) (STARLING, 2001; LOPES, 2004; FJP & FEAM, 1998).

A instituição desse órgão precedeu as definições trazidas pela Política Nacional do Meio Ambiente e a promulgação, em 1980, da legislação ambiental estadual. Em 1981, aquilo que vinha se estabelecendo no nível dos estados é constituído no nível federal, com a sanção da lei que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. São criados, então, mecanismos de articulação federal em um Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com a promulgação de um arcabouço institucional federal, com uma Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) ligada à presidência da República e um Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo. A criação do COPAM/MG - órgão colegiado com representantes de vários segmentos da sociedade e dotado de poder deliberativo – teria conferido ao modelo mineiro um caráter pioneiro e inovador, que renunciava os futuros conselhos que viriam a se proliferar nos anos 1990 (STARLING, 2001; LOPES, 2004; RIBEIRO, 2008; FJP & FEAM, 1998). Sua forma colegiada serviu de modelo para o formato instituído no CONAMA (CARNEIRO, 1990).

O COPAM é, atualmente, órgão normativo, consultivo e deliberativo, subordinado à SEMAD, tendo por finalidade deliberar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares, técnicas e padrões para a preservação e conservação do meio ambiente em Minas Gerais, bem como sobre a sua aplicação pela SEMAD e pelas entidades a ela vinculadas (SISEMA, 2009; SEMAD, 2011; COPAM, 2011).



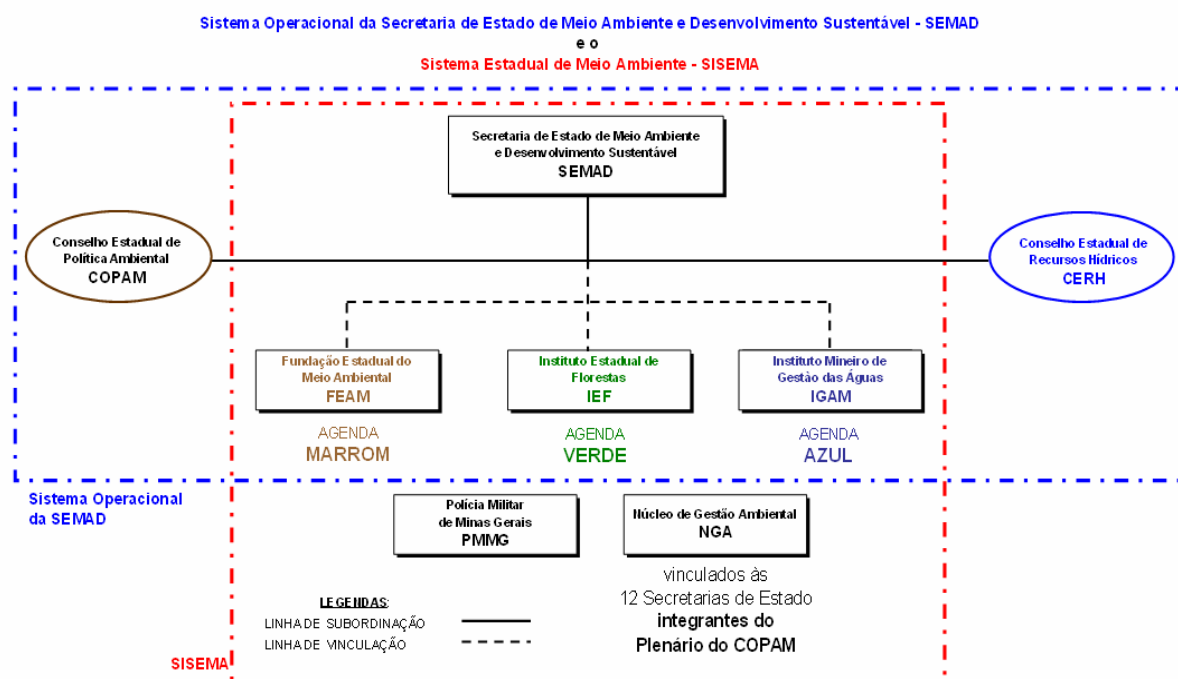
A função de secretaria executiva de apoio técnico e administrativo ao COPAM foi exercida, inicialmente, pelo CETEC e, posteriormente, pela Superintendência de Meio Ambiente (SMA), criada em 1983 na estrutura da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) (STARLING, 2001; FJP & FEAM, 1998).

Com o objetivo de fortalecer a estrutura técnico-executiva de assessoria ao COPAM, é criada, em 1989, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM/MG). Com a criação da SEMAD/MG, em 1995, cujo principal objetivo era integrar os órgãos de gestão ambiental do estado, com vistas a um melhor planejamento e coordenação das ações, a função de secretaria executiva das câmaras do COPAM (detalhadas mais adiante) passa, a partir de 1998, a ser compartilhada com o Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG) e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM/MG). (STARLING, 2001, p. 120; FJP & FEAM, 1998).

Ocorre, então, uma maior especialização das ações desses órgãos executivos. A FEAM passa a se responsabilizar pela agenda marrom (gestão do ar, do solo e dos resíduos sólidos, controle e prevenção da degradação ambiental decorrente de atividades poluidoras, industriais, minerárias e de infra-estrutura); o IGAM, pela agenda azul (gestão dos recursos hídricos); o IEF, pela agenda verde (proposição e execução da política florestal, de biodiversidade, pesca e aquicultura).

A estrutura atual do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA/MG), legalmente instituída pela Lei Estadual Delegada nº 125, de 2007, compõe-se dos seguintes órgãos e entidades ligados às questões ambientais em Minas Gerais: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Núcleos de Gestão Ambiental das demais Secretarias de Estado integrantes do COPAM (NGA), Polícia Ambiental da Polícia Militar de Minas Gerais, Comitê Gestor de Fiscalização Ambiental Integrada (CGFAI), Comitês e Agências de Bacias Hidrográficas (CBH), Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Essa estrutura é representada no organograma abaixo (figura 1):

**Figura 1:** Sistema Operacional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD/MG) e o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA/MG)



Fonte: Carvalho *et al.* (2009, p. 14); SISEMA (2009, p. 8). Disponível em: <http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00000084.pdf>. Acesso em: 5 de setembro 2011.

A coordenação do SISEMA é responsabilidade da SEMAD, que formula, executa, controla e avalia as ações setoriais do Estado relativas à proteção e à defesa do meio ambiente e à articulação das políticas de gestão dos recursos ambientais (SISEMA, 2009; SEMAD, 2011; COPAM, 2011).

### 2.1.1 Descentralização da política ambiental no Estado

Durante a década de 1980, já se propunha a adoção de políticas de descentralização do aparato ambiental do Estado, com o incentivo à autonomia municipal na área de meio ambiente. Nessa época, foi estimulada a criação de conselhos municipais de meio ambiente (como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA), mas apenas com caráter consultivo (STARLING, 2001).

Em 2003, no âmbito de mudanças administrativas promovidas pela política *Choque de Gestão* do governo do Estado<sup>2</sup>, teve início um processo, intensificado a partir de 2007, de descentralização regional das atividades de regularização ambiental no Estado, havendo uma reorganização da estrutura do COPAM, com a implantação e transferência de poder decisório para dez Unidades Regionais Colegiadas (URC) - sendo oito no interior do Estado e duas em Belo Horizonte - e nove Superintendências Regionais de Regularização Ambiental (SUPRAM). Hoje, o Estado é dividido em 10 regiões, cada uma com sua respectiva URC, sendo que a SUPRAM Central Metropolitana atende a duas URC.

As SUPRAM, espécie de unidades regionais da SEMAD (e sob a coordenação desta), desempenham o papel de secretaria executiva da respectiva URC (assessoria técnica, jurídica e administrativa, função que anteriormente cabia à FEAM com relação ao COPAM), sendo, administrativamente, subordinadas à SEMAD e, tecnicamente, à FEAM, ao IEF e ao IGAM.

Já as URC, formadas por conselheiros representantes de instituições das regiões em que são implantadas, são unidades deliberativas e normativas que funcionam como primeira instância das deliberações do COPAM no que se refere à aprovação dos processos de regularização ambiental e à aplicação de penalidades, no âmbito de suas respectivas abrangências territoriais. Compete às URC, por exemplo, deliberar em relação a requerimentos de licença ambiental, pedidos de supressão de cobertura vegetal nativa não integrados ao processo de licenciamento, manifestar-se sobre as decisões das SUPRAM relativas à aplicação de penalidades. Devem, ainda, propor, sob a orientação do Plenário e da Câmara Normativa e Recursal (CNR) do COPAM (ver mais detalhes adiante), normas, padrões e políticas de conservação e preservação do meio ambiente (SISEMA, 2009; SEMAD, 2011; COPAM, 2011).

A constituição do COPAM, inicialmente, era de dois terços de representantes de governos (federal e estadual) e um terço de representantes da sociedade civil. Em 1998, foi instituída a paridade de representação entre segmentos governamentais e não governamentais (LOPES, 2004; STARLING, 2001).

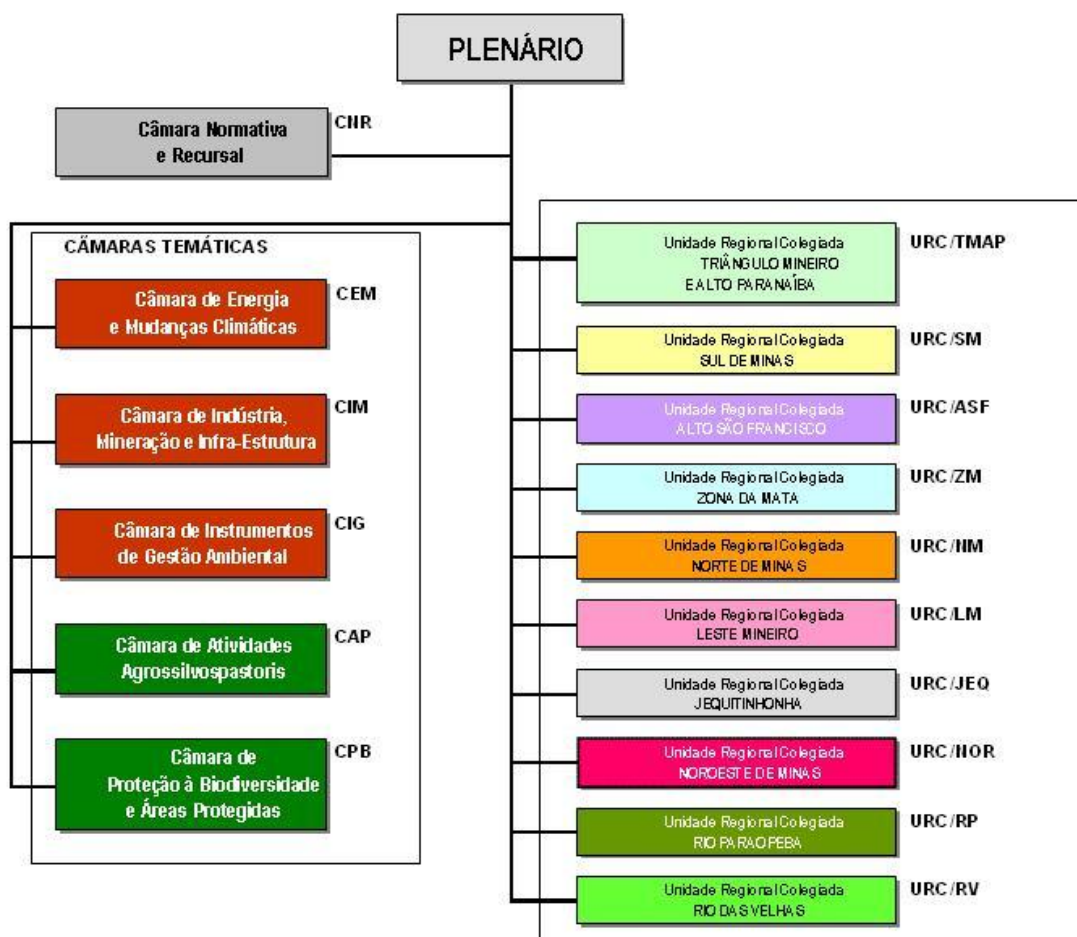
Desde sua origem, o COPAM tem atuado por meio de um plenário (órgão superior e deliberativo quanto às diretrizes gerais da política ambiental) e de câmaras especializadas. Com a última reestruturação, por meio do Decreto nº 44.667, de 2007, foram constituídas, no COPAM, uma Câmara Normativa e Recursal e cinco Câmaras Temáticas (que substituíram as

---

<sup>2</sup> Programa em que se estabelecem metas periódicas, como formas de avaliação de desempenho institucional para distribuição de prêmios por produtividade, com a implantação de instrumentos como os “Acordos de Resultados”.

câmaras especializadas), todas localizadas em Belo Horizonte. A Figura 2 representa a estrutura do COPAM descentralizado:

**Figura 2:** Estrutura do COPAM descentralizado



Fonte: COPAM (2011). Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam>. Acesso em: 5 de setembro 2011.

A Câmara Normativa e Recursal (CNR) define as normas relativas à política ambiental em geral e exerce a função de última instância deliberativa das ações de ordem administrativa e de infrações. Apreciando recursos referentes às decisões provenientes de instâncias deliberativas regionais (URC), a câmara reúne grande parte do poder atribuído ao COPAM, mantendo o controle de decisões finais sobre procedimentos como o licenciamento (FONSECA, 2011).

As cinco Câmaras Temáticas são opinativas e propositivas, não formulando normas ou decidindo questões concretas, restringindo suas competências à discussão e proposição de políticas e normas a serem encaminhadas à CNR. No âmbito dessas Câmaras Temáticas, entretanto, diferente da paridade de representação presente nos outros órgãos do COPAM, a sociedade civil possui apenas um terço de representação, devido à divisão do colegiado em três categorias: sociedade civil, poder público e setor produtivo (retirado do universo da sociedade civil) (FONSECA, 2011, p. 44).

Fonseca (2011) identifica duas principais justificativas - utilizadas principalmente por representantes do governo estadual - para a regionalização das atividades de regularização ambiental. A primeira seriam os ganhos em democracia por causa da aproximação da estrutura administrativa do cidadão e do público interessado, permitindo maior participação e transferindo o poder decisório para pessoas que conheçam, de fato, as demandas da realidade local. Uma segunda justificativa seria uma maior acessibilidade dos “clientes” (empreendedores) às agências estatais, em função de uma maior proximidade geográfica e de um maior número de pessoas e unidades institucionais para apreciar os processos, o que traria maior agilidade e eficiência nos processos de regularização, com processamentos e julgamentos de requerimentos de licenças mais rápidos.

No mesmo contexto do *choque de gestão*, foram tomadas outras medidas também tidas como desburocratizantes, dinamizadoras, simplificadoras, facilitadoras e “descomplicadoras”, no sentido de tornar o serviço público mais ágil, a partir da demanda de seus clientes, o empresariado. Paralelamente à descentralização, foi criado o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - a chamada *Agenda Branca* -, reunindo as agendas ambientais do Estado sob a responsabilidade da FEAM, do IGAM e do IEF. Tal integração técnica e operacional teve como intuito unificar todas as fases de análise de requerimentos de licenciamento ambiental e autorizações do SISEMA (como, por exemplo, Autorização para Exploração Florestal e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos) em um único sistema e banco de dados, integrados em um processo único de regularização ambiental, no respectivo órgão regional, sob a supervisão da SEMAD (FONSECA, 2011).

### **2.1.2 O COPAM: espaço comunicativo e democrático ou conflitivo e oligárquico?**

No discurso oficializado (SISEMA, 2009; FJP & FEAM, 1998; SEMAD, 2011; COPAM, 2011) e em algumas análises sobre a atuação do COPAM (STARLING, 2001), tem predominado uma interpretação de que o modelo de regularização ambiental adotado pelo SISEMA/MG seria um dos mais avançados do Brasil, destacando-se no cenário nacional por promover uma gestão e cultura participativa, descentralizada e democrática do meio ambiente e dos recursos hídricos. Segundo essas análises, a estrutura colegiada de tomada de decisão do COPAM consagrou a fórmula do gerenciamento participativo, inovando a forma de organização de conselhos governamentais e a própria elaboração de políticas públicas. O COPAM é, assim, retratado como um fórum de representação equilibrada (paritária), que atuaria na construção de consensos para a problemática ambiental, contribuindo para a formação de uma cultura política baseada na prática de diálogos e negociações constantes.

Para Starling (2001, p. 36, 46), seria na tendência à formação de uma ação consensual e solidária, cooperativa, visando à proteção do bem comum que o meio ambiente representa, que residiria a possibilidade da gestão ambiental; no desenvolvimento da dinâmica argumentativa é que se construiria o cerne da democracia deliberativa nas sociedades contemporâneas. Nesse ponto, a autora aponta uma possível contribuição de Jürgen Habermas para a compreensão da gestão ambiental, apoiando-se em suas noções de esfera pública e de ação comunicativa. A partir de uma perspectiva Habermasiana, a esfera pública seria um fenômeno histórico e social que teria resultado na construção de uma esfera de discussão, comunicação dialógica, entre os indivíduos e o Estado; um espaço plural de interlocução e lugar de encontro de atores coletivos, uma estrutura comunicacional que funcionaria como uma caixa de ressonância dos principais problemas a serem elaborados pelo sistema político. Já a teoria da ação comunicativa remeteria à ideia de uma interação intersubjetiva, mediada simbolicamente e regida por normas e princípios claros e previamente estabelecidos, almejando a formação de consensos públicos e se orientando para o entendimento e a interlocução pública (STARLING, 2001, p. 36, 39, 40, 51, 52, 196).

Assim, o COPAM se configuraria, para Starling (2001), como uma instituição inovadora e híbrida (com composição plural e paritária de atores governamentais e sociais); um fórum público de deliberações e de concertação, envolvendo Estado, empresários e sociedade civil, com uma sistemática clara de funcionamento (normatização de procedimentos democráticos de tomada de decisões) e uma dinâmica que favoreceriam a convergência de

interesses, a co-responsabilização e o estabelecimento de parcerias entre os segmentos representados. Os arranjos deliberativos do Conselho seriam uma das principais especificidades do seu funcionamento, com ênfase no controle social e na ampla transparência, publicidade e fidedignidade das informações.

Starling (2001) ainda atribui ao COPAM uma função conscientizadora e pedagógica, com uma vocação para favorecer um aprendizado, num processo permanente de educação e convivência democrática para a cidadania, em que se estimularia “a ampliação da consciência ambiental dos atores envolvidos e de sua capacidade crítica e participativa” (2001, p. 204). A autora observa, assim, que a representação de interesses e o padrão de interação entre atores, no COPAM, teria evoluído de uma atitude de confronto e rivalidade (nas suas fases iniciais) para “momentos de cooperação, concessão, aliança, parceria e convênios” (2001, p. 200).

Leituras distintas sobre a atuação dos órgãos do SISEMA/MG e seu espaço institucional de decisões são empreendidas por Carneiro (2005a), Zhouri *et al* (2005a) e Zhouri (2008), no que concerne às dinâmicas da política ambiental em Minas Gerais, e especificamente do COPAM, anteriormente ao processo de descentralização regional dos processos de regularização ambiental. Praça (2009) e Fonseca (2011) oferecem análises que se concentram no período posterior à referida reforma.

Em uma análise da estrutura e funcionamento do COPAM, Carneiro (2005a) identifica e evidencia mecanismos e uma lógica que produzem um “efeito de oligarquização” do exercício do poder no Conselho, apesar da atribuição a este, pelos conselheiros, de um caráter “representativo e democrático” (p. 69). Tal tendência a uma oligarquização se daria pela “obstrução do ingresso de agentes novos e sociologicamente distintos” (p. 69), em função da exigência da posse, pelo aspirante a conselheiro, de um quantum mínimo de “capitais” – social, cultural, econômico – “que legitimem sua pretensão” (p. 69), assim como pela “concentração do poder decisório” efetivo nas mãos de uma minoria (uma elite interna dentre os próprios conselheiros) (p. 69).

Zhouri *et al* (2005a) e Zhouri (2008) também apresentam alguns problemas estruturais e procedimentais nos processos de licenciamento ambiental em Minas Gerais, retratando o COPAM como um espaço de relações de poder hierarquizadas e questionando justificativas que buscam legitimá-lo como espaço democrático, representativo e transparente. Tais problemas incluem o macroplanejamento centralizado dos empreendimentos, participação limitada na elaboração dos termos de referência e dos EIA/RIMA, dificuldades de acesso às informações, marginalização nas audiências públicas e falhas na função de regulação.

Pressupondo a participação efetiva no COPAM o domínio de uma retórica técnica, um “avanço formal” nos procedimentos de representação no Conselho não corresponderia a uma participação e incorporação, de fato, dos distintos interesses, direitos e projetos em jogo na sociedade (ZHOURI *et al*, 2008, p. 12).

Já Fonseca (2011) busca identificar, por meio do estudo de um caso de licenciamento que perpassou a reforma administrativa, os efeitos da descentralização, registrando mudanças e continuidades que a teriam constituído. O autor procura demonstrar como continuam grandes, comparativamente às dinâmicas anteriores à reforma descentralizadora, as dificuldades de participação dos “atingidos” por empreendimentos hidrelétricos em processos decisórios durante os procedimentos de licenciamento ambiental. Perguntando-se a quem o novo modelo teria trazido ganhos em qualidade, o autor observa duas dinâmicas excludentes que contradizem o objetivo alegado da reforma descentralizadora de aproximar o órgão ambiental da população local e que ocasionam prejuízo unilateral, incidindo unicamente sobre os atingidos, parte política e economicamente mais fraca do licenciamento.

A primeira dinâmica de exclusão se refere ao que o autor denomina *desintegração procedimental* do licenciamento ambiental, ocorrida concomitantemente à reforma descentralizadora do SISEMA, em que, paradoxalmente às justificativas de integração e unificação dessa reforma e ao seu objetivo “descomplicador”, houve uma fragmentação e pulverização das instâncias, públicas e privadas, envolvidas nos procedimentos de licenciamento, entre outros motivos, pela transferência do poder deliberativo sobre questões sociais concernentes aos licenciamentos do COPAM para o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), localizado em Belo Horizonte (esse processo será melhor detalhado na seção 6 deste estudo). A criação de uma multiplicidade de instâncias geograficamente distantes beneficiaria a atuação dos setores que transitem com facilidade entre sedes, municípios e superintendências (como os empreendedores), engendrando uma barreira geográfica à participação de grupos sociais não acostumados a lidar com a burocracia e seus regulamentos e procedimentos e que têm que se deslocar para diversas localidades para conhecer e reivindicar seus direitos.

A segunda dinâmica identificada por Fonseca (2011), inserida no âmbito de barreiras linguísticas observadas por Carneiro (2005a) na estrutura centralizada, concerne a uma juridificação formalista que permearia as decisões do COPAM referentes a licenciamento ambiental, com restrição da linguagem oficial à forma documental, uma valorização e reconhecimento exclusivos da legitimidade de formas documentais em detrimento de



manifestações concretas, não formatadas de maneira oficial ou jurídica, como, por exemplo, as demandas orais de atingidos por empreendimentos.

Analisando a composição de assentos de conselheiros da URC/Zona da Mata, Fonseca (2011, p. 103) questiona o discurso oficial segundo o qual todas as partes da sociedade civil estariam ali bem representadas. O autor chama atenção para o fato de a ideia de divisão paritária entre poder público e sociedade civil, levada a cabo pelo COPAM, ser uma interpretação demasiado simplista. Demonstrando a fragilidade do conceito de paridade híbrida, o autor observa como a representação da sociedade civil é marcada por múltiplas clivagens, heterogeneidade e diferenciações internas, sendo manipulável e enviesada para “se conferir legitimidade paritária à disputa pela hegemonia na gestão pública das políticas ambientais” (p. 103) e para se formarem maiorias que garantam a manutenção de diretrizes governamentais de facilitação do licenciamento.

## **2.2 A atuação de atores coletivos**

Neste tópico, serão apresentados aspectos referentes à formação e atuação de atores e entidades não institucionais, considerados como pertencentes à sociedade civil e que contribuíram (ou ainda contribuem) para a constituição do campo ambiental em Minas Gerais.

De acordo com Lopes (2004) e Carneiro (1990), o CCN foi a entidade ecologista pioneira de Belo Horizonte. Sua criação foi influenciada pela atuação da Associação de Defesa da Flora e da Fauna (ADEFLORA), de São Paulo, e da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza (FBCN). Fundado em 1973 por um grupo constituído pelo conservacionista Hugo Werneck - que foi, até a metade da década de 1980, o principal porta-voz da consciência ambientalista no Estado - e por professores da Universidade Federal de Minas Gerais, o CCN se organizou na esteira dos debates que ocorreram a partir da Conferência de Estocolmo. Sua atuação caracterizava-se pela denúncia de ações predatórias à natureza, dentro de uma abordagem essencialmente preservacionista do meio ambiente, voltando-se para a proteção de espaços naturais e adotando uma postura dialógica, não radical ou de enfrentamento, em relação ao Estado.

Utilizando-se do reconhecimento técnico e profissional de seus membros, o Centro teve participação significativa na pressão sobre o governo estadual para a criação do COPAM e da SEMAD. Sua mobilização resultou em conquistas como a defesa do Parque Estadual do Rio Doce, ameaçado pela construção de uma estrada (primeiro episódio de mobilização dos

conservacionistas mineiros); do Parque das Mangabeiras, ameaçado por loteamento da prefeitura municipal; da Mata do Jambreiro, ameaçada por investidas da mineradora MBR; da Estação Ecológica de Tripuí; a criação do Parque Estadual do Cipó (CARNEIRO, 1990; STARLING, 2001; LOPES, 2004).

Hoje, o CCN se encontra desativado, mas contribuiu para a criação, em 1989, da Fundação Biodiversitas, uma organização não-governamental de caráter essencialmente técnico-científico, que tem como objetivo lutar pela conservação da diversidade biológica. Entre os projetos dessa Fundação, incluem-se: publicações técnicas e científicas (Listas das Espécies da Fauna e da Flora Brasileiras Ameaçadas de Extinção - Listas Vermelhas; Atlas de Biodiversidade de Minas Gerais); criação, implantação e administração de unidades de conservação e elaboração de seus planos de manejo; desenvolvimento e auxílio a projetos ambientais (governamentais e de iniciativa privada).

Considerada a principal ONG ambientalista do Estado, a AMDA inicia sua atuação em 1978, buscando alternativas de engajamento em meio a certa crise da esquerda tradicional, um desencanto com os sistemas sociais até então inspiradores da esquerda socialista ocidental, que contribuíram para o desgaste experimentado pelo movimento estudantil no final da década de 1970. Originando-se da mobilização de um grupo de estudantes universitários, a maioria ex-militante do movimento estudantil, oriundos de classe média urbana, a AMDA foi pioneira na abordagem socioeconômica da questão ambiental. Era influenciada pela atuação da CCN, mas tinha uma abordagem mais politizada, político-econômica; não defendia um “conservacionismo puro”. Começou atuando em defesa da Amazônia e de causas específicas, como, por exemplo, a mobilização contra a degradação do Parque Florestal do Rio Doce, a campanha contra a poluição do Rio das Velhas, o bloqueio da construção do aeroporto de Confins, a paralisação do Programa Nuclear Brasileiro e a criação de uma reserva ecológica na Serra do Curral. Juntamente com o CCN e a Fundação Biodiversitas, a AMDA desempenhou um papel relevante apoiando e pressionando a criação da SEMAD.

Iniciou sua atuação com uma postura mais radical, de denúncia e enfrentamento em suas interações com o Estado, visto mais como um inimigo do que um interlocutor. Foi, ao longo de 20 anos, a principal representação de organizações não-governamentais e a entidade mais radical no COPAM, onde ocupou assento no plenário a partir de 1982, propondo penalidades severas aos agentes causadores de distúrbios ambientais.

A iniciativa de maior repercussão da AMDA foi a criação, em 1982, da *Lista Suja*, um instrumento de pressão política (divulgado em “outdoors”, entrevistas coletivas, cartazes e, a

partir de 1995, na internet) com o objetivo de denunciar empresas e órgãos públicos responsáveis por atos de degradação ambiental, considerados “inimigas do meio ambiente”, forçando-os a mudar de atitude para serem excluídos da lista.

Tendo sido, no início de sua atuação, essencialmente anti-estatista e antipartidária (o grupo fundador considerava a esfera de atuação dos partidos políticos “viciada”), a Associação assume, a partir da segunda metade dos anos 1980, uma postura mais dialógica e transpartidária.

Em 1987, buscando manter uma estrutura mais profissionalizada, por meio de um processo de “empresariamento”, deixando de se organizar exclusivamente a partir do trabalho voluntário, a AMDA começa a criar vínculos de dependência com o Estado e com empresas, submetendo projetos para obter apoio financeiro de instituições como a SEMA e a World Wildlife Foundation, nos quais atuava como prestadora de serviços de turismo e educação ambiental.

A partir dos anos 1990, a ONG se aproxima mais do setor empresarial e, em 1992, com o objetivo explícito de financiar sua atuação política, a AMDA instituiu a categoria de sócios jurídicos, acolhendo como sócias e parceiras as grandes empresas que contribuíram financeiramente para a manutenção da entidade. Tais desdobramentos limitaram a autonomia de denúncia da Associação (CARNEIRO, 1990; STARLING, 2001; LOPES, 2004).

É interessante notar como essa mudança de postura - de uma atuação baseada na denúncia para outra voltada para o estabelecimento de diálogos e parcerias com agentes estatais e empresariais - não é específica da AMDA, mas parece refletir um contexto mais amplo de mudança na atuação ambientalista, até mesmo em nível mundial. Zhouri (2006), em um estudo sobre as peculiaridades das campanhas transnacionais pela Amazônia, no qual apresenta uma análise de processos políticos e culturais globais, identifica, nos anos 1990, uma mudança paradigmática na atuação de movimentos ambientalistas. Até a década de 1980, a autora observa, na atuação de ativistas das principais organizações não-governamentais e dos ambientalistas transnacionais - como, por exemplo, o Greenpeace, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e a Amigos da Terra -, a adoção de uma perspectiva mais crítica, focada nas premissas da ecologia política, no sentido de buscar transformar as instituições da sociedade. Enfatizando a produção de um contra-discurso à ideia de “desenvolvimento” e adotando uma postura de resistência, as atividades desses sujeitos incluíam, por exemplo, práticas de boicote à madeira tropical e campanhas e pressões sobre governos, corporações e

bancos de desenvolvimento multilaterais, como o Banco Mundial, denunciando os impactos socioambientais decorrentes de projetos de “desenvolvimento” financiados por esses agentes.

Entretanto, segundo a autora, na década de 1990, principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED-92), as referidas ONG, influenciadas pela noção de “desenvolvimento sustentável”, acomodaram seus discursos e práticas ao paradigma dominante de adequação ambiental ou “ambientalismo de resultados” (ZHOURI *et al*, 2005a). Deslocando suas atuações, essas ONG centraram suas estratégias em instrumentos e soluções de mercado - como o desenvolvimento de um esquema de certificação florestal conhecido como Forest Stewardship Council (FSC) -, associando-se a empresários do setor madeireiro e voltando seus esforços para o estabelecimento de parcerias, cooperação e construção de consensos e de uma “agenda comum” entre segmentos diversos.

Dessa maneira, duas dimensões ou regimes antes claramente antagônicos (um avançando programas de desenvolvimento econômico e outro com uma atuação de resistência a esses programas), passam a ser combinados em um programa comum, em que o segundo se vê, de certa forma, subsumido ao, ou englobado pelo, primeiro. Nesse processo, as organizações ambientalistas são, de fato, limitadas em sua autonomia de denúncia.

Ainda de acordo com Zhouri (2006), no início da década de 1990, no contexto de uma nova política para a Amazônia - orientada por uma perspectiva de mercado -, ocorreu uma mudança nas estratégias políticas de setores econômicos (como o Banco Mundial) e governamentais, que passaram a incorporar questões sociais e ambientais entre suas diretrizes gerais, buscando a colaboração e a participação de ONG para a construção de consensos e parcerias. Nesse sentido, na análise dos “contatos entre diferentes arranjos de redes de poder, tais como os que envolvem agências globais, empresas e ONGs” (ZHOURI, 2006, p. 162), é interessante tomar como exemplo da referida incorporação a “estratégia florestal” do Banco Mundial que inclui recomendações, feitas por uma parceria como o WWF, de “integração das florestas ao desenvolvimento econômico sustentável” (ZHOURI, 2006, p. 158).

Vemos, então, como tais noções como *desenvolvimento sustentável* e *participação* são apropriadas no sentido de uma conciliação entre interesses econômicos capitalistas e interesses ambientais e sociais, com o objetivo de moldar o modelo clássico de desenvolvimento; em um sentido, portanto, diferente daquele pretendido pela luta de grupos locais, como indígenas, ribeirinhos, seringueiros e outros grupos tradicionais (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 13).

Também em uma análise em âmbito global, Sachs (2000) discute como ocorreram, nas últimas décadas do século passado, as imbricações e disputas entre o movimento ecológico e a globalização econômica, tratando ambos como dois regimes ou programas transnacionais (ou duas narrativas da globalização) contrapostos. O autor observa como o programa, orientado por princípios neoliberais, incorporado pelo regime econômico multilateral da Organização Mundial do Comércio (OMC) - organização estabelecida em 1995 - se tornou hegemônico e, de certa forma, subsumiu a discussão ambiental, tendo resultado mal sucedidas as tentativas de cobrar das corporações transnacionais suas responsabilidades para com a natureza.

Transmitindo uma mensagem expansionista e imperialista, a referida Organização selou as fundações legais para o movimento desregulado de bens, serviços e capital ao redor do globo, com mecanismos nascidos em um espírito de demolição de fronteiras, na busca por matérias primas e por novos mercados, codificando o “mundo como uma arena econômica livremente acessível” (SACHS, 2000, p. 24) e pautada apenas por parâmetros de ganhos de eficiência, pela lei da oferta e da demanda e pela livre competição econômica.

Sachs (2000) argumenta que essa globalização econômica por meio da liberalização do mercado levou a uma expansão e aceleração no uso de recursos naturais. No processo de integração econômica transnacional, de criação de uma arena competitiva global, o ideal do comércio irrestrito, livre de regulações, sem obstáculos, provoca o desmantelamento de sistemas regulatórios nacionais. Assim, no esforço de desregulação e libertação do mercado de restrições impostas por normas e padrões nacionais, que refletem os ideais e prioridades sociais e políticas dos países, governos seriam forçados a orientar suas políticas econômicas, sociais e fiscais pelos interesses de investidores, priorizando o fortalecimento da competitividade de suas economias em detrimento de condições ou tradições locais e dos interesses da própria população, proclamando as corporações transnacionais sujeitos soberanos, isentos de obrigações para com regiões ou governos nacionais.

Já em um âmbito local, Dagnino (2004; 2005) discute as especificidades dos impactos, sobre a cultura política brasileira, da implantação do projeto neoliberal em âmbito global. De acordo com a autora, os anos 1990 se caracterizaram, no Brasil, por “uma inflexão nas relações entre o Estado e os setores da sociedade civil comprometidos com o projeto participativo democratizante” (2004, p. 99). Nesse período, o confronto aberto e o antagonismo que tinham marcado essas relações nas décadas anteriores foram substituídos “por uma aposta na possibilidade de uma atuação conjunta com o Estado”, em um processo de “inserção institucional” dos movimentos sociais (2004, p. 96, 99).

A autora sugere que as experiências contemporâneas de construção democrática, no Brasil, são marcadas pela “confluência perversa” de dois projetos políticos distintos, em disputa no contexto brasileiro. De um lado, um processo político de alargamento da democracia, construído desde os anos 1980, a partir das crises dos regimes autoritários, expresso na Constituição de 1988 e na crescente implementação de espaços públicos de participação da sociedade na discussão e tomada de decisão (exemplificado pela constituição do COPAM, em Minas Gerais). De outro lado, o projeto neoliberal que se instala no país ao longo das últimas décadas, ocorrendo, como parte de um processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington<sup>3</sup>, a emergência de um projeto de Estado mínimo, que se isenta de seu papel de garantidor de direitos por meio do encolhimento de suas responsabilidades sociais, transferidas progressivamente para a sociedade civil.

Ainda segundo Dagnino (2004), o avanço da estratégia neoliberal no Brasil, deparando-se com um projeto político democratizante relativamente consolidado, é forçado “a estabelecer relações de sentido e um terreno de interlocução com” esse campo adversário (p. 99). Referências caras ao projeto democrático, como as noções de sociedade civil, de participação e de cidadania, são, nesse processo, apropriadas e re-significadas pelo projeto neoliberal, tendo seus sentidos deslocados ou mesmo substituídos, passando a abrigar significados fundamentais ao projeto neoliberal e acabando por servir aos seus objetivos.

As referidas noções, igualmente relevantes para ambos os projetos (o neoliberal e o democratizante), constituem canais de mediação entre os dois campos ético-políticos. Entretanto, o uso dessas referências e vocabulário aparentemente comuns e coincidentes, mas abrigando e escondendo significados e intenções muito distintos, contribui para obscurecer e, assim, dificultar a identificação das profundas diferenças e antagonismos entre esses projetos.

Como exemplos de redefinição neoliberal e deslocamento de sentidos nas noções de *sociedade civil*, *participação* e *cidadania*, Dagnino (2004) se refere à crescente identificação de *sociedade civil* com ONG ou como mero sinônimo de *Terceiro Setor*; à substituição do significado coletivo e político e do potencial democratizante da participação social por formas estritamente individualizadas de tratar questões como a desigualdade social e a pobreza, promovendo a redução da participação à gestão; à identificação do significado de “cidadania a

---

<sup>3</sup> - O “Consenso de Washington” foi o título de um texto apresentado em uma conferência realizada em novembro de 1989, em Washington D. C., sobre as políticas de ajuste econômico para a América Latina, que apresentava um conjunto de dez medidas para o reajuste da política econômica da região, baseadas em propostas neoliberais como, por exemplo, a redução do Estado, a liberalização do mercado e a globalização econômica (ZHOURI *et al* 2005a, p. 98).

um entendimento estritamente individualista dessa noção” (2004, p. 106), reduzindo-a à responsabilidade moral privada ou à solidariedade para com os pobres; ao estabelecimento de “uma sedutora conexão entre cidadania e mercado” (2004, p. 106), oferecido como uma instância substituta ao Estado para a cidadania; à promoção, pelo projeto neoliberal, de um encolhimento ou minimalização do espaço da política e da democracia, com a despolitização das três referidas noções.

Dagnino (2004) sugere que as relações entre Estado e ONG constituem um campo exemplar da referida confluência perversa do projeto neoliberal com o projeto participativo democratizante, na medida em que grande parte da interlocução entre eles se dá justamente por intermédio “daqueles setores da sociedade civil que se engajam nessa aposta e passam a atuar nas novas instâncias de participação junto ao Estado” (2004, p. 99). “Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores ‘confiáveis’ entre os vários possíveis interlocutores na sociedade civil,” as ONG são “freqüentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil” (2004, p. 101). O predomínio maciço das ONG, a partir da década de 1990, expressa, assim, “a difusão de um paradigma global que mantém estreitos vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que responde às exigências dos ajustes estruturais por ele determinados” (2004, p. 101).

A mudança de atuação de entidades ambientalistas como a AMDA pode ser vista, assim, como repercussão ou desdobramento, em um nível local, de processos sociopolíticos mais abrangentes. Vale notar a observação de Carneiro (1990) de que a atuação de organizações como o CCN, a AMDA e a ACELN (ver a seguir) foi influenciada por concepções e mobilizações de ambientalistas do Primeiro Mundo. Na seção 3 desta dissertação, serão melhor desenvolvidos outros aspectos desse processo de substituição de estratégias de confrontação, por parte de determinados grupos ambientalistas, por atuações em parcerias e busca de soluções e consensos.

Voltando às entidades ambientalistas mineiras, é notável a emergência, em 1983, do movimento Associação Cultural e Ecológica Lagoa do Nado (ACELN), promovido por cidadãos que reivindicavam uma questão específica: a defesa de uma área verde urbana ameaçada pela especulação imobiliária na região norte de Belo Horizonte (atuação diferente de entidades como o CCN e a AMDA, cujas atividades giravam em torno da problemática ambiental em geral). Movimento de base comunitária, a ACELN surgiu sensibilizada por concepções filosófico-religiosas orientalistas, visões idílicas e místicas da natureza e pelo

movimento hippie, combinando em suas mobilizações contestações coletivas e atividades lúdico-culturais inspiradas no conceito de desobediência civil. Tendo recebido uma influência politizadora e um apoio fundamentais da AMDA, conseguiu, em 1994, depois de 12 anos de significativa mobilização, a criação do Parque Ecológico e Cultural Fazenda Lagoa do Nado (CARNEIRO, 1990; STARLING, 2001).

Em 1985, no mesmo contexto sociopolítico de surgimento das organizações acima - marcado pela abertura político-institucional que acompanha o fim do regime militar (entre 1978 e 1985), pela redemocratização político-institucional e revitalização da vida partidária, enfim, pela politização da sociedade brasileira -, é criado o Partido Verde de Minas Gerais (PV-MG). Influenciados pela atuação da AMDA, da ACELN, pelos preparativos para o processo constituinte e por certo desencanto com as concepções e práticas das esquerdas, os fundadores do PV-MG surgem com uma crítica à ideologia e à forma de ação da esquerda tradicional, apregoando um autodenominado “socialismo libertário”, socializante (mas não estatizante e centralizador) da economia, alternativo à social-democracia e ao socialismo real. As relações entre o PV mineiro e as entidades apresentadas acima, de caráter apartidário ou mesmo antipartidário, foram marcadas por conflitos que desgastaram e debilitaram a capacidade organizativa do PV-MG (CARNEIRO, 1990; STARLING, 2001).

As entidades abordadas até aqui podem ser consideradas as que tiveram mais destaque no início da formação do campo ambiental mineiro, contribuindo para a constituição de uma política ambiental institucionalizada. Apresentam também um caráter mais conservacionista do que social ou socioambiental. No entanto, há outras entidades, algumas surgidas ainda na década de 1980, que apresentam uma abordagem social e mais popular, com uma atuação mais distante da esfera institucionalizada da política ambiental mineira, tendo, talvez por isso, obtido menos visibilidade que organizações como o CCN e a AMDA.

Uma delas é o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), fundado em 1985, uma Organização Não-Governamental filantrópica, de caráter científico, cultural e comunitário, de âmbito estadual, que se mantém por meio de projetos sociais e do apoio de colaboradores. Seu objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, com ações voltadas para registro, acompanhamento, documentação e divulgação das lutas sociais ligadas à questão indígena, quilombola e agrária. Essa documentação popular é vista como um instrumento de educação para a ação política de trabalhadores rurais, povos indígenas, afrodescendentes, grupos e organizações populares e alunos e professores das escolas de ensino básico. O CEDEFES é hoje, no estado de Minas Gerais, o único centro de



documentação voltado para o resgate, registro e preservação da memória e história dos povos indígenas. Seus projetos incluem propostas de organização de posseiros e trabalhadores sem terra no Norte de Minas; realização de mobilizações e cursos de formação para as lideranças quilombolas que estão na área de Cerrado; apoio, fortalecimento e articulação das comunidades quilombolas de Minas Gerais; assistência técnica e extensão rural de práticas de agricultura urbana para indígenas da região metropolitana de Belo Horizonte; debate sobre o acesso das comunidades indígenas às políticas públicas e a regularização de seus territórios. O nome do Centro é uma homenagem a Eloy Ferreira da Silva, trabalhador rural e dirigente sindical que liderou a organização e resistência de posseiros no Norte de Minas contra grileiros invasores, assassinado em 1984, no Vale do São Francisco.

Também em 1985, foi criado em Montes Claros o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), no contexto de conflitos provocados pelo processo desenvolvimentista na região entre as décadas de 1960 e 1980, quando milhares de camponeses foram expulsos de suas terras, o que provocou a desestruturação das economias locais e de uma diversidade de sistemas culturais de produção associados aos cerrados, caatingas, mata seca e vazantes do São Francisco. Constituiu-se, assim, como uma organização que, articulando suas ações em torno da promoção dos conceitos, métodos e práticas da agroecologia, apoia e acompanha organizações e comunidades de agricultores e agricultoras familiares da região - geraizeiros, caatingueiros, quilombolas, indígenas, posseiros, acampados e assentados - em suas lutas e seus espaços de participação e ação, contribuindo para a reivindicação e inserção de seus direitos nas pautas políticas dos governos.

Com enfoque semelhante ao da CAA-NM, foi criada, em 1986, a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), uma ONG que trabalha no apoio e assessoria a grupos e organizações comunitárias em Minas, no campo e na cidade, por meio do fortalecimento da agroecologia e da agricultura urbana. A REDE surgiu a partir da percepção da necessidade de resgate, articulação e difusão de experiências de tecnologias alternativas para a agricultura familiar, em contraposição aos impactos da Revolução Verde. Tem trabalhado, hoje, com a construção de redes locais de desenvolvimento, buscando integrar ações locais desenvolvidas por grupos comunitários, entidades do poder público e ONG e influenciar a elaboração de políticas públicas. No âmbito rural, a REDE busca promover o desenvolvimento local sustentável por meio da consolidação de experiências agroecológicas na agricultura familiar, procurando otimizar o uso de recursos locais na construção de soluções. No ambiente urbano,

suas iniciativas buscam evidenciar a agricultura urbana como estratégia de gestão das cidades, enfrentando desafios nos campos da segurança alimentar e nutricional, da saúde, da geração de postos de trabalho e de renda complementar, da gestão territorial dos vazios urbanos, da gestão dos resíduos sólidos e líquidos. Para tal, pauta-se no respeito aos saberes e conhecimentos locais e na valorização da herança cultural de agricultores/as urbanos/as que mantêm vivas as práticas de agricultura familiar, como a conservação de sementes e a diversificação de cultivos.

Uma ONG de Belo Horizonte que parece mesclar preocupações conservacionistas com sociais, é a *4 Cantos do Mundo*, criada em 2002 por um grupo de jovens. Entre seus projetos, incluem-se o estímulo à proteção de florestas e nascentes no entorno do Parque Nacional Serra do Cipó; realização de cursos, mutirões e vivências com o objetivo de aproveitar espaços urbanos para o cultivo de alimentos, o convívio social produtivo e práticas de bioconstrução e permacultura; realização de pesquisas sobre a produção sustentável de biocombustíveis no Brasil e América Latina, com foco na Bacia do Rio Grande; realização de projetos e oficinas de educação ambiental em escolas, comunidades e empresas; implantação de sistemas agroflorestais e oficinas teóricas e práticas sobre técnicas permaculturais.

O breve histórico da formação da política ambiental em Minas Gerais apresentado nesta seção permitirá uma melhor compreensão da atuação de ambientalistas mineiros e das representações de natureza que a acompanham e de como reformas recentes na esfera institucionalizada podem estar condicionando e provocando mudanças na atuação de técnicos de órgãos do SISEMA.

### **2.3 Paradigmas ambientais em disputa: as noções de doxa, ortodoxia e heterodoxia**

Sendo um dos objetivos deste estudo analisar as especificidades do campo ambiental mineiro, buscando identificar as concepções hegemônicas e concorrentes e os pressupostos sustentados pelos agentes que atuam nele, a noção de *doxa* (e de heterodoxia e ortodoxia) proposta por Bourdieu (2006) se apresenta como um interessante referencial teórico.

De acordo com Bourdieu (2006, p. 164-171), em uma determinada formação social, “quanto mais estáveis as estruturas objetivas e quanto mais estas se reproduzam nas disposições dos agentes, maior a extensão do campo da doxa” (2006, p.165). O autor define *doxa* como a experiência em que, devido a uma correspondência quase perfeita entre as estruturas objetivas e as estruturas internalizadas, a ordem política e cosmológica

estabelecida, tendendo a produzir a “naturalização da sua própria arbitrariedade” (p. 164), passa a ter a aparência de uma ordem natural, autoevidente, dada e não como uma ordem possível entre outras. A partir da correspondência entre as referidas estruturas, emerge um senso de realidade, ou senso de limites.

Distinguindo-se da crença ortodoxa ou heterodoxa, que implicam consciência da possibilidade de crenças diferentes e antagonísticas, a *doxa* se refere à experiência de percepção do mundo natural e social como o universo do não disputado, do não discutido, do inquestionável, o conjunto de teses tacitamente avançadas e que permanecem implícitas. A verdade da *doxa* apenas pode ser revelada quando contrastada com um campo ou universo de opinião (aquilo que é explicitamente questionado), onde discursos (ortodoxo ou heterodoxo) em competição se confrontam pela imposição do modo legítimo de pensamento e expressão. Nesse sentido, o questionamento ou crítica à *doxa* e a explicitação de sua autoevidência, trazendo “o não discutido para discussão” e “o não formulado para formulação” (BOURDIEU, 2006, p. 168), depende de uma crise objetiva que rompa a correspondência entre as estruturas objetivas e subjetivas.

Ainda de acordo com Bourdieu (2006, p. 164-171), em sociedades de classe, na luta pela imposição da definição dominante do mundo social, do sistema dominante de classificação, a definição do limite entre o campo da opinião e o campo da *doxa* é objeto de disputa. Enquanto as classes dominadas buscam “expor a arbitrariedade daquilo que é tido como dado”, as classes dominantes têm “interesse em defender a integridade da *doxa*” ou, na falta disso, em estabelecer a ortodoxia (2006, p. 169). Note-se que, como a ortodoxia se apresenta como a legítima representante da *doxa*, agindo em nome dela, e que a disputa (jogo) se dá no sentido de tornar *doxa* a ortodoxia, a diferenciação entre elas pode não ser, à primeira vista, evidente.

A ortodoxia, existindo apenas “na relação objetiva que a opõe à heterodoxia”, é assim definida como o conjunto de “maneiras aceitáveis” e oficiais de pensar e falar a respeito do mundo natural e social, rejeitando “afirmações heréticas como blasfêmias” e impondo uma censura ao delimitar “o universo de discursos possíveis” e autorizados e daquilo que se pode pensar, afirmando-se ao excluir discursos concorrentes (BOURDIEU, 2006, p. 169).

No debate ambiental contemporâneo, percebe-se ter ganho força - em parte por causa da disseminação da ideologia do desenvolvimento sustentável, a partir do início dos anos de 1990 - o discurso que propugna a compatibilidade e conciliação entre interesses econômicos capitalistas (relacionados a desenvolvimento) e interesses sociais e ambientais. Vários

elementos podem ser identificados como sendo avançados sob a égide desse discurso. Alguns deles – assim como aqueles que compõem discursos e visões menos proeminentes relacionados à interrelação entre os campos econômico, social e ambiental e que disputam legitimidade com o discurso do desenvolvimento sustentável -, serão delineados e interpretados ao longo das seções 3, 4 e 5 deste trabalho.

Nesse sentido, chama atenção a afirmação de Martinez-Alier (1999; 2001) de que o movimento ambiental mundial está dominado por duas correntes principais: o culto ou defesa da vida silvestre e o evangelho da eco-eficiência (modernização ecológica ou desenvolvimento sustentável). Uma terceira corrente, que está alcançando maior extensão e alterando o ambientalismo no mundo, é o movimento de justiça ambiental (que o autor denomina *Ecologismo dos Pobres*, relacionado aos conflitos ecológicos distributivos, objeto de estudo da ecologia política). Para tratar as especificidades do ambientalismo no Brasil, Zhouri *et al* (2008) problematizam essa classificação e inscrevem a corrente de defesa da vida silvestre (associada às práticas conservacionistas, com ênfase em preocupações com o meio ambiente e com a biodiversidade em sentido estrito) na perspectiva da modernização ecológica. Ter-se-iam, assim, para Zhouri *et al* (2008), duas vertentes gerais em disputa no cenário ambiental mundial: modernização ecológica e movimento pela justiça ambiental. Veremos como essa inscrição da corrente de culto à vida silvestre na corrente do evangelho da eco-eficiência se evidencia convincente. Entretanto, trabalhando com as classificações desses autores e a partir da análise de entrevistas realizadas com os sujeitos que compõem o campo ambiental mineiro, optei por apresentar, nas três próximas seções, o que constituiriam três principais correntes de ambientalismo, inscrevendo a corrente de defesa da vida silvestre no paradigma da modernização ecológica, porém, não a tratando como uma corrente estritamente ortodoxa, mas como uma heterodoxia intermediária não tão contra-hegemônica como o movimento pela justiça ambiental. Começamos, na próxima seção, com o paradigma da modernização ecológica.

### 3 UM AMBIENTALISMO ORTODOXO

Para Carneiro (2005), a ideologia do desenvolvimento sustentável teria se tornado a *doxa* da “questão ambiental”, num processo em que os agentes assumiriam como “pressupostos os fundamentos da economia de acumulação” (sob a forma de mercadoria), tornando-os pontos de vista “tacitamente assumidos” e inquestionáveis, gerando “uma censura ubíqua e não declarada como tal, um consenso mudo” (2005, p. 40). Nesse suposto consenso em torno da noção de desenvolvimento sustentável, dissensos e conflitos se instaurariam de forma funcional; ao proclamarem-se fiéis à noção de desenvolvimento sustentável, adversários se fariam “cúmplices na reafirmação dos pressupostos que comungam e que evocam para caucionar seus respectivos pontos de vista” (2005, p. 40).

Assim, os agentes adeririam a um jogo, envolvendo-se e aceitando um contrato tácito em que se estabeleceria uma solidariedade entre os iniciados (CARNEIRO, 2005, p. 41). Os engajamentos e concepções formados nesse processo se manteriam “dentro de um jogo de regras e resultados pré-definidos” (2005, p. 41), no qual os limites do problematizável estariam bem definidos.

A perspectiva do desenvolvimento sustentável, inscrevendo-se no interior da historiosofia mais ampla da ideologia desenvolvimentista, se afirmaria como *doxa* da questão ambiental ao conseguir excluir concepções concorrentes. Assim, ainda recorrendo a Bourdieu, Carneiro (2005) menciona que a *doxa* é uma ortodoxia, um ponto de vista particular, dos dominantes, que se apresentaria e se imporia como ponto de vista universal (CARNEIRO, 2005, p. 40).

Elementos da ideologia do desenvolvimento sustentável como *doxa* da “questão ambiental” podem ser identificados na prática de alguns dos sujeitos entrevistados neste estudo e em análises de autores como Viola e Leis (1995; 1998) e Ferreira (1999), que pressupõem a possibilidade de compatibilização entre desenvolvimento econômico e interesses ambientais. Uma adesão pouco refletida à noção do desenvolvimento sustentável é expressa na fala de alguns dos sujeitos entrevistados, quando perguntados sobre a avaliação que faziam do surgimento de tal concepção nos anos 1990:

Mas eu acho que houve alguns marcos conceituais de mudança muito importantes [na Conferência Rio-92]. [...] Um, é lógico, foi a implementação e a idéia que *é possível um desenvolvimento com conservação* do meio ambiente. [...] Entende.... de modo que a própria idéia de desenvolvimento sustentável era idéia absolutamente correta; até que ponto ela é executada ou

é mal executada é outro problema, mas antes nem existia isso! [...] Você tem que ver o que era antes! (Médico, professor universitário, membro-fundador da ONG Biodiversitas, entrevista em 2003, acervo do Programa de História Oral / FAFICH - ênfase adicionada).

Eu acho que o desenvolvimento sustentável é o caminho correto [...] e tem que prosseguir. [...] Eu imagino a sustentabilidade, ela só vai acontecer quando ela for feita de indivíduo por indivíduo. [...] Se todo mundo for sustentável, você vai ter grupos sustentáveis, você vai ter cidades sustentáveis. [...]. E eu acho que a situação tá cada dia pior. [...] Você tem aí a camada de ozônio para dizer o que está acontecendo. Quando você conseguir detonar com isso aí do jeito que está indo, e fazer qualquer mudança aí de eixo de planeta e causar uma catástrofe, você vai ver que isso aí foi realmente decorrência de uma ação individual de grupos. [...] Quer dizer, como é que uma ação somada de pequenas atitudes pode transformar um planeta e acabar com o planeta até? [...] Que é uma coisa séria a camada de ozônio...como o aquecimento global também é uma coisa séria, né? [...] Isso aí o próprio Clube de Roma, na década de setenta, já fez esse prognóstico que deixou todo mundo assustado na época, né? (Engenheiro, Ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, entrevista em 2003, acervo PHO / FAFICH).

Assim como no trecho acima, em que há a referência a temas como camada de ozônio e aquecimento global, com certo catastrofismo em nível planetário, percebe-se, no trecho seguinte, que o entrevistado, ao expressar o seu senso de realidade, de delimitação de um repertório ou universo discursivo possível, sustenta a ideia de haver um amplo consenso sobre a definição do que seria um problema ambiental:

O maior fator de degradação ambiental no País hoje está na área rural, ou seja, é a agropecuária. [...] Porque há um grande... um *consenso informal* no movimento ambientalista e até mesmo em parte do público que o nosso maior desespero é a questão da biodiversidade, a extinção de espécies e água. [...] Medindo em termos de qualidade ambiental, ou seja, presença de biodiversidade, talvez a metade realmente tinha valor. (Economista, membro-fundadora de uma ONG ambientalista de Minas Gerais, entrevista em 2003, acervo PHO / FAFICH - ênfase adicionada).

Veremos adiante como a articulação discursiva em torno de termos como *degradação ambiental*, *qualidade ambiental*, *extinção de espécies* e *biodiversidade* (em sentido estrito) e a tentativa de apresentar como universais e autoevidentes os pressupostos do ponto de vista assumido pelo entrevistado podem, em certas situações sujeitas a correlações de forças específicas, apresentar implicações para grupos que não se articulam a partir desses mesmos termos.

### 3.1 Uma abordagem de consenso e de unicidade de perspectivas

Outra dimensão que orienta o discurso conciliatório hegemônico do desenvolvimento sustentável é a ideia de que, a partir dos anos 1990, a atitude de confronto de grupos ambientalistas e movimentos sociais em relação ao setor privado empresarial ou instituições que promovem atividades ambientalmente predatórias e prejudiciais a grupos marginalizados deu lugar ao estabelecimento de parcerias e à abertura para o diálogo (por exemplo, a criação de fóruns para discutir os assuntos ambientais). Sob a alegação de amadurecimento, grupos ambientalistas passaram a “substituir as estratégias de confrontação por atuações em parcerias”, concentrando esforços em “uma espécie de “pedagogia” voltada para o esverdeamento do empresariado” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 13).

É na esteira desse discurso hegemônico que Viola e Leis (1995; 1998) diferenciam o ambientalismo brasileiro em duas fases. A primeira coincidiria com o processo de constituição do ambientalismo no Brasil e se estende de 1971 a 1985, sendo denominada pelos autores de ambientalismo bissetorial (um bissetorialismo preservacionista), constituído por associações ambientalistas (grupos de base) e agências estatais de meio ambiente. Os autores afirmam que haveria uma relação dialética entre sociedade (entidades ambientalistas) e Estado (agências ambientais estatais), confluindo ambos os atores para a definição da problemática e da agenda ambiental no sentido do controle da poluição urbano-industrial e agrária, bem como da preservação dos ecossistemas naturais. Nesse período inicial, a atuação das entidades ambientalistas seria, segundo esses autores, baseada na denúncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental. Tal denúncia teria sido o motor de tais entidades durante esse período.

A segunda fase, da metade dos anos 1980 até o início dos anos 1990, teria sido caracterizada, de acordo com Viola e Leis (1995; 1998), pela emergência de um ambientalismo multissetorial e complexo (com o progressivo aumento da preocupação pública com a deterioração ambiental), havendo uma transição para a redefinição da problemática ambiental, que passa a ser orientada pelo paradigma do desenvolvimento sustentável, que se consolida a partir de então<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> O referido ambientalismo multissetorial seria constituído por cinco setores, dois existentes previamente e outros três novos: 1) as associações e grupos comunitários ambientalistas; 2) as agências estatais ambientalistas; 3) o socioambientalismo, constituído por organizações não-governamentais e movimentos sociais que incorporaram a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação; 4) os grupos e as instituições científicas, como universidade e instituições de pesquisa; e 5) setor de gerentes e empresariado, que começam a incorporar critérios de sustentabilidade em seus processos produtivos e investimentos.

Anteriormente baseadas no voluntarismo e amadorismo, as associações ambientalistas iniciam, na segunda metade da década de 80, um movimento de institucionalização e profissionalização crescente. Promovendo uma profunda inovação na cultura ambiental brasileira, as entidades profissionais não teriam mais a denúncia como objetivo central (como durante a primeira fase, o período formativo), mas a afirmação de uma alternativa viável de conservação e restauração do ambiente danificado. Os parâmetros do debate ambiental teriam mudado no início dos anos de 1990, não se falando mais em proteção ambiental independente do desenvolvimento econômico, sendo que o eixo do debate passou a ser como atingir um novo estilo de desenvolvimento (estatista, comunitário e de mercado, segundo Viola e Leis, 1995; 1998) que interiorizasse a proteção ambiental. Antes vistos como duas realidades antagônicas (ecologia e economia), a problemática do desenvolvimento teria tornado evidentes os vínculos entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico; as bases consensuais do desenvolvimento sustentável se referindo ao ideal de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental.

Viola e Leis (1995; 1998) prescrevem, dessa maneira, a necessidade de conceber o ambientalismo multissetorial (a segunda fase) e o projeto de desenvolvimento sustentável como eixos de convergência das relações entre sociedade e Estado. O desenvolvimento sustentável apareceria como um ponto de encontro do debate entre os diversos atores, transformando-se no eixo central, aglutinador, de convergência. O uso dessa noção abriu a possibilidade de consolidação do ambientalismo como movimento multissetorial e complexo, que estimularia o aumento das interações entre os cinco setores citados.

A ideia de um esforço pactuado e unificado em torno da proteção do meio ambiente, vislumbrado por Viola e Leis (1995, 1998), encontra ressonância em alguns depoimentos dos sujeitos entrevistados:

A AMDA [Associação Mineira de Defesa do Ambiente], atualmente, nós temos uma vontade, nós não conseguimos sair muito da vontade, não. [...] De contribuir para o fortalecimento do movimento *como um todo*, de *aglutinar* o movimento, a gente tem feito um esforço muito grande neste sentido de estabelecer um canal de comunicação mais constante com as demais ONG, não é fácil. [...] Agora mesmo nós estamos tentando... aglutinar... tentar conseguir... a eleição de três representantes para o Conselho Administrativo do IEF [Instituto Estadual de Florestas/MG]. (Economista, membro-fundadora de uma ONG ambientalista de Minas Gerais, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH - ênfases adicionadas)



Outro ambientalista discorre:

A água seria um grande *eixo de mobilização* social. A mobilização social é fundamental pra nós. [...] Então, nós propusemos que o objetivo nosso operacional, *objetivo operacional pontual comum*, era a volta dos peixes ao rio das Velhas. [...] Se a água melhorou, por causa da melhor gestão ambiental, é porque mudou a *mentalidade cultural* da nossa civilização. [...] Porque [a volta do peixe] atrai o pescador e o geólogo, e o hidrólogo e todo mundo, o filósofo, o músico, o teatro, a imprensa. [...] O projeto Manuelzão é [...] um projeto de desenvolvimento econômico sustentável. [...] Ele é um projeto internacional a partir do rio das Velhas. [...] Então, o projeto Manuelzão é a favor dessa globalização do bem. [...] Nós estamos formando movimentos sociais que vão formar grandes rios e vamos transformar o mundo nessa interação global dos movimentos sociais e ambientais do mundo inteiro. [...] Então, o Projeto Manuelzão [...] *integrou* tudo. [...] E o Manuelzão hoje é um *grande ponto de encontro*, um *ponto de convergência*. [...] Mobilizar toda a bacia do rio das Velhas, [...] pra volta do peixe. [...] Porque nós não trabalhamos em torno de pontos, fontes de poluição, fontes disso, probleminhas locais assim, e *denunciando e brigando*, não. Nós *chamamos toda a sociedade*: empresas, governo e tal [...] para a gestão ambiental por bacia hidrográfica, [...] e sair dessa discussão estéril (Médico, professor universitário e membro-fundador do Projeto Manuelzão, entrevista em 2004, acervo PHO / FAFICH - ênfases adicionadas).

Vemos os entrevistados acima absorvidos pelos elementos dóxicos ressaltados por Carneiro (2005), passando a incorporá-los, vivenciá-los e expressá-los como naturais, dados. Ao definir o projeto Manuelzão como um projeto de desenvolvimento econômico sustentável, o desenvolvimento econômico é tomado como inevitável, como podendo e devendo continuar; os problemas decorrentes seriam passíveis de serem resolvidos por meio de uma transformação da mentalidade cultural da humanidade.

O uso da expressão *globalização do bem*, no depoimento acima, também remete a um efeito apaziguante; a atuação do projeto Manuelzão se caracterizaria mais pela abertura ao diálogo com “toda a sociedade” do que por uma postura de enfrentamento (“denúncia e briga”), vista pelo sujeito entrevistado como podendo levar a uma “discussão estéril”.

A ideia de que o importante é preservar e salvar a natureza é apresentada como um objetivo comum, supostamente definido de forma consensuada, em torno do qual todos devem convergir, ser integrados. A pretensão universalizante desse objetivo é evidente em expressões como *projeto internacional a partir do rio das Velhas*, *interação global* e *globalização do bem*. Nesse sentido, é interessante a análise de Acsehrad (2004) de que o ambientalismo multissetorial proposto por Viola e Leis (1995; 1998) corresponde a uma unidade total entre os sujeitos, onde “a consideração da diversidade social do ambientalismo exprimiria não mais que a adesão cooperativa gradualmente crescente dos diferentes ‘setores’

de um mesmo ambientalismo” (p. 13), uma adesão unânime ao reconhecimento de uma “crise ambiental” objetiva, sendo

pressuposto dessa perspectiva a remissão a um meio ambiente único, a que corresponderia uma consciência ambiental também única, relativa a um mundo material fetichizado e reduzido a simples quantidades de matéria e energia da qual não se evidenciam [...] as múltiplas formas sociais de apropriação e as diversas práticas culturais de significação (Achselrad, 2004, p. 13).

Veremos adiante como essa perspectiva de unicidade contrasta com a abordagem adotada pelos agentes do movimento pela justiça ambiental e seus analistas, que reconhecem uma diversidade de modos de interação com o mundo natural.

Elementos semelhantes àqueles do pensamento de Viola e Leis (1995; 1998) permeiam o pensamento de Beck (1995; 2010) e de Giddens (1991), no que se refere diretamente à temática do meio ambiente. Beck (1995; 2010), por exemplo, parte da existência de uma crise ambiental supostamente objetiva e essencial. Apesar de insistir em um pluralismo imanente das questões de risco, em que muitas modernidades seriam possíveis (1995, p. 21, 37), e na ideia de que a definição do perigo é sempre uma construção cognitiva e social (1995, p. 17), com diferentes significados sociais e culturais sendo imputados ao risco (2010, p. 31), o autor parece operar certa naturalização ou reificação das incertezas ou ameaças ambientais e do que constituiria um problema ambiental, ou mesmo das formas de vida e condutas baseadas na incerteza. Para ele, no que consistiria “a essência da crise ecológica atual” e um fatalismo ecológico com tendência à universalização (BECK, 1995, p. 19; 2010, p. 43), um número cada vez maior de conflitos sociais não estariam sendo mais tratados como problemas de ordem (que, por definição, seriam voltados para a clareza e a faculdade de decisão), mas como problemas de risco, caracterizados por uma ambivalência fundamental (uma crescente ausência de clareza). Nesse sentido, chega a tratar as situações de ameaça como uma nova forma de destinação na civilização avançada, um tipo de “imputabilidade civilizacional do risco”, de alcance mundial e com a qual todos se confrontariam de maneira similar, deixando pouca possibilidade de escolha individual ou de escape (BECK, 2010, p. 49). Semelhantes ideias são apresentadas por Giddens (1991, p. 88), ao afirmar que os sistemas abstratos envolvidos nas instituições modernas seriam de certa forma inevitáveis, permeando amplas extensões da vida cotidiana; ninguém poderia optar por sair completamente deles.

A definição de problemas ambientais nesses termos deixa pouco espaço para o reconhecimento de uma diversidade de formas culturais de definição e interação com o ambiente natural. É a partir dessa perspectiva que Brian Wynne (1996, apud ACSELRAD, 2002) critica Beck em sua “consideração excessivamente realista da geração de uma nova consciência cultural decorrente de riscos reais universais que introduziriam o ceticismo público e, conseqüentemente, a auto-refutação na modernidade e em suas instituições” (p. 3).

Posição semelhante é defendida por Acselrad (2002), no sentido de que, a despeito das afirmações de Beck de que o risco seja culturalmente determinado, ele não incorpora nas suas análises a diversidade social na construção do risco ou a existência de lutas simbólicas, não fazendo referência aos distintos modos pelos quais os atores sociais evocam a noção de risco ou ao trabalho de construção discursiva que configura as alianças no âmbito das lutas sociais e na formulação diversificada da crítica ecologista. A teoria da modernização reflexiva, conforme definida por Beck (1995), negligencia, assim, uma problematização das categorias de percepção da realidade e, portanto, da própria categoria *risco* (ACSELRAD, 2002).

A mudança referida anteriormente, de uma atitude de confronto para o estabelecimento de parcerias entre antigos adversários, leva Ferreira (1999) também a pressupor a possibilidade de compatibilização entre desenvolvimento econômico e interesses ambientais, uma tendência à progressiva união de setores da sociedade com o objetivo comum de superar a crise global atual. Adotando uma orientação semelhante à de Viola e Leis (1995; 1998), a autora procura compreender o ambientalismo contemporâneo tendo como referência os movimentos sociais e organizações não-governamentais. Para ela, as ONG ambientalistas desempenhariam papel preponderante no campo especificamente ambiental na atualidade, sendo sua ação cotidiana peça chave na delimitação desse campo e em sua promessa de universalidade, apoiando iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade e estreitando relações e parcerias entre os níveis local e global.

Ferreira (1999) ressalta que o ambientalismo multissetorial, definido por Viola e Leis (1995; 1998) como movimento social histórico, seria portador de um projeto de mudança universalizante, articulando setores sociais díspares da sociedade, integrados por uma orientação voltada para a sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável. O ambientalismo, assim definido, seria o lugar onde tenderiam a se formar os conflitos em que diferentes interesses, expectativas e valores se aglutinariam.

A meta mais audaciosa do ambientalismo, incluindo a atuação das ONG ambientalistas, seria, segundo a autora, a sua constituição como projeto cultural de sociedade

com ares de universalidade. Tal tarefa, estabelecida nos anos 1990, teria propiciado - graças principalmente à universalidade imposta pelo diálogo iniciado por ocasião da Rio-92 com outros movimentos sociais (que não o ambientalismo) e com parceiros internacionais - a aproximação de suas tendências internas. Haveria, dessa forma, uma miscigenação de propósitos e ações, em que organizações militantes e grupos de pressão atuariam de forma centrada no diálogo com o Estado, de modo a criar canais de participação política. Nesse processo, organizações militantes reconheceriam a importância de uma reformulação radical de códigos e valores individuais e privados para a constituição de uma nova sociedade; grupos de pressão incorporariam códigos de uma gramática estabelecida ideologicamente e compactuariam da necessidade de se estabelecerem parcerias com outras formas de mobilização social.

Para Ferreira (1999), a capacidade de diálogo entre categorias diferenciadas de sujeitos seria inegavelmente o princípio constitutivo da própria ação ambientalista, o que provocaria uma situação de aprendizagem social intensa. Reconhecendo nas ONG, em particular as ambientalistas, os legítimos agentes de mudança social, a autora menciona que elas se orientariam para colocar em um mesmo campo de relações de aprendizado categorias de sujeitos diferenciados, expressando e comunicando um discurso transcultural organizado em torno de responsabilidades pactuadas sobre a sustentabilidade ambiental. Seria delineada, assim, uma linguagem pactuada entre tais sujeitos, uma nova gramática social, que tentaria traçar pontos de referência comuns entre atores pulverizados, níveis diferenciados de ação e múltiplos objetivos, dando conta de uma possível inteligibilidade do mundo contemporâneo e colocando a nu as potencialidades do conhecimento humano na busca da universalidade.

Quando menciona “os muitos ambientalismo”, Ferreira (1999) se refere à disseminação de ONG, destacando que elas compartilhariam a noção de devir e que seu papel principal na atualidade representaria as inúmeras possibilidades de superar a crise global atual. Respostas a essa crise estariam sendo dadas por milhares de ONG, levando a cabo inúmeros tipos de projetos, todos incluindo cursos de capacitação específicos.

Desse modo, vemos ecoar no pensamento de Ferreira (1999) pressupostos semelhantes aos adotados por Viola e Leis (1995; 1998); o ambientalismo é retratado a partir de uma perspectiva de unicidade e pretensão à universalidade e ao consenso. Haveria como que uma plataforma unificada, com uma definição de problemas, objetivos e projetos supostamente acordada e comum; uma mesa redonda, em torno da qual grupos ou setores dialogariam,

discutiriam, negociariam, participariam, aprenderiam, em busca de consensos e soluções para possíveis divergências de interesses.

As premissas da participação e negociação (conciliação), diálogo e estabelecimento de parcerias ou acordos em uma situação de aprendizagem, entre atores com diferentes interesses (com o objetivo de se chegar a um denominador comum, todos de mãos dadas pelo meio ambiente), se expressam na prática de alguns dos sujeitos entrevistados:

Nós trabalhamos os *interesses* que estão aí, por exemplo, as mineradoras, as siderúrgicas, matadouros, os postos de gasolina [...] Nós temos que chegar e convidar todos pra *sentar à mesa* das reuniões do Comitê [de bacia hidrográfica] ou da mobilização do Manuelzão. [...] Na medida em que você *negocia*, [...] as empresas também têm problemas, eles [es]tão procurando uma *negociação*. [...] E aí vamos tentando um uso e ocupação do solo *negociado*. E tem que *integrar esforços*. [...] Por isso que a gente faz um trabalho muito grande nas escolas, [com crianças]. [...] Para que os futuros dirigentes dessas grandes empresas tenham mais *diálogo* pra *salvar o meio ambiente*. [...] Eu sou a favor de *parceira* público e privado. Eu sou a favor de *integrar* cada vez mais o setor empresarial que é parte da sociedade brasileira. Integrar o setor social, empresarial e governamental. Para que o Estado, que é o governo, empresários, e aí fazendeiros e sociedade civil organizada, *se articulem* na gestão do país. [...] Então, nós [es]tamos *negociando, aprendemos a negociar*, você faz uma concessão ali, em troca você exige aquilo ali. [...] Fala assim: “vamos fazer um *acordo* que é bom para o meio ambiente, nem cem por cento, mas é um avanço”. [...] Nós *aprendemos* a trabalhar isso. Foi duro, mas nós *aprendemos*. [...] Essas empresas, eu tenho que dar pra ela um imaginário, uma proposta de atingir e uma *mesa de negociação* (Médico, professor universitário e membro-fundador do Projeto Manuelzão, entrevista em 2004, acervo PHO / FAFICH - ênfases adicionadas).

Pelo trecho precedente, percebe-se que, assim como pelo pensamento de Ferreira (1999), a defesa de um modelo de busca de consensos e parcerias por meio da participação e do diálogo tende a não reconhecer tensões e embates entre racionalidades distintas em torno do que seja meio ambiente e dos múltiplos usos das condições naturais, embate entre projetos diversos de sociedade. Articula-se como um dos objetivos da relação entre grupos variados a superação, diluição (e não a manutenção) das diversidades e individualidades (alteridades) culturais, em nome e em torno de uma causa e linguagem supostamente comuns e universais, dissolvendo-se, assim, “a possibilidade de divergir diante do propósito de alcançar um crescimento sustentável” (LEFF, 2001, p. 28).

Viola e Leis (1995; 1998) e Ferreira (1999) centram as discussões em torno dos meios disponíveis para o alcance de um objetivo previamente definido, como desenvolvimento ou crescimento econômico. Evitam, dessa forma, o questionamento sobre as finalidades, sobre o

tipo de sociedade e as formas de vida e interação social que se pode almejar; evitam o debate sobre questões como “para quê, para quem” ou “a maneira pela qual a sociedade deve viver, ou o quê, quanto e de que maneira deve produzir e consumir” (SACHS, 2000a, p. 129).

Vale destacar alguns elementos das teorias da sociedade de risco e da modernização reflexiva (a segunda, em grande medida, co-extensiva à primeira) e, ainda, do ambientalismo conforme concebido por Beck (1995; 2010) que se assemelham à concepção de ambientalismo de Viola e Leis (1995; 1998) e Ferreira (1999).

A noção de uma subpolítica híbrida desenvolvida por Beck (1995) se refere à ideia de que um mundo duplo, pertencente a duas épocas distintas - uma do “não ambíguo” (normalidade) e outra da modernidade ambivalente (absurdo) -, estaria adquirindo vida. Estaria ocorrendo, por um lado, um esvaziamento político das instituições e, por outro, um renascimento não institucional do político, com o sujeito individual (individualizado ou órfão das estruturas reconfortantes) retornando à sociedade. Na cultura individualizada do Ocidente, os indivíduos ainda se comunicariam e atuariam conforme as antigas categorias e instituições, mas também se afastariam delas passo a passo, em um processo no qual formas de envolvimento político e de retirada e afastamento se misturariam em uma ambivalência que desafiaria as velhas categorias de clareza política (como direita e esquerda, participação e retraimento, conservador e socialista). Nesse mundo duplo, entidades e agentes, como grupos de iniciativa do cidadão, externos ao sistema político ou corporativo formal (como o parlamento, a estrutura político-partidária e os sindicatos), estariam adquirindo poder nas decisões e na definição da agenda e do planejamento social, colocando em cheque o monopólio político das instituições formais e de seus agentes. A essas velhas instituições políticas da sociedade industrial, aos velhos meios da não-ambiguidade, Beck (1995) chama de instituições zumbis, sem energia vital, clinicamente mortas, mas não capazes de morrer; essa “morte institucional” seria sobreposta por outras instituições, mais leves e ágeis, sem pretensão de perenidade, não durando mais que a sua utilidade.

Beck (1995) aposta, assim, na capacidade dos cidadãos comuns, desvinculados de classes e partidos e com orientação extraparlamentar, de se mobilizarem, engajarem e formarem grupos de discussão para a ação política em contra-poder, determinando a agenda social, aproveitando oportunidades de voz e participação no arranjo social, em um processo de moldagem da sociedade de baixo para cima, do individual para o coletivo, em que não é o indivíduo que seria considerado apropriado à política, mas as questões é que seriam dirigidas aos agentes corporativos coletivos.

Essa noção de subpolítica desenvolvida por Beck (1995) se apresenta, à primeira vista, atraente e convincente, principalmente por permitir o questionamento de orientações autoritárias e atitudes hierárquicas unilaterais de instituições rígidas e tradicionais do Estado. Entretanto, veremos mais adiante como alguns de seus elementos podem se mostrar problemáticos quando contrastados com o pensamento de autores mais ligados aos movimentos contra-hegemônicos de justiça ambiental.

Apesar de defender que a sociedade de risco seria uma sociedade sem consenso, sem um cerne legitimador, Beck (1995) parece, por vezes, apresentar a causa ecológica como um possível ponto ou eixo de convergência entre sujeitos com interesses divergentes que, de outra forma, estariam em disputa e se contestariam. O autor preconiza que “a compulsão para se engajar na salvação ecológica” estaria se tornando universal (em um segundo iluminismo ou um iluminismo ecológico), unindo setores díspares da sociedade como a indústria química e seus arquirríticos do Partido Verde, e se refere às compulsões e possibilidades “de se fabricarem compromissos e obrigações sociais” como, por exemplo, “a representação do novo consenso geral [apesar de experimental] em relação às questões ecológicas” (p. 30, 32).

Conforme argumentam Lash & Wynne (1992), Beck (1995), assim como Habermas, de fato entende a mudança social como um processo de aprendizado, optando, se não por uma racionalidade, por uma hiperracionalidade, sendo, não inimigo, mas amigo da modernização. Beck (1995, p. 41-45) se refere também a um modelo de mesa-redonda, na forma de instituições de mediação intersistêmicas, como meio de lidar com a nova ambivalência e incerteza da sociedade de risco. Haveria, segundo ele, em toda parte, demandas por formas e fóruns de negociação e cooperação, com o objetivo de criação de consensos entre a indústria, a política e o povo, em que diálogos seriam abertos entre a mais ampla variedade de agentes. Tais fóruns, apesar de não poderem garantir a abolição de conflitos (e a produção de consensos), poderiam estimular a sua prevenção e precaução. Dessa maneira, o autor coloca os agentes em uma mesma relação de aprendizado, em que todos (autoridades, empresas, sindicatos e representantes políticos) deveriam estar preparados para se superar e para assumir compromissos, “rumo a uma simetria de sacrifícios inevitáveis” (BECK, 1995, p. 41-45).

Outra notável semelhança entre o pensamento de Beck (1995) e o de Viola e Leis (1995; 1998) e Ferreira (1999) se refere à possibilidade de entendimento. Enquanto Ferreira (1999) imagina uma possível inteligibilidade no mundo contemporâneo, uma miscigenação e reformulação de códigos e valores, Beck (1995, p. 45) também vislumbra a possibilidade de uma síntese, ou fusão, de códigos comunicativos, combinados, misturados e aplicados uns aos

outros, fundindo-se em uma terceira entidade, e em que se provocaria uma relação entre sub-racionalidades aparentemente auto-referenciadas entre si.

Adotando uma perspectiva bastante diferente, Esteva (2000, p. 63), em uma crítica conceitual e histórica à noção de *desenvolvimento*, observa como esta noção propõe uma reformulação da história nos termos do Ocidente, sendo convertida em programa, em um destino necessário e inevitável, um caminho definível passando por vários estágios, em que o modo de produção industrial é definido como o estágio final, a culminação natural “de um caminho unilinear para a evolução social” (p. 63) e não como uma entre as muitas formas de vida social. Não conseguindo se desassociar de palavras junto às quais foi criada, tais como *crescimento*, *evolução* e *maturação*, a noção de *desenvolvimento* sugere uma transformação, como uma lei, na direção de “formas cada vez mais perfeitas”, de uma “mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor” (ESTEVA, 2000, p. 64, 80).

A hegemonia desta “genealogia da história puramente ocidental” (ESTEVA, 2000, p. 63) faz desaparecer o “Outro” (SACHS, 2000a, p. 15), representado pelas formas de vida alternativas e “diferentes do modo econômico e industrial de interação social”, desligadas “da mediação do mercado ou do Estado” e “externas à esfera econômica”, [...] “roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social”, [...] “segundo seus próprios termos” (ESTEVA, 2000, p. 63, 77, 78) e com “tipos de vida humana simplesmente diferentes e não-comparáveis aos do Ocidente” (SACHS, 2000a, p. 14, 15).

Veremos adiante, pela análise de entrevistas com sujeitos mais ligados à vertente do movimento pela justiça ambiental e no pensamento de autores como Carneiro (2005) e Zhouri (2001), que um processo visto por Viola e Leis (1995; 1998) e Ferreira (1999) como uma evolução, um aprendizado e amadurecimento do ambientalismo, uma progressão de uma situação inicial com o predomínio de pequenos grupos “amadores” e “radicais” para outra com organizações mais “maduras” e “realistas” adquire novos contornos, dimensões e interpretações. Processos vistos por esses autores como negociação, participação, construção de consensos são reinterpretados e ressignificados de modo a evidenciar dinâmicas de hierarquização, poder e exclusão, com o reconhecimento de um embate entre sujeitos, grupos e classes em um “campo de forças” estruturado hierarquicamente, distribuído verticalmente, marcado pela assimetria de poder entre sujeitos heterogêneos (com diferentes modos de significação e de apropriação do meio ambiente), em que diferentes perspectivas culturais assumem diferentes pesos ou poder no balanço das relações e posições históricas.



### 3.2 O paradigma da modernização ecológica

Até aqui, veio se delineando uma caracterização dos elementos do que, no final da seção 2, Martinez-Alier (1999; 2001) mencionou como sendo uma corrente dominante do movimento ambiental mundial: o paradigma da modernização ecológica. Zhouri e Laschefski (2010, p. 13) observam que, no campo dos conflitos entre visões ambientalistas e desenvolvimentistas, se tornou predominante o modelo ou estratégia de desenvolvimento sustentável baseado no referido paradigma, que orienta os discursos, debates e ações hegemônicos do campo ambiental na atualidade, reduzindo a dimensão do conflito a uma perspectiva técnico-administrativa e camuflando a oposição entre desenvolvimento e meio ambiente, ao apresentar como objetivo “‘moldar’ o modelo classico de desenvolvimento” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 13). Nesse sentido, a definição de Acsehrad (2004a) resume bem em que consiste esse paradigma: modernização ecológica é o pensamento ambiental dominante, que considera o desperdício de matéria e energia o núcleo do problema ambiental, em que ações propugnadas por empresas e governos são “destinadas essencialmente a promover ganhos de eficiência e a ativar mercados”, agindo “no âmbito da lógica econômica, atribuindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental” (ACSELRAD, 2004a, p. 23). Há uma celebração do mercado, a consagração do consenso político (crença na colaboração e no consenso) e a promoção do progresso técnico (ênfase em uma adaptação tecnológica, semelhante ao que Zhouri *et al* (2005) explicam como sendo o paradigma da adequação do meio ambiente (ou ambientalismo de resultados) e ao que Carneiro (2005a, p. 75) denomina jogo da mitigação). Os adeptos da modernização ecológica acreditam que a questão ambiental pode ser apropriadamente internalizada pelas instâncias do capital, com possibilidade de um aprendizado institucional frente à crise ecológica, com vistas à sua superação, sem abandono do padrão de modernização e sem alteração do modo de produção capitalista de modo geral (ACSELRAD, 2004a).

Na visão de Carneiro (2005), autores como Viola e Leis (1995; 1998), que pressupõem a possibilidade de um capitalismo tornado ambientalmente sustentável, se recusam a discutir os vínculos da ideologia do desenvolvimento sustentável com os interesses objetivos do capital. Avalizando a possibilidade e a necessidade de “domesticação” (controle) da reprodução social realizada sob a forma-mercadoria (possibilidade de compatibilização entre “desenvolvimento econômico” indefinido - visto como inexorável, uma lei natural, podendo e devendo continuar - e “preservação dos ‘recursos’ e equilíbrios naturais” e

diminuição contínua das desigualdades sociais (CARNEIRO, 2005, p. 27)), ambientalistas do desenvolvimento sustentável concebem que as relações de produção que sustentam o sistema produtor de mercadorias não encontram “limites intransponíveis”, “mas apenas obstáculos discretos que podem ser contornados mediante” a “gestão política ‘racional’”, “cientificamente embasada”, dos usos das condições naturais (CARNEIRO, 2005, p. 39).

É com argumentos semelhantes aos de Carneiro que Acselrad (2002) procura destacar o modo pelo qual sujeitos sociais envolvidos na denúncia de injustiças ambientais acionam um quadro discursivo, como veremos na seção 5, que contesta os pressupostos tanto da modernização ecológica quanto da teoria da sociedade de risco, evidenciando uma clara desigualdade social na exposição aos riscos ambientais, decorrente de uma lógica social que associa a dinâmica da acumulação capitalista à distribuição discriminatória dos riscos ambientais, uma lógica que extrapola a simples racionalidade abstrata das tecnologias.

Acselrad (2002) apresenta, assim, elementos que questionam a capacidade da teoria da sociedade de risco, formulada por Beck (1995; 2010), de oferecer uma compreensão sobre a natureza do conflito ecológico, principalmente pelo fato de sua noção desse conflito nem mesmo remeter à categoria capital. Referência alguma seria feita, pelos teóricos da sociedade de risco, à presença de uma lógica política que orienta a distribuição desigual dos danos ambientais ou às dinâmicas da acumulação que subordinam as escolhas técnicas. Os teóricos da sociedade de risco desviariam a atenção política das críticas ao capitalismo, havendo, na teoria de Beck (1995; 2010), por exemplo, uma “relutância em atentar para as propriedades sistêmicas das sociedades capitalistas de mercado” (ACSELRAD, 2002, p. 2), ao conferir aos riscos um caráter abstrato e dirigir sua crítica contra a racionalidade técnico-científica e não contra o poder institucional do capital (ACSELRAD, 2002). Desconsiderando a categoria capital e concentrando a ação reflexiva sobre o controle das tecnologias, a teoria da sociedade de risco constituiria mais uma espécie de vertente crítica do que uma concepção oposta à modernização ecológica (ACSELRAD, 2002).

Tais críticas à sociedade de risco encontram ressonância na observação de Lash (1995, p. 169) de que uma teoria da reflexividade, da modernização reflexiva, apenas se tornaria uma teoria crítica na medida em que afastasse sua reflexão da experiência da vida cotidiana e se dirigisse para o sistema. Portanto, tanto em Beck (1995) quanto em Giddens (1991), a reflexividade cognitiva não seria fundamentalmente crítica, pois não se dirige à lógica ou sistema da mercadoria e da burocracia, mas à transformação da tradição. Beck (1995, p. 20) menciona, por exemplo, que a conversão à causa ecológica poderia ser

determinada pela percepção de perecimento das florestas (extinção de espécies da fauna e flora) ou pela consciência de substâncias tóxicas nos alimentos (danos aos seres humanos). Como veremos adiante, esses elementos não compõem tipicamente o universo de referência discursiva de sujeitos que integram o que Martinez-Alier (1999, 2001) denomina de ambientalismo da subsistência, relacionados aos movimentos pela justiça ambiental.

Retomando, neste ponto, a conceituação de *doxa* proposta por Bourdieu (1972, p. 164-171), apresentada no item 2.3, veremos, assim como em depoimentos anteriores, que vários sujeitos entrevistados incorporam o modo de agir, um *habitus*, a prática social, a *doxa* do desenvolvimento sustentável, que passa a ser vivida, na prática, como natural e inquestionável. Aceitam participar da lógica hegemônica da modernização ecológica de acordo com as regras do jogo; podem assumir a posição de adversários, mas agem dentro dos limites da *doxa*. Há, assim, limites impostos à ação social pela estrutura objetiva (uma cumplicidade entre estrutura objetiva e *habitus*), uma delimitação do repertório de ações possíveis, em que os indivíduos não ousariam passar desses limites, atendo-se a um jogo de regras e resultados pré-definidos. Tal esforço de delimitação se evidencia no seguinte trecho de entrevista:

A polícia ambiental, digamos, que ela é um dos maiores braços do Conselho Estadual de Política Ambiental. [...] Porque a fiscalização, é claro [...] que a AMDA não defende somente a política do comando-controle, ou seja, só a política da repressão. É claro que não! Mas isso não quer dizer que a gente possa abandonar a política de comando e controle. [...] Não tem como! Isso já é, digamos... abandonar a política de comando-controle é uma sociedade quase utópica em termos de desenvolvimento sustentável. Uma sociedade utópica, em que nós seres humanos teremos que mudar completamente a nossa relação com a natureza... o que significa... mudar a nossa forma de consumo... mudar a noção de... mudar! Uma quantidade de coisas. [...] Quase que reinventar a roda (Economista, membro-fundadora de uma ONG ambientalista de Minas Gerais, entrevista em 2003, acervo PHO / FAFICH).

O entrevistado trata a relação dos seres humanos com a natureza propugnado pela ideologia do desenvolvimento sustentável como o único possível e plausível, não reconhecendo que podem existir diferentes modos de significação e de apropriação do meio ambiente. Mudar ou abandonar esse paradigma, assim como abandonar os mecanismos que o orientem para uma sustentabilidade (como a política de comando e controle), não é visto como uma opção.

Os depoimentos seguintes também são bastante ricos, pois evidenciam elementos componentes da *doxa* (e de seu respectivo *habitus*) do desenvolvimento sustentável. Neles,

vemos os sujeitos entrevistados aderirem aos pressupostos da modernização ecológica, defendendo que sejam tomadas medidas para a proteção ambiental, mas assumindo o papel de adversário cúmplice (dissensos e conflitos se instaurando de forma funcional), em uma relação de reconhecimento mútuo, compartilhando tais pressupostos e aceitando participar de um jogo de mitigação (CARNEIRO, 2005a, p. 75) ou de adequação do meio ambiente (ZHOURI *et al*, 2005). Tomam o desenvolvimento (modo de produção capitalista) como natural e inevitável e agem propondo medidas (ajustes tecnológicos) que o direcionem para uma vislumbrada sustentabilidade, reproduzindo a mesma sociedade. Medidas que beneficiem o meio ambiente - criação e o cumprimento de legislação ambiental, medidas de mitigação e compensação, criação de setores de meio ambiente pelas grandes corporações (esverdeamento do empresariado), medidas de fiscalização e controle ambiental - são defendidas no trecho seguinte:

Quando estava sendo criada a APA-SUL [Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte], [...] a gente [Fundação Biodiversitas] fez o estudo técnico lá... e concluímos que a área era muito boa, e foi pago o estudo pelas mineradoras. [...] [Mineradora séria] é uma mineradora que tem dentro dos seus objetivos, o objetivo principal é a mineração e lucro, mas proteger, manter o meio ambiente. Não só cumprindo a legislação toda, [...] até alguma coisa compensatória. [...] Por exemplo, a VALE [...] fez uma [mineração] lá em Carajás. [...] [A VALE] protege uma área enorme. [...] Mas como é que ela pode [...] proteger aquela mata? Por causa daquele buraco. [...] Ela extrai o minério de uma área do fundo e protege uma área maior, não é? [...] Se faz uma hidrelétrica, [...] você tem que pôr no orçamento uma parte para criar unidades de conservação, equivalente àquela área que você destruiu. [...] Fato é que está tudo encaminhando... as coisas são *compatíveis*. [...] É uma evolução da idéia. [...] Para proteger a natureza, biodiversidade, só lei, só guarda do IBAMA, do IEF... [...] Evoluiu hoje! O meio ambiente hoje é, para mim, o maior avanço jurídico, é que o ambiente hoje já é parte de qualquer organização séria. [...] As grandes empresas têm superintendência de meio ambiente. [...] Então, digamos assim, em nível de governo essa tendência de fazer secretarias, ministério de meio ambiente, e em nível das grandes empresas, superintendências de meio ambiente, [...] estruturalmente houve um avanço enorme (Médico, professor universitário, membro-fundador da ONG Biodiversitas, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH – ênfase adicionada).

É interessante observar, nesse excerto, como medidas compensatórias são retratadas como benéficas, tanto para uma mineradora, que extrai o minério de uma área, quanto para o meio ambiente, por meio da proteção de outra área verde. Retratar a relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental dessa forma, como uma situação “win-win”, está em conformidade com os argumentos da ideologia do desenvolvimento sustentável,

de acordo com os quais se deve buscar um equilíbrio justo e pacífico entre as metas do desenvolvimento econômico, da equidade social e da preservação ambiental, por meio da adoção de soluções (técnicas e de mercado) vantajosas para todas as partes.

É relevante notar, no mesmo trecho, a questão do conhecimento técnico como subsídio para a tomada de medidas pelas mineradoras. Veremos, no item seguinte, como essa dimensão do conhecimento técnico-científico é central no paradigma do desenvolvimento sustentável baseado na modernização ecológica.

A defesa de um “esverdeamento” do empresariado, de uma adequação das empresas à lógica do desenvolvimento sustentável, por meio do estabelecimento de parcerias, colaboração e projetos comuns e pactuados com ONG, é defendida no trecho de entrevista seguinte:

Naquela época, [...] era uma safra. [...] Era só olhar para o lado que você tinha à vontade, exemplo, para colocar na “Lista Suja” [de empresas poluentes]. [...] E nós começamos a perceber que o setor produtivo não era como.... igual a um vilão, babando sangue, igual sempre se colocou, não. [...] Após determinado tempo, [...] nós começamos a fazer *parceria* com o próprio setor privado. [...] Nós temos 15 empresas associadas. [...] Nestes encontros [com empresas parceiras], a gente discute questões ligadas à questão ambiental, *agenda comum* entre a AMDA e as empresas... [...] A *mudança da postura ambiental das empresas* é uma realidade. [...] A USIMINAS está praticamente terminando o termo de compromisso; a ACESITA é uma empresa limpa! A BELGO, a BELGO você não acredita quando você entra naquela usina.... a usina..... é até gostoso andar lá. [...] A SAMARCO é um modelo em meio ambiente, você fica impressionada com o trabalho da empresa na área de mineração. É simplesmente uma tetéia! É claro que a mineração é feia. [...] Se ela é bem feita ela é *compatível*. [...] Nós resolvemos tirar estas empresas [da lista suja] (Economista, membro-fundadora de uma ONG ambientalista de Minas Gerais, entrevista em 2003, acervo PHO / FAFICH - ênfases adicionadas).

A mesma ambientalista se refere a um amadurecimento, pessoal e profissional, à mudança de uma atitude de enfrentamento, confronto e denúncia para outra, orientada para o diálogo respeitoso e pelo cuidado e entendimento, destacando o COPAM como um fórum de aprendizado:

Nós temos o maior valor pelo COPAM. [...] Foi um *fórum de aprendizado* e crescimento. [...] O COPAM foi um *grande fórum* que nos possibilitou, que juntou na mesma sala o poder público com setor produtivo e ONG. [...] E lá nós fomos *aprendendo a refrear, a ter cuidado com as nossas palavras*, a buscar mais informações, a ter cuidado com o que falava e acho que o setor público também. [...] Nós percebemos que as empresas, os órgãos... [...] gosta de ser tratado com *educação e respeito*. [...] A gente percebeu que

críticas devem ser bem feitas, com conh[ecimento], com dados para você poder evitar magoar as pessoas e criar inimigos sem necessidade. Bem, não dava para continuar só na base do “achismo” e da cartilha. Esse perfil mudou. [...] Hoje eu tenho *cuidado* com tudo! [...] O voluntarismo ele é cada vez mais.. mais focado em questões temporárias, [...] Então, [...] pela necessidade de que a luta ambiental seja uma *luta consciente, correta*, observando os *preceitos éticos*, buscando resultados, não ficando só no... na indústria da denúncia, [...] é preciso que o movimento ambientalista se estruture profissionalmente. Esse é o nosso... o grande desafio da AMDA hoje. [...] Estamos tentando recuperar para passar para uma outra fase, que é uma fase da estruturação profissional. [...] [A AMDA] está realmente lutando para ultrapassar essa fase amadora (Economista, membro-fundadora de uma ONG ambientalista de Minas Gerais, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH - ênfases adicionadas).

Um efeito semelhante, transmitindo uma mensagem moralizante, de desradicalização, apaziguamento e compatibilização entre interesses humanos e da natureza, por meio de uma mudança de consciência e mentalidade cultural, também se evidencia no depoimento seguinte:

Nunca briguei. [...] Eu gosto muito de Ghandi! [...] Ele tem umas frases lindas, lindas, sobre a *não-violência*. [...] Não tenho nenhum interesse em fazer violência! [...] Para isso Deus nos deu língua, palavra, e nos deu inteligência para *nos entender*. [...] E eu dava entrevistas, assim, muito agressivas e agressividade não convence a ninguém. [...] O *entendimento* é a coisa melhor que existe, viu! [...] [O objetivo do CCN - Centro para a Conservação da Natureza] exatamente é isso: criar uma mentalidade de *compatibilização* dos interesses humanos com as exigências da natureza. [...] Porque eu acho que o entendimento é a base de tudo! [...] A grande coisa, o grande caminho do movimento ambientalista é a *paz*. [...] Eu sempre procurava isso: a *conciliação*. [...] E a dificuldade de entendimento é o berço da guerra. [...] Olha, eu acho que hoje existem grupos que são muito radicais. [...] Não gosto de denúncia! [...] Acho que nunca denunciei! [...] Todo o trabalho de educação ambiental que eu faço hoje, e já faço há muito tempo, é no sentido de *harmonizar* os interesses do homem com os interesses da natureza! [...] [As empresas] precisam dessa educação ambiental! [...] Por exemplo, a Belgo Mineira é absolutamente competente para fazer educação ambiental! [...] Hoje eu sou funcionário lá. [...] Eles falavam que eu dei os primeiros passos para uma *siderurgia correta* que está sendo feita em Minas. (Dentista, membro-fundador da entidade Centro para a Conservação da Natureza, entrevista em 2002, acervo PHO/FAFICH - ênfases adicionadas).

Vale notar que os três sujeitos de cujas entrevistas foram retirados os trechos transcritos neste tópico para ilustrar o paradigma da modernização ecológica compõem uma geração de ambientalistas constituída nos anos de 1970, período no qual o marco regulatório ambiental não existia ou ainda era muito incipiente; a crítica era à ausência de regulação. Dessa forma, é compreensível que esses entrevistados entendam como avanço a constituição

de um marco regulatório no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 (com a institucionalização do COPAM, do CONAMA, do SISEMA e do SISNAMA), a incorporação de assuntos ambientais pelas empresas e o próprio surgimento e disseminação da noção de desenvolvimento sustentável. A partir daí, contudo, aceitando e aderindo às regras do jogo de mitigação e compensação e sentindo-se atores e partícipes da regulação ambiental, eles parecem ter sido, de certa forma, subsumidos por essas regras e pelos pressupostos da *doxa* do desenvolvimento sustentável, restringindo suas ações a medidas (ou meios) para a viabilização de uma agenda de conciliação entre interesses de desenvolvimento econômico capitalista e interesses de proteção ambiental, sem uma crítica às finalidades dessa agenda hegemônica.

Evidenciam-se, nos quatro últimos excertos, os motivos expostos por Zhouri *et al* (2008), mencionada no final da seção anterior, para a inscrição da corrente de defesa da vida silvestre na perspectiva da modernização ecológica, problematizando, assim, a classificação de Martínez-Alier (1999; 2001). Para Zhouri *et al* (2008),

a institucionalização da política de conservação de determinados territórios (como parques, reservas e áreas de preservação) no Brasil está intimamente relacionada a medidas compensatórias e mitigadoras oriundas de projetos e processos degradadores do meio ambiente e homogeneizadores do espaço [medidas estas inseridas na lógica da modernização ecológica], tais como hidrelétricas, mineração, monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar (p. 2).

Além disso, ONG conservacionistas (voltadas, em primeiro plano, para a proteção da biodiversidade) estão atuando em parceria na implementação de empreendimentos com mitigação de impactos no processo de adequação das empresas à lógica do desenvolvimento sustentável (ZHOURI *et al*, 2008, p. 2).

Os depoimentos precedentes também chamam a atenção para a separação entre as dimensões ambiental (natureza) e social (ou humana), que, conforme apontam Acsehrad (2004; 2004a) e Zhouri *et al* (2008), é determinante no paradigma da modernização ecológica. Na seção 2.2, vimos como o avanço de um regime neoliberal de desenvolvimento econômico teria, ao longo da década de 1990, capturado, subsumido e, dessa maneira, diminuído a autonomia de denúncia e resistência de entidades ambientalistas. Relacionado a essa ideia de uma separação ou autonomização de esferas e de apropriação da dimensão ambiental por um regime econômico, Esteva (2000, p. 73) observa como a construção social da noção de desenvolvimento, desde o século XIX, enfatizando o crescimento econômico, foi associada ao

plano político de extrair da sociedade e da cultura uma esfera autônoma, deslocada do restante da sociedade - a esfera econômica -, instalando-a como eixo da política e da ética. Nesse processo, a economia, como uma construção conceitual, luta para “submeter a seu controle e subordinar a sua lógica todas essas outras formas de interação social em todas as sociedades que invade”, transformando habilidades em carências, tradições em fardo, sabedoria em ignorância e autonomia em dependência e criando “necessidades cuja satisfação exige a mediação do mercado” (ESTEVA, 2000, p. 73).

Em um sentido semelhante, Leff (2001, p. 15-31) demonstra como o surgimento da noção de desenvolvimento sustentável, na década de 1980, fez parte de uma estratégia de poder da ordem econômica dominante de dissolver o potencial crítico e transformador do discurso ambiental então vigente, eliminando as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento e buscando “ecologizar a economia” e reestruturar “as condições da produção mediante uma gestão economicamente racional do ambiente” (p. 18, 23). Submetendo o ambiente aos imperativos da globalização econômica e do discurso do crescimento sustentável, a retórica do desenvolvimento sustentável converteu “o sentido crítico do conceito de ambiente numa proclamação de políticas neoliberais” (LEFF, 2001, p. 24), baseadas no crescimento econômico orientado pelo livre mercado. Como estratégia desse “neoliberalismo ambiental”, houve uma “re-visão do mundo como expressão do capital” (p. 25), em que o homem, a cultura e a natureza foram deturpados e recodificados “como formas aparentes de uma mesma essência: o capital” (p. 23), em uma operação simbólica que buscava reduzir o ambiente à razão econômica e subsumir “todas as ordens do ser aos ditames de uma racionalidade globalizante e homogeneizante” (p. 26), assimilando-as “ao processo de reprodução e expansão da ordem econômica” (p. 23).

É nesse sentido que se pode observar um deslocamento ou desvirtuamento da noção de meio ambiente pelos agentes da modernização ecológica. Perceber a natureza como realidade externa à sociedade é conceber o ambiental como uma simples variável passível de controle técnico, a ser “manejada”, gerida e administrada, objeto, portanto, de um consenso político (ACSELRAD, 2004; 2004a; ZHOURI *et al*, 2008). Essa percepção será melhor explorada mais adiante, articulada a um contexto mais amplo de disputas entre representações diversas de natureza e sociedade.



### 3.3 O conhecimento técnico-científico como único conhecimento válido

Conforme mencionado anteriormente, o conhecimento técnico-científico é outra dimensão central no paradigma da modernização ecológica, que enfatiza uma adaptação tecnológica, a administração científica da compatibilização entre os diversos usos das condições naturais e o desenvolvimento (ou o modo de produção capitalista). Percebe-se, pela leitura de alguns autores que apoiam o desenvolvimento sustentável e pela análise de algumas das entrevistas com ambientalistas mineiros, uma supervalorização, no que se refere às questões ambientais, do conhecimento técnico-científico como o único conhecimento válido ou como a forma de conhecimento mais importante. Quando, na seção 5, o tratamento do conhecimento na corrente contra-hegemônica do movimento pela justiça ambiental for abordado, veremos que tal visão apresenta implicações para grupos que não se articulam a partir de uma linguagem técnica, podendo levar a uma despolitização dos conflitos sobre as condições naturais, a uma “ilusão consensual” (uma elisão das tensões) (ZHOURI, 2001) e a que diversidades culturais sejam subsumidas nesse conhecimento tido como único. Por ora, me aterei à análise de como a dimensão do conhecimento é tratada pelos agentes da vertente da modernização ecológica.

Com relação a políticas públicas favoráveis e viáveis à sustentabilidade ambiental, pelas quais o ambientalismo multissetorial brasileiro deveria se orientar, Viola e Leis (1995; 1998) ressaltam que a proteção ambiental só pode ser realizada com um alto ingrediente de ciência e tecnologia, destacando, no que parece dar sequência e atender a demandas do Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991)), publicado em 1987, a necessidade do apoio a programas interdisciplinares e interinstitucionais de ensino e pesquisa nas ciências ambientais, particularmente com relação às ciências ambientais aplicadas. Entre suas perspectivas e propostas de ação para o ambientalismo brasileiro, esses autores mencionam que a agenda sustentabilista exige a criação de um *think-tank* que gerasse diretrizes de caráter global e multi-intersectorial e que pudesse contribuir para orientar quanto aos rumos e resoluções de impasses conjunturais. Tal *think-tank* seria constituído por “notáveis” do ambientalismo, sendo necessárias pessoas internacionalizadas, com experiência consistente e alta capacidade analítica, escolhidas por uma comissão *ad hoc* formada por membros destacados do ambientalismo *strictu senso* profissionalizado.

No item 2.2, foi desenvolvida a ideia de como propostas contemporâneas de cidadania e participação popular nos processos de construção democrática na sociedade brasileira se

inserem em um contexto mais abrangente, que Dagnino (2004) identifica como sendo uma “confluência perversa” entre a adequação das sociedades ao modelo neoliberal e o alargamento da democracia. Da mesma maneira que questões de *cidadania* e *participação popular*, o uso do conhecimento técnico-científico - supostamente neutro - como forma de conhecimento preferível ou mais importante em processos de tomada de decisão, como forma de resolução, estabilização e despolitização de conflitos, não são elementos específicos do campo ambiental ou do paradigma da modernização ecológica. O campo ambiental se insere em um contexto político e econômico mais abrangente, de maneira que os dilemas da tecnocracia versus democracia fazem parte de uma dinâmica, talvez neoliberal, contemporânea mais ampla, estando envolvidos na abordagem de problemas políticos e sociais diversos, de várias esferas.

Nesse sentido, Mignolo (2004) mostra como, no contexto de condições sociais adequadas desde o século XVI (a expansão imperial, a Revolução Industrial e o Iluminismo), a ciência ocidental moderna se converteu no modelo de racionalidade hegemônica, responsável, por sua vez, por uma situação de injustiça cognitiva global, com o estabelecimento de um privilégio epistêmico dos sistemas de pensamento modernos e dos conceitos europeus de ciência; um privilégio do lugar eurocêntrico de enunciação. O autor ressalta a necessidade de se reconhecerem os vínculos entre conhecimento científico, colonialismos e ideologia do mercado, em que a ciência, complementando “idéias neoliberais veiculadas por novas formas de acumulação de capital” (2004, p. 687), contribui para a reprodução da colonialidade do poder e do saber, ou seja, da “crença na superioridade da ciência e do saber ocidentais [...] e na duvidosa racionalidade” de outras formas de conhecimento (2004, p. 668).

A articulação e a conceitualização especificamente moderna e europeia do conhecimento e compreensão humanos, ou seja, a racionalidade científica ocidental, tem, desde o século XVI, se construído como universal, buscando se fazer reconhecer como a única forma de conhecimento “a ser pregada, imposta e aceita pelo resto do mundo” (MIGNOLO, 2004, p. 677). A perspectiva epistêmica da ciência moderna se tornou, assim, o ponto de referência universal, o padrão de aferição a partir do qual todas as outras formas de conhecimento teriam que ser descritas, classificadas e hierarquizadas; o mundo caminharia, inexoravelmente, em direção ao “ponto de chegada” europeu.

Sendo geopoliticamente marcado, o conhecimento (ou a ciência) está envolvido em uma “estrutura de diferenciais de poder” (MIGNOLO, 2004, p. 698), em que a instauração e a

autoafirmação da concepção europeia de conhecimento, baseada na valorização exclusiva da razão, implicam a negação do caráter racional de todas as outras formas de conhecimento e práticas de saber e compreensão que se pautem por lógicas, objetivos e histórias distintas e não-europeias e, portanto, a subordinação e rejeição delas. A partir de uma tal perspectiva eurocêntrica, a colonialidade seria o espaço sem voz, sem ciência, sem pensamento, sem filosofia, que a modernidade teria de “conquistar, de superar, de dominar” (MIGNOLO, 2004, p. 676).

Mignolo (2004) prossegue argumentando, ainda, que esse totalitarismo científico, com a negação do diferente e a ocultação da diversidade epistêmica do mundo pelos “princípios lógicos e epistêmicos da modernidade”, se deve, não a um “poder essencial dos princípios em si mesmos” (2004, p. 675), mas a uma cumplicidade entre uma forma determinada de conhecimento e um momento específico na história: a consolidação da economia capitalista. Assim, quanto mais o conhecimento científico corresponder às necessidades de desenvolvimento do capital, mais ele descarta formas não científicas de conhecimento.

Ainda para Mignolo (2004), essa opressão epistêmica é uma forma particular da colonialidade global, uma forma nova assumida pelo antigo colonialismo territorial, no qual, em nome dos valores - necessariamente regionais e não universais - da modernidade ocidental (tais como “a fé, a ciência, a liberdade, a democracia, a justiça, os direitos humanos”), “ordens econômicas, sociais e epistêmicas antigas e tradicionais” nas “colônias” são subjugadas e substituídas por ordens e conhecimentos da “metrópole” (p. 670). Portanto, a cumplicidade entre a modernidade e o conhecimento é “ao mesmo tempo colonialidade enquanto negação epistêmica planetária” (p. 668). Assim, se a partir do final do século XVIII o conhecimento imperial se torna a filosofia secular e a ciência da universidade moderna, desde a década de 1970 o conhecimento imperial é, sobretudo, o conhecimento científico-tecnológico.

Em um sentido semelhante a Mignolo (2004), também explorando possíveis relações entre conhecimento, eurocentrismo, colonialismo e economia de mercado, a partir de uma perspectiva latino-americana, Lander (2005) busca demonstrar como a promoção de uma determinada forma de conhecimento como único válido se associa a tentativas de imposição de um determinado modelo civilizatório que também se pretende o único possível, no caso o discurso hegemônico da sociedade capitalista-liberal. A eficácia do pensamento científico moderno se expressa, segundo esse autor, principalmente pela sua contribuição para a naturalização das relações sociais e para a crença de que a sociedade liberal de mercado

moderna é resultado de “tendências espontâneas e naturais do desenvolvimento histórico da sociedade” (LANDER, 2005, p. 22).

O autor se refere não tanto ao conhecimento técnico-científico, mas às ciências sociais, cujas pretensões de objetividade e neutralidade são os principais instrumentos de naturalização e legitimação da organização liberal da vida. Com as ciências sociais, há uma cientifização dessa ordem social, o que contribui para sua objetivação e universalização.

A força hegemônica do modo de vida e do pensamento neoliberal e sua “capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como conhecimento objetivo, científico e universal” (LANDER, 2005, p. 22), ou seja, a eficácia neutralizadora dos saberes modernos conhecidos como ciências sociais, são, segundo Lander, decorrentes de condições histórico-culturais específicas. Constituídas nos países liberais industriais, na segunda metade do século XIX, elas têm como fundamento um regime de separações sucessivas do mundo real ocorridas na cultura ocidental. Dessa maneira, o autor destaca a separação judaico-cristã entre Deus (o sagrado), o homem (o humano) e a natureza, que confere ao homem o controle sem limites da natureza; a ruptura ontológica entre corpo e mente, entre a razão e o mundo, entre sujeito e objeto, colocando os seres humanos numa posição externa e com uma postura instrumental frente ao corpo e ao mundo e oferecendo as bases para a concepção de um “conhecimento *descorporizado e descontextualizado, que se pretende des-subjetivado (objetivo) e universal*” (LANDER, 2005, p. 25); uma crescente cisão entre a cultura dos especialistas (com o avanço de um discurso científico institucionalizado) e a da população em geral; o contraste entre o ocidental ou europeu e os “Outros”, o restante dos povos e culturas do planeta” (p. 26).

Com relação a esse último ponto, o conjunto de polaridades entre a sociedade moderna ocidental e as outras culturas e a ideia de modernidade como modelo civilizatório universal têm servido como pressupostos fundacionais das ciências sociais, permanecendo implícitos e profundamente arraigados nos conhecimentos sociais modernos.

O colonialismo na América deu início à organização colonial do mundo, na qual todos os povos e territórios do planeta foram envolvidos em uma totalidade do espaço e do tempo, em uma grande narrativa universal que apresenta a Europa como “o centro geográfico e a culminação do movimento temporal” (LANDER, 2005, p. 26), em uma hierarquia cronológica que pressupõe o caráter universal da experiência europeia. Trata-se, entretanto, de uma universalidade radicalmente excludente, de um universalismo não-universal, na medida em que essa noção de universalidade foi construída “a partir da experiência particular (ou

paroquial) da história européia” (p. 26).

Lander (2005) argumenta que a concepção que assume o padrão cultural e civilizatório europeu como superior e normal, como a sequência histórica universal que “assinala o único futuro possível de todas as outras culturas e povos”, transformando-as em diferentes, “carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas” (p. 34), constrange muitas lutas sociais e debates político-intelectuais na América Latina, dificultando às ciências sociais a abordagem de processos histórico-culturais diferentes daqueles postulados pela referida noção ou padrão de modernidade. Em todo o mundo ex-colonial, as ciências sociais têm servido “mais para o estabelecimento de contrastes com a experiência histórica universal (*normal*) da experiência européia” do que “para o conhecimento dessas sociedades a partir de suas especificidades histórico-culturais” (p. 36). Assim, é justamente pela suposição do caráter universal da experiência histórica europeia que as formas do conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade são convertidas nas “únicas formas válidas, objetivas e universais de conhecimento” (LANDER, 2005, p. 33).

Vemos, assim, que a consideração, por parte de agentes da modernização ecológica, do conhecimento técnico-científico como a forma de conhecimento mais importante, no que concerne às questões ambientais, remete a um legado epistemológico do eurocentrismo, que, em suas pretensões universalizantes, nega a validade de formas diversas de compreensão do mundo.

Já a partir de uma perspectiva europeia contemporânea, Giddens (1991, p. 83-113) oferece o diagnóstico de que o mecanismo de confiança em sistemas abstratos desencaixados, entre os quais estão os sistemas peritos (especialistas), estaria profundamente ligado à natureza das instituições modernas, funcionando como um meio de estabilização das relações, por meio de extensões indefinidas de tempo-espço. Para Giddens (1995), em uma ordem social destradicionalizadora, como a que estaríamos vivendo atualmente, em que o passado perde sua influência e o futuro se torna aberto a diversos cenários, o que estaria em discussão seria a questão de geração de confiança ativa, confiança nos outros ou em instituições (incluindo sistemas peritos de conhecimento), que deveria ser ativamente produzida e negociada.

Porém, Giddens (1991), apesar de afirmar que, em uma era socialmente reflexiva, a perícia não seria mais prerrogativa exclusiva dos peritos (todo indivíduo leigo pode apropriar-se do conhecimento perito) e que a política não poderia ser reduzida à perícia (que não pode mais manter as afirmações de legitimidade que eram possíveis em sistemas mais tradicionais

de autoridade), trata a relação de confiança entre leigos e peritos como uma relação ou acesso unilateral, em que a confiança seria dirigida de uma pessoa leiga, amplamente ignorante no conhecimento perito, a um representante do sistema abstrato, não implicando tal relação uma mutualidade de experiência (1991, p. 83-113).

No contexto de políticas ambientais, essa unilateralidade, devida a uma suposta impessoalidade do objeto do conhecimento perito, não contaminado pelas relações humanas, é problemática. Em determinadas situações, como veremos adiante, o uso do conhecimento científico serve como estratégia de dominação e desqualificação dos interlocutores que não se articulam usualmente nesses mesmos termos, levando à exclusão de concepções concorrentes, que apresentam menor peso em processos decisórios, como o conhecimento tradicional, o saber local, o vivido.

Em um sentido semelhante a Viola e Leis (1995; 1998) e Giddens (1991), Ferreira (1999) argumenta que o processo de aprendizado social (pedagogia) entre categorias de sujeitos diferenciados, discutido anteriormente, se daria por meio de uma capacitação para o uso do conhecimento técnico-científico. A possibilidade de um esforço pactuado para a sustentabilidade visaria a dar uma destinação social ao conhecimento técnico-científico interdisciplinar, transmitindo-o a coletividades anteriormente apartadas do direito a usá-lo em seu benefício. De acordo com essa perspectiva, a transmissão de conhecimento seria unilateral, em que as referidas coletividades seriam receptoras do conhecimento técnico-científico e capacitadas para seu uso. Veremos adiante que as relações entre conhecimento técnico-científico e outras formas de conhecimento (como o tradicional ou o saber local) nem sempre ocorrem da forma harmoniosa vislumbrada por Ferreira (1999).

Os próximos depoimentos evidenciam que a supervalorização do conhecimento técnico-científico como o único conhecimento válido no campo ambiental é outro elemento constituinte do *habitus* de agentes que parecem aderir ao paradigma da modernização ecológica:

Acho que é fundamental [a exigência de um conhecimento técnico para a atuação ambiental institucional e na sociedade civil]. Acho que... do ponto de vista técnico, dos órgãos ambientais, das empresas, acho que não tem nem muito o que discutir. Mas do ponto de vista da sociedade é mais ainda. Porque o que a gente mais vê é a sociedade sendo ludibriada. A pessoa chega de boa fé e facilmente você consegue, porque a legislação ambiental é muito complexa. Pra você entender daquilo tudo, para quem está de fora... é muito difícil. [...]. Então, eu acho que a capacitação desse pessoal é importantíssima. [...] Estamos [aqui na ECOBUSINESS] com um curso aí que se chama “Gestor de Bacias Hidrográficas”, exatamente capacitando as

pessoas para participar do comitê [de bacia de hidrográfica], para chegar lá e saber o que está fazendo. [...] Eu acho que deveria ser obrigatório. A pessoa que vai participar do comitê tem que fazer um curso. [...] Tem que ter pelo menos uma prova. Uma pessoa que vai participar de um comitê sem saber o que é recursos hídricos, o que que é outorga. [...] Pra ele saber o que tá sendo falado. Tem que ter essa capacitação. Isso acho que era uma função do Estado. Não só na área de recursos hídricos, como na área de meio ambiente também (Engenheiro, ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH).

Vale destacar a observação do sujeito entrevistado sobre a necessidade de exigir o domínio de uma linguagem técnica para participação efetiva em instâncias consultivas e deliberativas, como o comitê de bacias hidrográficas. Veremos adiante que, no pensamento de autores mais ligados ao movimento por justiça ambiental, o domínio da linguagem técnica se constitui como capital específico do campo ambiental. O mesmo sujeito entrevistado continua:

Muitas vezes também a consistência técnica [que subsidia decisões no COPAM] não é muito forte, que possibilite uma boa defesa, né? Isso enfraquece um pouco. [...] Porque os órgãos ambientais, eles trabalham em função de pareceres técnicos, e eu acho que eles deveriam evoluir. [...] Evoluir para o perito ambiental, perícia ambiental. [...] Você tem que ir mais a fundo naquilo que você tá colocando, exatamente pra poder dar mais condição de decisão. [...] E a questão ambiental ela é, ainda é muitas vezes, [...] muito subjetiva. [...] Não é matemática, não é um prédio. [...] Eu acho que a gente precisa evoluir no aprofundamento de pesquisas, e evoluir na forma de construir esses estudos para poder dar mais força, dar mais consistência a todo esse processo (Engenheiro, ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH).

Nesse trecho, aparece como relevante a percepção e prescrição do sujeito entrevistado de que o processo de decisão de políticas ambientais deva evoluir no sentido de uma progressiva consistência ou precisão de pareceres técnicos, uma maior racionalidade, devendo afastar-se da subjetividade que ainda caracterizaria as questões ambientais. Desconsiderando que as questões ambientais podem ser, de fato, questões políticas e não técnicas, tal percepção desconsidera também a complexidade característica de situações de política ambiental, não reconhecendo que outros elementos podem ser utilizados como subsídio para decisões, como, por exemplo, o fato de projetos de desenvolvimento afetarem certas populações.

A exaltação do conhecimento técnico-científico como essência da causa ambientalista também se expressa no trecho seguinte:

Nosso objetivo [do CCN] é conservar a natureza. [...] Houve um momento que o Centro, nós percebemos que a idéia ecológica de ambientalista estava muito madura e que o movimento ecológico tinha que ter *mais suporte científico*. [...] Aí o Centro criou a Fundação Biodiversitas. Então, digamos assim, a Fundação tem como objetivo conservar a fauna e flora e a biodiversidade. E hoje é, sem dúvida, a organização ambientalista, eh..., de *maior prestígio* no País, especialmente especializada em fauna ameaçada de extinção. [...] O *suporte é a causa ambientalista*. [...] Quando é que uma espécie deve ser colocada na lista de espécies ameaçadas de extinção? Isso é técnico, não é? (Médico, professor universitário, membro-fundador da ONG Biodiversitas, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH - ênfases adicionadas).

O retrato da Fundação Biodiversitas como “a organização ambientalista de maior prestígio no país” remete à ideia de certa monopolização do campo de aplicação do conhecimento, a certa intenção de exclusividade ou privilégio no informe e subsídio a decisões de política ambiental. A afirmação de determinados agentes que sustentam formas técnicas e supostamente autoritativas de conhecimento como os principais responsáveis pela implementação de políticas ambientais pode não apenas retirar legitimidade das formas alternativas e locais de saber e conhecer como também legitimar a imposição de projetos e territorialidades estranhos a realidades e modos de vida locais (como, por exemplo, a implementação de uma unidade de conservação). Essas ideias serão melhor desenvolvidas na seção 5, que trata do movimento pela justiça ambiental.

Em consonância com os elementos constituintes do paradigma da modernização ecológica, descritos acima por Acselrad (2004a), o trecho seguinte também evidencia uma concepção de educação ambiental relacionada, ou mesmo reduzida, à capacitação para o uso do conhecimento técnico-científico, com o objetivo de promover mudanças em padrões de consumo, ganhos de eficiência e uma “correta” utilização dos recursos naturais:

A gente tem abordagens, [...] de mostrar para os educandos [...] que existem leis ambientais e que existem técnicas de exercer as atividades econômicas de forma... de forma minimamente *compatível*... com respeito ao meio ambiente. [...] Às vezes o cidadão passa e vê uma área extremamente degradada, [...] às vezes a pessoa não tem informação, ela não sabe que isso é uma *tecnologia* perfeitamente dominada. [...] Então, mostrar a existência de tecnologia... e as exigências legais eu acho que é uma forma de educação ambiental. [...] É preciso que a educação ambiental leve as pessoas a se situarem dentro do *processo produtivo*. Porque se não, [...] nós não vamos conseguir [...] que as futuras gerações... liguem a sua vida, o seu consumo, a sua postura à *correta utilização dos recursos naturais*. É preciso que as pessoas saibam que o hábito delas de tomarem uma cerveja, um refrigerante, está diretamente ligado às formas de exploração dos recursos naturais, e a *capacidade de suporte do planeta* disso. [...] É a demanda. [...] Esse que é o grande desafio da educação ambiental se nós queremos realmente *mudar*



*essa cultura...* danosa em relação ao ambiente (Economista, membro-fundadora de uma ONG ambientalista de Minas Gerais, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH - ênfases adicionadas).

Cabe, aqui, uma observação referente à inserção, neste estudo, de sujeitos cujos trechos de entrevistas representam o que estou considerando o ambientalismo ortodoxo e que aderem à *doxa* do desenvolvimento sustentável. De uma forma geral, os trechos de entrevistas permitem entrever algum ou alguns dos elementos elencados por Carneiro (2005) como compondo a referida *doxa* ou por Acselrad (2004a) como característicos do paradigma da modernização ecológica. No entanto, a inserção desses sujeitos em um grande bloco denominado “ambientalismo ortodoxo” não significa que todos os sujeitos incorporem todos os elementos, juntos, um a um, todo o tempo ou de forma indiferenciada, nem que eles sejam completamente determinados por todos esses elementos. Alguns podem aderir mais fortemente que outros à lógica de funcionamento de tais paradigmas, incorporando alguns de seus elementos constituintes, mas não outros. É bem provável, por exemplo, que alguns sujeitos não apresentem todo o tempo e juntas uma abordagem de consenso, uma visão de unicidade, considerem o conhecimento técnico científico como único válido e celebrem a lógica do mercado capitalista. Pode-se, por exemplo, reconhecer o conhecimento técnico científico como único válido, mas, não por isso, aderir à economia de mercado. Os sujeitos podem ser ambivalentes, apresentando misturas de elementos, podendo, em um momento, aderir a algum elemento do paradigma da modernização ecológica (como a ética do consenso) e, em outro, assumir uma postura socioambiental ou de defesa da justiça ambiental, com uma atitude mais de enfrentamento. Essa ambivalência se mostra evidente no seguinte trecho de entrevista de uma integrante de uma ONG conservacionista:

O movimento ambiental no Brasil ele de certa forma polarizou muito os, entre aspas, ortodoxos, não é? [...] Conservação, mais estrita, proteção mesmo, e os sócio-ambientais; que foi uma ruptura que veio muito na época de discussão da lei do SNUC [Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000]. [...] Dentro da Biodiversitas na época, [...] tinha as duas linhas de pensamento [ambientalistas “ortodoxos” e sócio-ambientais]. A Cláudia, [...] eu chamo ela de xiita da conservação. [...] E eu, por incrível que pareça, sou do lado do social. [...] É muito engraçado, [...] porque eu já fui renegada no meio social por ser muito zoóloga. [...] Porque existe um preconceito de ambas as partes, não é? [...] [Em relação aos] sócio-ambientais. [...] E o pessoal do sócio, [...] eles falando da FUNATURA, Biodiversitas: “Essas que ficam cuidando só de bicho, planta”. [...] Com uma crítica pesada. [...] Assim, então existia um policia[mento]...e existia dos dois lados, não é? O preconceito. [...] Às vezes já teve sócio com medo de mim, por eu ser muito bióloga, muito zoóloga; e

lá dentro da Biodiversitas mesmo eu tinha muita discussão por eu ser muito sócio, não é, então... [...] Tem essa polarização aí (Bióloga, profissional atuante em ONG conservacionistas, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH).

No trecho, a entrevistada, apesar de apresentar uma abordagem conservacionista, não se refere tanto à celebração do mercado, à busca de consensos ou à supervalorização do conhecimento técnico-científico como único válido. Remetendo ao reconhecimento de uma diversidade de perspectivas e discorrendo em torno de certa polarização entre duas vertentes do ambientalismo no Brasil, ela se assemelha ao que Zhouri (2001a) denomina ambientalista do tipo “árvores e gente”. Esta autora identifica e delinea três tendências entre campaigners (ativistas) britânicos envolvidos com o tema da floresta amazônica: 1) “Árvores”, representando uma ênfase em preocupações com biodiversidade e meio ambiente em sentido estrito (conservação, preservação e proteção), com uma excessiva orientação técnica; 2) “Gente”, correspondendo a uma ênfase em questões de desenvolvimento e justiça social (direitos humanos); e 3) “Árvores e Gente”, compondo uma síntese das outras duas tendências, articulando questões florestais de uma maneira política e menos condicionada por orientações florestais técnicas.

Outros exemplos da ambivalência que pode permear a prática de ambientalistas serão considerados na seção seguinte. Passamos, a seguir, à discussão de uma segunda corrente ambientalista, relacionada ao culto da vida silvestre.

#### 4 UMA NATUREZA SEM GENTE?

Os argumentos de Zhouri *et al* (2008) para inscrever a corrente de defesa da vida silvestre na perspectiva da modernização ecológica são convincentes. A maioria dos sujeitos entrevistados que apresentam uma abordagem conservacionista parece se inserir em um “jogo da mitigação” (CARNEIRO, 2005a, p. 75) e aderir à lógica de adequação do meio ambiente (ZHOURI *et al*, 2005), por meio de um redirecionamento técnico de atividades econômicas. Entretanto, as políticas de conservação da natureza nem sempre foram promovidas dessa maneira; parece ter ocorrido certa desradicalização em suas formas de atuação e concepções de natureza. Se, anteriormente, as ONG conservacionistas assumiam uma atitude de maior enfrentamento, maior resistência, com uma concepção de natureza intocada, a ser isolada da ação humana, vemos, por outro lado, pelas entrevistas, como a atuação de militantes conservacionistas foi, de certa forma, levada a ceder, forçada a aderir a uma lógica predominante, que busca moldar o desenvolvimento econômico à sustentabilidade, conciliando-o com a proteção à natureza.

No nível filosófico-representacional, a corrente de defesa da vida silvestre parece contestar e fazer frente à economia capitalista, estando do lado da corrente explicitamente contra-hegemônica do movimento pela justiça ambiental. Na prática concreta, entretanto, a realidade se complexifica, deixando entrever que a referida contestação se trata mais de um apelo representacional contra o capital do que de possibilidades efetivas e viáveis de reversão em políticas concretas de proteção à natureza, podendo estas engendrarem conflitos com populações tradicionais residentes em áreas de proteção ambiental (ver SAMPAIO, 2007). Os agentes da corrente de defesa da vida silvestre não elaboram uma crítica aos principais mecanismos de implementação de unidades de conservação, como as medidas de compensação, mitigação, multas e termos de ajustamento de conduta (TAC) decorrentes de projetos de desenvolvimento. Assim, as políticas de proteção da biodiversidade se veem constrangidas, subsumidas e incorporadas pela lógica específica da modernização ecológica, com a prática de seus agentes estando a reboque de políticas econômicas mais amplas, o que coloca em xeque a viabilidade prática das políticas de proteção à biodiversidade.

A corrente de defesa da vida silvestre estaria, dessa forma, inserida no paradigma da modernização ecológica, constituindo uma vertente heterodoxa intermediária, no meio do campo, não tão contra-hegemônica quanto o movimento de justiça ambiental, que será discutido na próxima seção.

As entrevistas deixam transparecer elementos de uma concepção de natureza separada das sociedades humanas, o que representaria, talvez, um ambientalismo do tipo “árvores” (ZHOURI, 1998). Esse ambientalismo (defesa da vida silvestre), se não pode ser denominado de estritamente ortodoxo - por apresentar, no nível teórico-filosófico, certa resistência à economia de mercado -, ao menos oferece elementos discursivos que, de forma semelhante àqueles da *doxa* do desenvolvimento sustentável, contribuem para certa despolitização do debate ambiental, pois se centra na separação entre natureza e dimensão social. Veremos, nesta seção, em que poderia consistir esse ambientalismo heterodoxo intermediário.

Carvalho (2002) procura pensar e compreender o campo ambiental e o ecologismo contemporâneo como inseridos em, e herdeiros de, uma tradição de longa duração, entendida como um horizonte histórico abrangente de significação do ambiental, formado por experiências que constituem uma espécie de raiz do fenômeno ambiental presente. Buscando, dessa maneira, reconstruir a tradição de sensibilidades para com a natureza relacionadas a diferentes momentos da história social e cultural das sociedades do Velho Mundo, no hemisfério norte, e no Novo Mundo, incluindo o Brasil, a autora observa que, em um cenário biologizante e apoiado em uma ecologia científica, o debate ambiental emergiu sob o domínio de uma tradição naturalista e cientificista advinda das ciências naturais e continua fortemente marcado pela herança naturalista que subsume o meio ambiente à natureza, tida como espaço do natural em contraposição ao mundo humano.

É nesse sentido também que Diegues (2000), ao elaborar a distinção entre o modelo ainda dominante de conservação da natureza e as mudanças para atitudes e enfoques alternativos (e, portanto, novos rumos) relativos à conservação da natureza, menciona que uma visão naturalizadora predomina nos órgãos governamentais e não-governamentais conservacionistas. Tal modelo dominante caracteriza-se pela noção de natureza selvagem, que, para ser protegida, deve estar separada das sociedades humanas. Com uma visão de domínio da natureza pelo homem, essa noção se consolida no conceito de áreas protegidas sem moradores, cuja implementação leva a inúmeros conflitos.

Alguns dos elementos destacados por Carvalho (2002) e Diegues (2000) são expressos no depoimento de uma profissional integrante de uma ONG conservacionista:

No comecinho da Biodiversitas, era uma coisa assim, muito formada por zoólogos, não é, biólogos-zoólogos. [...] Era muito pouco multidisciplinar. [...] A gente falava até que *não era política*, que *não trabalha com política*. [...] Como se você ficasse afastado de algum contexto. [...] A Biodiversitas chegou muito à parte; ela não se envolvia com políticas públicas de meio

ambiente. De certa forma tinha até um... gostava de reforçar que não se envolvia. [...] Eu acho que era falta de maturidade institucional mesmo, de... maneira de ver ainda as coisas, era muito fauna, não é, proteção da espécie... Não só a Biodiversitas, o contexto no Brasil naquela época, era ainda muito pouco multidisciplinar. [...] As pessoas não viam essa complexidade das coisas. [...] Então, era... tipo assim, aquela visão de parques e reservas ... como antigamente se via parques, que era uma coisa mais isolada, não é, uma natureza ali isolada, intocada, espécie ameaçada. (Bióloga, profissional atuante em ONG conservacionistas, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH – ênfases adicionadas)

Uma consequência desse reducionismo metodológico que marcou os modelos de conservação (em que as ciências naturais desempenharam papel fundamental) foi, segundo Diegues (2000), a identificação do meio ambiente com uma dimensão exclusivamente biológica ou natural; os modelos biológicos apresentando dificuldades em integrar o homem às suas pesquisas. Nesse sentido, Carneiro (2005, p. 31) observa que os trabalhos fundados na noção de desenvolvimento sustentável tendem a apresentar a crise ambiental como um conjunto de problemas ambientais com os quais a humanidade (ou o homem) se defronta ao ameaçar os limites da biosfera, incluindo extensas listas de processos físico-bióticos (tais como a depleção da camada de ozônio, o efeito estufa, a perda da biodiversidade). Com relação a essa articulação das questões em termos estritamente técnicos, com a natureza sendo percebida como realidade externa à sociedade, Zhouri (2001) argumenta que importantes dimensões culturais, sociais e existenciais da crise ambiental contemporânea tendem a ser mascaradas por uma valorização das abordagens técnico-científicas e pela tradução das coisas ambientais em um vocabulário científico e político autoritativo, de uma forma “epistemologicamente ‘realista’, positivista, desenraizada, tecnológica e cognitivista” (SZERSZYNSKI *et al*, 1996, p. 1). Observando que a dimensão cultural e a própria antropologia são marginalizadas nos debates contemporâneos sobre o meio ambiente e o ambientalismo, Zhouri (2001) busca ressaltar a contribuição da antropologia na tentativa de superar a reificação de conceitos como *natureza* e *cultura*, que tem caracterizado a maioria das abordagens sobre as temáticas ambientais e ambientalistas. Tal reificação é derivada, em parte, de uma concepção de natureza autônoma, que simplesmente determinaria respostas ou ajustes societários. Algumas vertentes antropológicas contemporâneas buscam, assim, superar as abordagens deterministas causais e as de cunho teleológico, procurando entender a questão ambiental em relação aos processos culturais de forma dialética. A maneira como as pessoas interagem com o meio ambiente influencia o modo de entendê-lo, da mesma forma que a

maneira como as pessoas compreendem o meio ambiente influencia a forma de interação (ZHOURI, 2001).

A separação entre as dimensões ambiental e social e certa reificação da natureza são expressas nos depoimentos de um jornalista e de um integrante de uma ONG conservacionista:

[O cerne da linguagem do desenvolvimento sustentável] é um jornalismo que toma partido; [...] o que é bom para a natureza é bom para gente. Por exemplo, [...] se chegar um capeta aqui e falar assim: “eu fiz um jardim lá no inferno”, ah, nós vamos dar matéria para ele numa boa. Não interessa que ele seja capeta. [...] O que interessa é o que é bom para a natureza. [...] O cara fez uma coisa boa pra natureza, pode ser o maior salafário, não interessa. Aqui, o nosso compromisso é com a natureza. (Jornalista, ex-presidente da FEAM/MG, entrevista em 2004, acervo PHO/FAFICH)

Se eu tivesse que falar assim, rapidamente, sobre uma espécie em extinção eu diria: “É o homem!”. Não em extinção quantitativa, mas qualitativa. A qualidade do homem de hoje é muito diferente! [...] Nós estamos perdendo em humanidade. [...] Tenho impressão de que se a humanidade desaparece a natureza ia dar uma festa! Ela *sozinha se arruma*. (Dentista, membro-fundador da entidade Centro para a Conservação da Natureza, entrevista em 2002, acervo PHO/FAFICH – ênfases adicionadas)

Assim como no excerto precedente, uma visão simplista das relações entre sociedade e natureza, além do retrato de um homem naturalmente degradador da natureza, são reforçados pelo ambientalista conservacionista:

Mas o Hugo [Werneck] achava sempre que o problema ambiental, primeiro [era] o homem. [...] Eu achava o contrário: o homem é o último. [...] É claro, que essa coisa de pobreza, de desigualdade, isso tem que ser sanado, não é? Mas a *ecologia tem muito pouco a ver com isso*, ué! [...] O Hugo não, a suprema finalidade é o ambiente para o homem. [...] E eu não acho: o *ambiente é para o ambiente mesmo!* [...] O ambiente são todos os organismos. [...] E você tem que manter a natureza para se sentirem com todo... potencial deles e viver como viviam. [...] Eles [animais e bichos] querem eh... a paz, *dentro do equilíbrio* que já vem há milhares de anos, nada de... de progresso, entendeu? [...] O progresso é um atraso para o meio ambiente. [...] Porque realmente, o que que o homem está fazendo: está alterando tudo! [...] O homem está todo dia, cresce a população; o *maior problema do meio ambiente é o crescimento da população humana*. [...] E à medida que vai crescendo, vai exigindo, a demanda é maior por recursos e esses recursos alteram a natureza. (Biólogo, membro-fundador da entidade Centro para a Conservação da Natureza, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH – ênfases adicionadas)

Nota-se aqui o tratamento d’“o homem” como um ser biológico, natural, como espécie, e não como um ser histórico e social. Veremos como essa consideração das sociedades humanas como “população” e do seu crescimento como “bomba populacional” (EHRlich, 1968) contrasta com a discussão distributiva empreendida pelos movimentos por justiça ambiental.

Nesse sentido, vale notar, nos dois últimos trechos, um pensamento anti-humanista, que retrata as relações sociedade-natureza como degradadoras da natureza. É nesse sentido que Diegues (2000, p. 10) chama a atenção para o perigo do “ecofascismo” embutido em algumas posições da escola da ecologia profunda, como sua orientação neomalthusiana. O autor observa também que há uma íntima relação entre o conservacionismo preservacionista (entendido como habitats despovoados e dotados de grande beleza estética), a ecologia profunda (termo surgido no início da década de 1970) e a biologia da conservação. Para Diegues (2000), a ecologia profunda está na base do movimento biocêntrico (ou ecocêntrico), pretendendo alcançar um nível mais profundo de consciência ecológica e de identificação com uma unidade orgânica (uma natureza holística de redes ecológicas), indo além do simples nível factual da ecologia como ciência. Associados com a defesa radical de áreas selvagens, os ecologistas profundos preconizam que o crescimento populacional humano é a causa principal da degradação ambiental. Portanto, advogam a redução do número de seres humanos na Terra (um decréscimo substancial da população humana seria essencial para o florescimento da vida não humana) e que os homens não tenham direitos de dominação sobre as demais espécies. Alguns ecologistas profundos chegam mesmo a ver fome e doenças (como a AIDS, por exemplo) como positivos e úteis para a redução do número de seres humanos. Contrários a abordagens de construtivismo social da natureza, o mundo natural se apresenta, para eles, como um valor em si mesmo, independentemente da utilidade que possa ter para os humanos. Além disso, os humanos deveriam inspirar-se na natureza, ver as características do mundo natural como modelos para as sociedades humanas (DRYZEK, 2005, p. 181-202; DIEGUES, 2000). O retrato da natureza como inspiração para as sociedades e comportamento humanos é expresso no trecho seguinte:

Eu vou levando [...] uma série de exemplos de que os bichos nos dão lições fabulosas! [...] São coisas que a gente tem que aprender. Aprender a observar para aprender a conhecer, para conhecer para aprender a gostar, para poder admirar, para aprender a ter fascínio pelas coisas da natureza e daí para amar! [...] O resgate do amor, gente! Vem através da natureza e não através de livros. [...] A esfera do meio ambiente é a esfera do amor. [...] O magistério que a gente faz da natureza não é em sapiência, não, não, não, é

em amor! [...] A primeira coisa que a gente começa a falar como os bichos se comportam, como as flores se comportam, como a água se comporta, eu não estou endeusando nenhum deles. Eu estou endeusando o comportamento deles. Porque o homem poderia ter esse tipo de comportamento, mas não tem porque existem fatores do tipo do modelo econômico. [...] Não sei, eu acho que a natureza ela não é só nossa mãe não, ela é nossa mestra! [...] Ela nos ensina... gente, me ensina tanto! (Dentista, membro-fundador da entidade Centro para a Conservação da Natureza, entrevista em 2002, acervo PHO/FAFICH)

Em outra manifestação da ambivalência da atitude de ambientalistas, o mesmo sujeito, que, em trechos anteriores, parece adotar uma postura misantrópica e mesmo uma aproximação com empreendimentos capitalistas, procura destacar dimensões sensíveis e humanas da biodiversidade, de certa forma rejeitando a identificação da natureza com a frieza de uma dimensão estritamente técnico-científica:

Não tenho dúvida nenhuma, mas a parte humana é muito mais importante [que a técnica]. [...] E essa biodiversidade não é só biológica; ela é no caráter, ela é no apreço à justiça, à verdade, essa coisa toda. Assim se faz a humanidade no meu modo de ver, viu. [...] [Os burocratas vêm com o argumento da técnica e dizem:] [...] “Isso é emocional! Não vamos discutir, isso não!” [...] Eu acho que a técnica nos ajuda, mas ela não é uma deusa que quebra todos os galhos, compreendeu? [...] Não há justiça sem compaixão! [...] A gente compartilhar da paixão do outro, da dor do outro. [...] Eu acho que um século de magistério sério nessa linha da sensibilização das pessoas, quer dizer, levar as pessoas a mudar, mais pelo capital afetivo... [...] do que pela inteligência! Isso eu costumo dizer: “A diferença que existe, da distância para a gente aprender as coisas, do cérebro para o coração, tem muita coisa para inventar!” (Dentista, membro-fundador da entidade Centro para a Conservação da Natureza, entrevista em 2002, acervo PHO/FAFICH)

Na seção seguinte, apresentamos algumas abordagens que se contrapõem a concepções que tendem a representar as dimensões do mundo natural divorciadas da dimensão social.

#### **4.1 Natureza e sociedade: separação ou unidade?**

Segundo Diegues (2000), desde a década de 1980, grandes mudanças podem ser observadas no que se refere a enfoques de conservação. Entre as razões para essas mudanças de atitudes, ele cita o surgimento de movimentos que se opõem à ecologia profunda, como a ecologia social (que vê na acumulação capitalista a força motriz da devastação do planeta e propõe uma sociedade democrática, descentralizada e baseada na propriedade comunal de



produção), o eco-socialismo (ou eco-marxismo, que realiza uma crítica interna do marxismo clássico) e o ecologismo social (integrado por movimentos como o dos Atingidos por Barragens e Indígenas, que lutam para manter o acesso aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo e os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas). Outras razões para tais mudanças são: o surgimento de um novo naturalismo, que propõe a substituição da separação entre a sociedade e a natureza pela unidade (o humano como parte da natureza e vice-versa); mudanças nas próprias ciências relativas à conservação, como o aumento da importância de trabalhos de etnociência, em que comunidades tradicionais desempenham papel fundamental; maior reconhecimento do papel do conhecimento e do manejo tradicional na conservação. Nesse sentido, Diegues (2000) se refere a uma etnobiodiversidade, a riqueza da natureza da qual participariam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a (e não nomeando-a selvagem e intocada). Desmistificando as florestas intocadas, a etnobiodiversidade seria uma biodiversidade construída e apropriada material e simbolicamente por populações tradicionais, em oposição à biodiversidade usualmente definida por cientistas naturais como simplesmente um fenômeno natural, descontextualizada do domínio cultural.

Um embate de sentidos envolvendo visões naturalizadoras e simplistas das relações entre sociedade e natureza - defendidas pelo conservacionismo preservacionista - e concepções que reconhecem uma diversidade de modos de interação com o ambiente natural se evidencia nos depoimentos seguintes, quando perguntados sobre o ambientalismo preservacionista:

[No ambientalismo *stricto sensu* ou preservacionista] a questão das relações humanas, das relações sociais, e tal, não entra muito, né. Quer dizer, em geral pra esse tipo de ambientalismo, o homem é perverso em relação ao meio ambiente, não existem relações... diferentes relações, ser humano-natureza-sociedade; não existem grupos sociais diferentes. Então, falta antropologia na questão. [...] Não faz uma leitura nem sociológica, nem... né? [...] Política, cultural, nada disso. [...] E aí isso na questão agrária é muito claro, né? [...] Se você vai jogar no postulado de intocabilidade dos ecossistemas, você não pode fazer reforma agrária. Porque aí, inclusive, vem com argumentos malthusianos, né: [...] “Não, porque a pressão ambiental que um latifundiário exerce numa área, por exemplo, de 5000 hectares é menor que 100 famílias morando ali, né; então é melhor que seja um latifúndio. [...] Então, um ambientalismo de exclusão, né; esse ambientalismo não cabe, não resolve o problema da sociedade. [...] Então que sustentabilidade é essa? (Agrônomo e geógrafo, atuante na ONG CAA e em instituições do Estado ligadas à distribuição de terras, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH)

Essas pessoas [preservacionistas] pensam que a natureza é uma coisa, gente é outra, pô! Onde tem gente não tem natureza; [...] se tem natureza não tem gente. A lógica deles é essa. [...] Uma lógica meio... meio precária, né? Incapaz de perceber a inserção do ser humano no mundo natural. (Cientista Social, atuou na CPT, na ONG Campo Vale e em órgãos e projetos estatais ligadas à distribuição da terra, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH)

De forma semelhante aos depoimentos anteriores - e diferente de uma tendência a tratar as questões ambientais em suas dimensões globais e planetárias -, o trecho seguinte expressa o reconhecimento de uma junção na relação homem-natureza, assim como da existência de uma diversidade e riqueza de modos diferenciados e específicos de interação com o ambiente natural, com uma ênfase no lugar, em um nível local:

A gente pesquisava o uso dos recursos naturais pelas comunidades, [...] formas de acesso à terra, formas de partilhar terra. [...] A gente fez visita em várias comunidades, é riquíssima. O uso de recursos naturais ali. [...] O lugar tem diferenças de uma região pra outra. No caso de Irapé isso é fantástico. É uma região muito isolada. [...] Então tem uma característica muito própria, tem organizações muito próprias. [...] É claro que toda relação de uma população com o seu ambiente ela é única, né? Não vai achar outro ambiente igual; não existem dois “Jequitinhonhas”; existe aquele, né? Você não reconstrói isso, né? (Cientista Social, atuou na CPT, na ONG Campo Vale e em órgãos e projetos estatais ligadas à distribuição da terra, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH)

Nós consideramos que a questão é toda muito integrada. [...] Então, eu, principalmente, não entendo que haja uma separação. Pode ter até uma separação assim... Como é que chama? Metodológica. [...] Eu acho que nessa questão ambiental é a mesma coisa. [...] Se você interfere na terra, interfere na planta, interfere no ar, você tá interferindo diretamente nas condições básicas de todas as formas de vida. Então eu acho que não tem que separar muito essa questão: “Ah, essa discussão é social, essa discussão é ambiental.” (Padre, assessor do Movimento dos Atingidos por Barragens, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH)

Carvalho (2002), na reconstrução da tradição herdada pelo campo ambiental presente, procura destacar alguns traços da matriz histórico-cultural do romantismo europeu (séculos XVIII e XIX) que influenciaram de modo marcante a tradição ambiental. Em uma crítica à compreensão iluminista (séculos XVI e XVII) de uma natureza controlada pela razão (uma natureza domada), o romantismo buscou manter a natureza fora do controle da racionalidade objetificadora, opondo-se à distinção e ao distanciamento entre humanidade e natureza e procurando reinserir a natureza no marco de uma visão organicista, como ideal ético e político. Diferenciando-se do individualismo racionalista clássico, o individualismo romântico se caracterizou pela unidade com a natureza, sendo o indivíduo romântico pensado como

“entrosamento entre a individualidade orgânica da natureza e a individualidade singular do homem” (CARVALHO, 2002, p. 49). Fenômeno também com raízes românticas, uma “orientalização do Ocidente” marca os movimentos contraculturais dos anos 1960 e 1970, apresentando como características a ruptura com o pensamento racionalista, a valorização de um pensamento da unidade (homem-natureza, mente-corpo), a desvalorização de uma postura científicista objetivante de “analisar, rotular, manipular, controlar ou consumir as coisas do mundo”, a perda da fé na ciência e no progresso (CAMPBELL, 1997, p. 6, 8, apud CARVALHO, 2002, p. 59).

Parece ser em sentido semelhante que se apresentam as ideias de Beck (2010; 1995), Giddens (1991; 1995) e Lash (1995) sobre a sociedade de risco e a modernização reflexiva. Inserindo-se em um contexto maior de discussões em torno de certo estranhamento com relação à modernização, com a percepção da crise de utopias fundadas pela modernidade - entre elas, por exemplo, a fé cega no racionalismo e a possibilidade de se poder criar o futuro no presente -, as teorias da sociedade de risco e da modernização reflexiva representam, em certo sentido, uma forma de avaliação dessa crise, de momento de trânsito entre regimes civilizacionais, procurando identificar índices que possam medir o afastamento em relação à modernidade e pensando a necessidade de novos modos de pensamento. É com certa precaução com relação aos modos de pensamento baseados em dualidades e oposições dicotômicas, em distinções ontológicas como sujeito e objeto, humano e não humano, natureza e cultura, e apontando a dificuldade de se encontrar respostas satisfatórias para os problemas atuais nas antigas categorias da sociedade industrial, que os referidos autores procuram pensar as relações entre natureza e sociedade na contemporaneidade.

Se, por um lado, a concepção moderna da relação dos humanos com a natureza era cartesiana e racional, de uma natureza prometeica e generosa, que podia ser controlada, usada e abusada, com a qual não se negociava, baseada na ideia iluminista de um sujeito que ousa e deve conhecer, de emancipação do homem mediante o conhecimento sistemático, uma ciência fundada na distinção rigorosa entre sujeito e objeto, por outro, como argumenta Beck (2010, p. 13; 1995, p. 21), vemos hoje tal entendimento científico e tecnológico da sociedade industrial clássica, baseado na exigência de controle das situações de vida humana pela racionalidade instrumental, passar por um desencantamento, decorrente de circunstâncias de incerteza, ambivalência, imprevisibilidade e falta de controle.

É nesse sentido que Lash (1995) coloca, ao lado do racionalismo e do conhecimento abstrato, outra dimensão de acesso ao real, baseada no conhecimento estético, menos preciso

e envolvendo uma mediação mimética, pelos sentidos e pela empatia com o objeto, mais próximo ao real e mais aproximativo, não final como o conhecimento mediado pelo conceito. Diferente do Kant do imperativo categórico, universal e iluminista, de um sujeito transcendental que observa de cima a relação sujeito-objeto como separados e impõe uma natureza cartesiana, precisa e racional, Lash (1995, p. 72) refere-se à experiência estética de Kant, reconhecendo que a regra de se pensar o particular como subsumido ao universal se torna problemática na consideração da obra de arte e da natureza orgânica (não mecânica). Para ele, nas formas de vida e na arte, o universal, não se localizando mais em um sujeito transcendental, não é mais um princípio externo ao objeto, mas operativo, interno a ele, em que o particular legitima o particular, havendo uma vingança do objeto sobre o sujeito, interferindo nele (um retorno da diferença na identidade), questionando a separação entre ambos e enfraquecendo o sujeito transcendental.

De acordo com Beck (2010, p. 9), a oposição entre natureza e sociedade é uma construção do século XIX, tendo servido aos propósitos de controlar (e conhecer) e ignorar a natureza. Entretanto, ao final do século XX, em uma sociedade pós-industrial ou pós-tradicional (sujeita a processos de destradicionalização), o próprio processo de industrialização refuta a concepção de natureza como fenômeno ou entidade externa e alheia à ação e vida social humana, a ser subjugada, como algo estranho, associal, uma abstração com um caráter essencialmente pré-ordenado e dado. Com o desenvolvimento das instituições sociais modernas, a natureza foi absorvida, integrada e contaminada pelo sistema industrial, transformada de fenômeno externo (predeterminado) em interno (fabricado), tornando-se um produto e um projeto social, transformando-se em política; sociedade e natureza fundidas em uma “natureza social” (a natureza se tornando socializada ou a sociedade se tornando naturalizada) ou natureza humanizada (o “ambiente” sendo completamente penetrado e reordenado pela vida social humana) (BECK, 2010, p. 9, 98; BECK, 1995, p. 8, 40; GIDDENS, 1995, p. 101, 118).

As ameaças ecológicas são, assim, entendidas não como um problema do mundo que nos cerca (um problema ambiental), mas como uma crise institucional sistêmica profunda da própria sociedade industrial (BECK, 1995, p. 19), uma expressão da centralidade do que Giddens (1995, p. 108) denomina de problemas de política de vida. Se em culturas pré-modernas os ambientes de riscos (ameaças e perigos) eram dominados pelas vicissitudes do mundo físico e emanavam do mundo da natureza, considerada entidade externa à sociedade, em condições de modernidade as ameaças e perigos não seriam mais naturais, mas resultantes

do conhecimento social e reflexivamente ordenado, derivados da reflexividade, da incerteza fabricada industrialmente, transformando radicalmente as relações dos humanos com o mundo físico e introduzindo um novo perfil de risco, de riscos humanamente criados (GIDDENS, 1991, p. 102-113).

O fenômeno do aquecimento global, por exemplo, passaria a ser visto como um híbrido, em que a força da civilização é convertida em força da natureza e na qual história e fenômeno atmosférico entrariam em comunhão.

Vale notar, ainda, como Giddens (1991, p. 95-102), em sua discussão sobre as conexões entre confiança e segurança ontológica, desloca as discussões de risco relacionadas a um ambiente externo para o risco nas relações entre os humanos (riscos psíquicos e sociais). Para ele, a confiança em pessoas, ou nos outros (interpessoal), seria mais primitiva e estaria na base da confiança em sistemas abstratos ou em coisas. Essas observações, assim como aquelas apontadas nos parágrafos precedentes, são interessantes no sentido de permitirem o questionamento da ideia de que seriam naturais, ou inteiramente objetivos, estados ou pontos de equilíbrio ecológico, assim como as noções de resiliência ecológica (capacidade de retorno a uma situação anterior de estabilidade), capacidade de adaptação (por exemplo, de comunidades de fauna e flora às mudanças climáticas), pontos de não retorno (“tipping-points”: pontos a partir dos quais uma pequena alteração desencadearia mudanças crescentes ou acumulativas e irreversíveis ou irreparáveis), bastante recorrentes em discussões de política ambiental e em abordagens que tendem a tratar a natureza como entidade externa. São interessantes, nesse sentido, abordagens alternativas sobre a ecologia centradas em modos de pensamento e dinâmicas “non-equilibrial”, como, por exemplo, as desenvolvidas por May (1986), Botkin (1990) e por De Angelis e Waterhouse (1987).

## 5 UMA HETERODOXIA NO DEBATE AMBIENTAL

Conforme mencionado no início da seção precedente, o ambientalismo que tende a representar a natureza como entidade separada da dimensão social, mas que também pode contestar a lógica econômica dominante e a frieza ou unicidade do conhecimento estritamente técnico, talvez não possa ser denominado de estritamente ortodoxo. Como observa Dryzek (2005, p. 181-202), a variedade que caracteriza as orientações, ideologias, movimentos e grupos ambientalistas torna difícil, ou inviável, uma classificação. O ambientalismo abordado na seção anterior se insere nessa diversidade de enunciados ou discursos que disputam legitimidade por uma representação válida de natureza. Dryzek (2005, p. 181-202) identifica como exemplo alguns discursos radicais, ou variedades de consciência verde, como a já abordada ecologia profunda, o ecofeminismo, a ecoteologia, o bioregionalismo. Entretanto, destacarei, nesta seção, a corrente ambiental heterodoxa contra-hegemônica identificada por Martinez-Alier (1999; 2001) como movimento pela justiça ambiental, num esforço de identificar e analisar alguns elementos que a compõem.

É importante destacar que há mais tensões do que convergências entre as duas correntes abordadas até aqui e o movimento pela justiça ambiental. De fato, essas correntes se encontram no debate ambiental contemporâneo em uma situação de disputa em torno de sentidos e práticas relativos ao uso dos recursos ambientais.

Já foi discutido que, assumindo a possibilidade de compatibilização entre interesses econômicos capitalistas e interesses ambientais, por meio da administração técnico-política do uso das condições naturais, a *doxa* do desenvolvimento sustentável baseada no paradigma ambiental da modernização ecológica apresenta a proteção ambiental em um nível global como um objetivo comum e universal em torno do qual toda a humanidade se uniria, em um esforço supostamente pactuado e consensuado. No entanto, tais pressupostos não são compartilhados, mas firmemente contestados por agentes ligados ao movimento pela justiça ambiental. Abordando a problemática ambiental a partir de uma perspectiva de conflito, constatamos que as premissas da modernização ecológica - necessidade de diálogo e participação, estabelecimento de parcerias, busca de consensos e soluções por meio do conhecimento técnico-científico, pretensão de universalização e unicidade, existência de uma crise ecológica global, inexorabilidade do desenvolvimento econômico - tendem a despolitizar as questões ambientais atuais, reduzindo a dimensão do conflito a uma perspectiva técnico-administrativa e camuflando a oposição entre desenvolvimento e meio ambiente (ZHOURI e

LASCHEFSKI, 2010, p. 13). Ao não reconhecer tensões e embates entre sujeitos e/ou grupos com diferentes perspectivas culturais e modos diversos de significação e apropriação das condições naturais, o paradigma da modernização ecológica cria uma ilusão consensual, negligenciando a existência de dinâmicas assimétricas de poder e exclusão ou opressão entre sujeitos heterogêneos.

Nesse sentido, Carneiro (1990; 2005; 2005a), Acsehrad (2004; 2004a), Zhouri (2001; 2001a), Zhouri *et al* (2008), Zhouri e Laschefski (2010), Martinez-Alier (1999; 2001), Sachs (2000; 2000a), Esteva (2000) e Leff (2001) estão inscritos em um movimento que critica o pensamento hegemônico (o paradigma do desenvolvimento sustentável), construindo um novo enquadramento teórico-conceitual da chamada questão ambiental.

Sachs (2000a, p. 121), por exemplo, argumenta que o casamento de meio ambiente e desenvolvimento, anunciado pelo relatório Brundtland e instituído pela fórmula: “Não há desenvolvimento sem sustentabilidade; não há sustentabilidade sem desenvolvimento”, acaba por sugerir mais crescimento econômico, revigorando o conceito de “desenvolvimento”. É como se, reconhecidos os efeitos destrutivos do desenvolvimento, tal relatório utilizasse a estratégia de esticar o conceito de maneira a englobar a lesão e a terapia, de reconciliar o irreconciliável, incorporando “a preocupação com o meio ambiente para dentro do conceito de desenvolvimento, erigindo o “desenvolvimento sustentável” como abrigo conceitual tanto para agredir como para sanar o meio ambiente” (2000a, p. 121).

Esteva (2000) também observa que, “na interpretação oficial, o desenvolvimento sustentado foi elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o “desenvolvimento”, não para dar apoio ao florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada” (p. 72). A ideologia do desenvolvimento sustentável, como um discurso ambiental neoliberal ou o “capital, em sua fase ecológica” (LEFF, 2001, p. 26), responde, assim, “à necessidade de legitimar a economia de mercado” (p. 28), tendo como intuito “proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos do livre mercado” (p. 26), em que a sustentabilidade ecológica constituiria “uma condição da sustentabilidade do processo econômico” (p. 20). O discurso da sustentabilidade constitui, assim, uma nova estratégia ou forma de sujeição ideológica, em que “formas tradicionais de apropriação primitiva e selvagem dos recursos” (p. 26) ou “a aplicação da violência direta e a lógica pura do mercado” estão sendo substituídas por formas “mais sutis e eficazes para a exploração do trabalho e a apropriação dos recursos naturais” (LEFF, 2001, p. 25).

Tendo como eixo a reflexão acerca dos nexos entre as práticas sociais de apropriação das condições naturais e o funcionamento estrutural do capitalismo em seu atual estágio, os autores acima buscam denunciar “a noção de desenvolvimento sustentável como ideologia de legitimação do *status quo*” (CARNEIRO, 2005, p. 28), desvelando “seus vínculos com os interesses objetivos do capital” (2005, p. 31); vínculos não reconhecidos por agentes e autores do desenvolvimento sustentável, mas que se evidenciam no seguinte trecho de entrevista:

Aí é a apropriação, captura da discussão da sustentabilidade pelo mercado. [...] Desenvolvimento... é a palavra mágica, né? [...] E quem vai fazer [desenvolvimento sustentável]? São os agentes econômicos dessa economia, né? Que a economia não mudou. [...] O vencedor foi o capitalismo. [...] Quer dizer, a luta pelo socialismo foi por água abaixo. [...] E eu acho que o ambientalismo sucumbiu nisso aí também; [...] nós temos que trabalhar com as empresas, né, com os empresários. Negócios sustentáveis, mitigação, mineradora, deixar, fazer, ter educação ambiental, ter só seu parquinho, então, né? Caiu nessa coisa medíocre. [...] E foi na mão dos planejadores, dos economistas. [...] E os agentes, os sujeitos do desenvolvimento sustentável não são sujeitos que pretendem transformar a sociedade, né? A sociedade é essa mesma, só vamos dar uma... [...] ajustes tecnológicos, vamos fazer um trabalho mais cosmético aí de diminuir a poluição. (Agrônomo e geógrafo, atuante na ONG CAA e em instituições do Estado ligadas à distribuição de terras, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH)

Nessa mesma direção, Carneiro (2005) ressalta a necessidade de se analisar o conteúdo das relações de produção vigentes e defende que as condições de produção capitalista são logicamente insustentáveis e desiguais, de maneira que a “fórmula de um desenvolvimento capitalista ecologicamente sustentável” expressa uma “abstrata contradição nos termos” (p. 44).

Veremos, assim, que, a partir de uma abordagem de conflito, de uma perspectiva de reconhecimento de uma diversidade de modos de significação e interação com o mundo natural e por uma relativização do conhecimento técnico-científico como único conhecimento válido no campo ambiental, novos elementos e interpretações são evidenciados no pensamento de autores e na prática de agentes mais relacionados aos movimentos pela justiça ambiental.

### **5.1 Uma abordagem de conflito e de diversidade de perspectivas**

Promovendo uma articulação discursiva distinta daquela que prevalece no debate ambiental corrente (em que o meio ambiente tende a ser visto como uno e homogêneo) e em



perspectiva oposta aos pressupostos do consensualismo e do autoritarismo ecológicos, autores já mencionados, como Carneiro, Zhouri, Laschefski, Acsehrad, Martinez-Alier e Leff, apresentam, sobre a questão ambiental, um olhar sensível ao papel da diversidade sociocultural e ao conflito entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material. Questionando um discurso uníssono e posturas homogeneizadoras que subsumem os complexos processos sociais e os diversos sujeitos neles envolvidos, Zhouri e Laschefski (2010) afirmam que o campo dos conflitos ambientais é caracterizado pela “diversidade e pela heterogeneidade dos atores e dos seus modos de pensar o mundo e nele projetar o futuro” (p. 16), surgindo das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material, distintas visões sobre a utilização do espaço.

Remetendo, assim, a uma valorização das diversidades e alteridades culturais, Zhouri (2001) procura destacar a contribuição de uma abordagem antropológica para a compreensão do ambientalismo, apresentando-o como perspectiva cultural. A partir de tal perspectiva, os movimentos sociais ambientalistas são “entendidos como *uma* expressão, dentre outras, do ambientalismo” (p. 16), e culturas e perspectivas culturais específicas são tratadas como formas distintas de interação com o meio ambiente, sendo o ambientalismo uma dessas formas, “uma das muitas alternativas ecológicas empregadas pelas pessoas” (MILTON, 1996, p. 104).

Zhouri (2001) menciona que, na maioria dos estudos sobre ambientalismo, a noção de cultura, em um sentido geral, geralmente é incorporada como mera “dimensão”; a categoria cultura permanece secundária ou residual. Em tais estudos, as organizações ambientalistas e ONG são mais frequentemente analisadas em termos de “ideologia, organização estrutural, mobilização de recursos, estilo político, transparência, performance, relacionamento com os beneficiados, base de apoio” (ZHOURI, 2001, p. 16) e motivação de seus afiliados, não sendo dada atenção substantiva à forma como as pessoas (como os ativistas) se relacionam com o meio ambiente natural. Vemos se evidenciarem, aqui, elementos que permitem entrever diferenças em relação às abordagens de Viola e Leis (1995; 1998) - com seu ambientalismo multissetorial - e de Ferreira (1999) - abordadas na seção 3.1. Chamando atenção para sujeitos, o ambientalismo, para Zhouri (2001, p. 16), se refere “às formas como as pessoas conhecem, sentem, pensam e interagem com seu meio ambiente” (no sentido de “expressar alguma preocupação ou responsabilidade para com ele”), evidenciando tensões internas em grupos tidos como homogêneos por outras análises.

Assim, a autora (ZHOURI, 2001a) examina as experiências de vida de ativistas (campaigners) que fazem campanha pela Amazônia brasileira no interior de diferentes organizações transnacionais (ONG) e o modo como eles relacionam suas histórias de vida e trajetórias pessoais com o seu engajamento com o tema e as práticas das ONG, especificando os elementos discursivos que definem as diferentes perspectivas das entidades. A autora procura, assim, entender como os ativistas conhecem, pensam, sentem e interagem com a Amazônia, como articulam uma visão de mundo.

Uma abordagem antropológica e cultural contribui, assim, para romper com a “centralidade da categoria analítica de ‘movimentos sociais’” (ZHOURI, 2001, p. 10) nos debates e estudos que tratam do ambientalismo, no sentido de “descentrar” “os Estados-nações industriais como a principal unidade social de análise e os movimentos sociais como uma categoria analítica privilegiada” (p. 16) e “consagrada pelas análises sociológicas e políticas” (p. 24).

A problematização de “perspectivas científicas enquanto perspectivas culturais” contribui também para ampliar o “significado da democracia”, permitindo uma melhor “compreensão das relações entre diferentes perspectivas culturais e seu meio ambiente” (ZHOURI, 2001, p. 24). A “compreensão do ambientalismo no interior de diferentes setores” (p. 17) ou segmentos sociais de uma dada sociedade (com diferentes perspectivas ambientais e objetivos políticos divergentes envolvidos em um mesmo projeto ambiental) ajuda na identificação e tratamento de conflitos e dificuldades de interação entre tais segmentos, assim como entre diferentes sociedades (ZHOURI, 2001).

É nesse sentido que, erigindo uma visão alternativa ao hegemonismo da modernização ecológica e contestando seus pressupostos, Acsehrad (2004) realiza uma articulação entre as noções de conflito ambiental e justiça ambiental. De acordo com o autor, os conflitos ambientais, opondo “atores sociais que desenvolvem ou propugnam distintas formas técnicas, sociais, culturais e simbólicas de apropriação dos elementos materiais de um mesmo território ou de territórios conexos” (p. 26), são

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (p. 26).

Sendo o conflito uma expressão de diferenças reais entre atores e projetos sociais, a serem trabalhadas no espaço público,

na maior parte dos casos, conforme apontam as pesquisas sobre equidade ambiental, as vítimas dos impactos indesejados pertenceriam a setores populares, de menor renda, com menor acesso aos processos decisórios, com menores possibilidades de se deslocar para fugir aos efeitos danosos da ação dos empreendimentos de grande impacto (ACSELRAD, 2004, p. 32).

Nesse contexto, atores sociais envolvidos na denúncia de injustiças ambientais procuram evidenciar a lógica social que associa a dinâmica da acumulação capitalista à distribuição discriminatória dos riscos ambientais, como também as ligações entre raça, pobreza e poluição e problemas ambientais e entre degradação ambiental e injustiça e desigualdade ambiental, social, explicitando a desigualdade social na exposição aos riscos ambientais. Tal lógica tende a não ser considerada pelos partidários da modernização ecológica.

Os movimentos por justiça ambiental buscam apontar, dessa maneira, o “caráter socialmente desigual das condições de acesso à proteção ambiental” (ACSELRAD, 2004a, p. 24), evidenciando, no espaço social (no campo da distribuição de poder sobre os recursos ambientais), uma “coincidência entre a localização de grupos raciais e as localizações mais expostas a fontes poluentes” (p. 31). Buscando promover maior participação de grupos sociais ambientalmente desvantajados no processo decisório relativo a políticas ambientais, para uma elaboração não-discriminatória, esses movimentos defendem a existência de “uma ligação lógica entre o exercício da democracia e a capacidade de a sociedade se defender da injustiça ambiental” (p. 24, 27), procurando orientar políticas ambientais de forma a apresentarem “atributos de efetividade e legitimidade democrática” (p. 14).

As lutas por Justiça Ambiental relacionadas aos conflitos ecológicos distributivos são denominadas por Martinez-Alier (1999; 2001), conforme já mencionado, de Ecologismo dos pobres (ou ambientalismo da sobrevivência ou subsistência), ao qual ele contrapõe o ambientalismo da afluência (da boa qualidade de vida), que parte de uma concepção desmaterializada do meio ambiente.

Antes, porém, de desenvolver em que consistiria esse ambientalismo de subsistência, cabe um parêntese para esclarecimentos sobre o ambientalismo da afluência e suas semelhanças com as teorias da sociedade de risco e da modernização reflexiva propostas por Beck (2010; 1995). A teoria da sociedade de risco consiste no diagnóstico de que, na

modernidade tardia, certas nações (ou Estados de Bem-Estar) altamente desenvolvidas, do Ocidente, tendo reduzido sua carência material, estariam vivendo uma transição civilizacional, uma passagem de uma sociedade de escassez para uma sociedade de risco. Nessa transição, à lógica de distribuição de riqueza (problemas e conflitos distributivos), característica da sociedade de escassez, estaria se sobrepondo uma lógica de distribuição de riscos socialmente produzidos, em que categorias e trajetórias habituais de pensamento e ação, antes dominadas pela evidência da carência material, seriam relativizadas e substituídas por outras, baseadas em riscos e potenciais de auto-ameaça. Nessas nações, apenas a partir do momento em que o combate à miséria deixou de ter a urgência de um problema básico é que a consciência de que as fontes de riqueza estão “contaminadas” por “ameaças colaterais” teria se disseminado e se tornado uma questão pública. A República Federativa da Alemanha, por exemplo, se encontra, desde os anos de 1970, segundo Beck (2010; 1995, p. 15), no início dessa transição, não vivendo ainda nem em uma sociedade de risco nem somente em meio a conflitos distributivos das sociedades da escassez.

De modo a evitar receber e aplicar a tese de Beck, de maneira pouco refletida, à realidade ambiental atual brasileira, vale, diante desse diagnóstico, perguntar até que ponto e em quais aspectos e elementos essa teoria, voltada essencialmente para interesses pós-materiais, poderia ser aplicada à nossa realidade, fortemente marcada por desigualdades sócio-históricas. Alguns desses elementos já foram identificados anteriormente, em diálogo com o pensamento de alguns autores que tratam da temática ambiental no Brasil, mas vejamos alguns outros.

O ambientalismo da afluência, de acordo Martinez-Alier (1999, 2001), estaria relacionado a valores pós-materialistas, referindo-se ao ambientalismo dos países ricos industrializados, os quais estariam buscando uma mudança em direção a valores culturais pós-materialistas. Essa mudança cultural estaria voltada para temas relativos à qualidade de vida, fora do âmbito do consumo material, incluindo um progressivo apego às amenidades naturais, devido ao progressivo declínio da utilidade marginal dos bens materiais abundantes e de fácil obtenção. Os movimentos ambientais, nesses países, não seriam explicados em termos de uma preocupação com a crescente degradação dos recursos materiais e com o aumento da poluição (não constituindo, então, uma reação materialista aos “efluentes da afluência”, como seria o caso dos movimentos pela justiça ambiental). De acordo com a tese pós-materialista de

Inglehart<sup>5</sup>, ocorre uma “desmaterialização” e um *delinking* (desacoplamento) entre crescimento econômico e o uso de energia e materiais. Observações semelhantes, relacionadas a essa abstração de atividades em relação a uma base material, são avançadas por Beck (1995), quando ele afirma que “é exatamente a abstração que produz e proporciona realidade à sociedade de risco” (p. 17). Em consonância com essa perspectiva, Giddens (1995, p. 94; 1991, p. 87) afirma que um dos componentes da incerteza fabricada (ver discussão no item 4.1) se refere ao conhecimento reflexivamente ordenado, que cria futuros abertos, ou seja, o reconhecimento da incerteza cria mais incerteza, contribuindo para a abertura do futuro.

Ademais, ainda de acordo com a referida tese pós-materialista, essa mudança cultural estaria levando algumas sociedades ricas a uma crescente sensibilidade quanto às questões ambientais. Nesse caso, a riqueza provocaria uma maior consideração dos valores ambientais, sendo positiva para o meio ambiente; a demanda por amenidades ambientais aumentaria na proporção da renda e os pobres seriam “pobres demais para ser verdes” (MARTINEZ-ALIER, 1999). Posição semelhante é apresentada por Beck (2010, p. 41, 51), ao mencionar o fato de que os ricos, em certas situações, devido a condições de renda, acesso à educação e a uma postura refletida, sensível e consciente em relação à informação e à alimentação - ao contrário dos pobres e débeis -, poderem “comprar” segurança de modo a contornar riscos.

Em contraposição, porém, aos estudos relacionados à tese de Inglehart, que se refere principalmente aos países industrializados, Martinez-Alier (1999; 2001), reafirmando a materialidade da realidade ambiental, mostra evidências de um forte interesse pelo meio ambiente em países pobres e toma a posição de que o crescimento econômico avançaria paralelamente à degradação ambiental. Assim, o ambientalismo dos pobres está voltado para os sistemas de sustentação da vida e as condições ecológicas de subsistência e produção, assim como para os conflitos relativos à distribuição ecológica - assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais na utilização dos recursos e serviços ambientais, objeto de estudo da “ecologia política” -, constituindo uma reação contra a degradação ambiental causada pelo intercâmbio desigual (o espaço ambiental de regiões pobres usado em benefício dos ricos) e a pobreza, incluindo a defesa da subsistência e acesso comunitário aos recursos naturais, ameaçados pelo Estado ou pelo mercado. Nesse ambientalismo, estão incluídos os

---

<sup>5</sup> A teoria pós-materialista” de Inglehart, elaborada nos anos de 1970, postula que o período pós-guerra (entre finais dos anos de 1940 e início dos anos de 1970), caracterizado por níveis sem precedentes de afluência e prosperidade, teria provocado uma mudança intergeracional nos valores prioritários em sociedades ocidentais. Gradualmente libertadas de necessidades materiais básicas e de condições de insegurança alimentar e econômica, os valores individuais em sociedades industriais avançadas teriam passado de uma ênfase em valores materialistas, que priorizam segurança física e econômica, para valores pós-materialistas, concernentes a autonomia, auto-expressão, qualidade de vida e satisfação intelectual e estética (INGLEHART, 1981).

movimentos de justiça ambiental e movimentos como o dos atingidos por barragens, as “quebradeiras de coco” em defesa das plantações de babaçu no nordeste brasileiro, a luta dos Ogoni contra a Shell na Nigéria (MARTINEZ-ALIER, 1999, p. 222).

Em um sentido semelhante a Martinez-Alier, Lander (2005), a partir de uma perspectiva crítica ao eurocentrismo colonial que sustenta os conhecimentos sociais modernos e vislumbrando uma concepção global não-eurocêntrica do desenvolvimento do capitalismo, também procura incorporar a materialidade da natureza à análise social. Retomando a análise de algumas cisões fundantes dos saberes sociais modernos, como aquela construída entre fatores materiais e culturais - já mencionada nesta dissertação -, o autor observa como em concepções como a da economia neoclássica a natureza foi separada e abstraída do processo de criação de riqueza. Nessa construção eurocêntrica, que tende a não reconhecer o significado histórico da natureza e que compõe as histórias dominantes do desenvolvimento histórico ocidental, o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade moderna é representado como o resultado de um processo interno, autogerado e autopropelido, como se tivesse surgido do nada e se originado nos centros avançados, posteriormente se expandindo à periferia atrasada. Uma das implicações dessa “abstração da natureza, dos recursos, do espaço e dos territórios” (LANDER, 2005, p. 47), dessa exclusão do papel da exploração da natureza da análise da produção e do desenvolvimento do capitalismo, é um efeito de desaparecimento do colonialismo, do mundo periférico e de seus recursos como dimensões constitutivas do capitalismo e da sociedade moderna, negligenciando as dimensões globais desta experiência histórica e “as relações de subordinação de territórios, recursos e populações do espaço não-europeu” (p. 47). Uma visão mais compreensiva do capitalismo requereria, assim, maior foco no estudo de processos neocoloniais, na estrutura desigual da produção internacional, reconhecendo a divisão internacional do trabalho como constituindo simultaneamente uma divisão global da natureza (LANDER, 2005).

Relaciona-se ao referido ambientalismo de subsistência o que tem sido chamado, no Brasil, de socioambientalismo, do qual alguns elementos são sugeridos no trecho seguinte:

Eu acho que o sócio-ambientalismo ao contrário [do desenvolvimento sustentável], ele tem que portar-se portador de uma proposta de transformação social. [...] Com o pé num movimento social mais popular, né? Então aí lutando contra essa ordem de mercadorização da natureza, de privatização da natureza. [...] A equidade também seja parte da sustentabilidade ou componente fundamental, né? E não essa desigualdade... que o desenvolvimento sustentável vai manter ou vai até acentuar. No caso da reforma agrária é claro isso, né. Quando a AMDA se coloca refratária, reticente a implantar isso também, dizendo que isso vai predar a natureza,

ela tá em função do latifúndio, né? [...] Tá fortalecendo a concentração da terra, né? Então, quando ela se alia [...], ela tá dizendo amém ao *status quo*, tá se aliando a quem mantém essa ordem injusta aí, de destruição dos recursos, né? Então acho que pro sócio-ambientalismo essa questão da democratização dos recursos naturais é chave, né? Não existe sustentabilidade sem você discutir a apropriação da na[tureza], a distribuição. [...] Nós estamos numa crise de modelo, uma crise de utopia, né? [...] Os modelos todos fracassaram, acho que o negócio é reinventar. [...] Eu acho que esse é que é o papel do sócio-ambientalismo. Principalmente em países da periferia do capitalismo como nós aqui. (Agrônomo e geógrafo, atuante na ONG CAA e em instituições do Estado ligadas à distribuição de terras, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH).

O depoimento evidencia como os sentidos articulados pela proposta do socioambientalismo - como, por exemplo, a necessidade de se realizar uma reforma agrária - se chocam com a *doxa* conservacionista do campo, adotada por algumas ONG.

Nesse embate de sentidos, e a partir de uma perspectiva de conflito, aparece como relevante a consideração e a problematização de questões relativas a sistemas e mecanismos de poder, tal como abordado por Bourdieu (2010). Conforme vimos na introdução a este estudo, a partir de tal perspectiva, esses mecanismos sublinham a construção de sentidos pelos sujeitos sociais, sendo o debate ambiental travado em um “campo de lutas” ou de forças no qual “o significado de conceitos-chave como ‘desenvolvimento’, ‘sustentabilidade’, ‘democracia’” são “firmemente contestados” (MILTON, 1996, p. 173; ZHOURI, 2001, p. 18), assumindo “sentidos muito diversos dependendo da perspectiva em que se situam os sujeitos” (ZHOURI, 2001, p. 24).

A representação do campo ambiental como hierarquicamente estruturado, marcado por dinâmicas assimétricas de poder, se expressa em alguns depoimentos de sujeitos ligados à vertente do socioambientalismo. Com relação ao posicionamento do Movimento dos Atingidos por Barragens diante de empreendimentos que possam afetá-los, um assessor do movimento explica:

Então a VALE [mineradora] foi de um lado, a ALCAN foi de um lado. Elas são donas ali do pedaço, né? [...] Como é que você podia, eh, brigar com uma empresa assim? E o Dom Luciano, [...] ele acha [...] que o método não deveria ser esse de *enfrentamento*, né? Ele sempre tentava, assim, favorecer o *diálogo*, achava que tinha de *conversar* com a empresa... E a estratégia do movimento [MAB] é justamente de você *evitar de sentar com a empresa*, né? A não ser quando você já tem um poder maior de barganha, aí tudo bem, né? [...] Porque é o seguinte: é uma briga de *elefante contra gafanhoto*, né? Então, quando a pessoa se organiza, [...] enfrenta... então cresce o poder de barganha, ou até de resistência, pra barragem não sair, né? Quando ela senta no início, geralmente a empresa dá a volta por cima. Porque as pessoas, eh,

de um lado as pessoas estão despreparadas, né? E do lado da empresa as pessoas estão preparadas, né? Pra enganar, pra fazer um monte de promessa, um monte de ilusão, né? [...] [A hidrelétrica de] Pilar, o pessoal não senta com a empresa. Porque a discussão deles é essa: “bom, a gente tem o rio aqui, é pra pescar, é pra... aproveitar ovelha, pra fertilizar, pra panhar terra, e tal, produzir”. E a empresa quer fazer barragem. Então a gente não senta com a empresa, né? Então assim, essa coisa de sentar e não sentar depende muito da... da avaliação do momento, né? [...] (Padre, assessor do Movimento dos Atingidos por Barragens, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH - ênfases adicionadas)

O depoimento revela outros elementos também interessantes. Para o Movimento dos Atingidos por Barragens, o modelo de diálogo defendido por agentes da modernização ecológica, com vistas ao estabelecimento de acordos, consensos e soluções, não aparece como adequado. O movimento procura, assim, exercitar o seu direito de não participar das práticas reguladas pela ortodoxia do campo, não aderindo às regras do jogo definido por ela. Resistindo e buscando manter uma postura de enfrentamento, defende o seu direito de permanecer, de ficar no local e barrar o empreendimento, o seu direito à singularidade, à manutenção dos modos de vida locais, o que nem sempre é considerado nas análises sobre a implementação de empreendimentos como hidrelétricas.

Chama atenção, nesse sentido, a observação de Zhouri e Laschefski (2010, p. 13) de que, quando o esquema conciliador de “adequação do meio ambiente” (ZHOURI *et al*, 2005), relacionado ao paradigma da modernização ecológica, ganha força, o discurso do desenvolvimento sustentável é apropriado em um sentido diferente do pretendido pela luta de grupos locais; propostas de modernidades alternativas perdem terreno, ameaçando a sustentabilidade das práticas de reprodução e apropriação material e simbólica de diferentes populações cujos modos de vida representam “um contraponto ao modo de vida da sociedade urbano-industrial” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p 13).

Vemos, assim, como o paradigma da modernização ecológica, de adequação das empresas à lógica do desenvolvimento sustentável, em que os problemas ambientais são entendidos como problemas técnicos e administrativos, se diferencia da (e se debate com a) abordagem de justiça ambiental (relacionada ao “ambientalismo dos pobres”), que procura considerar os conflitos em torno de direitos territoriais e de significados culturais que ultrapassam tentativas de valoração monetária da natureza e de mitigação e compensação de impactos.

Referindo-se à indenização de áreas a serem alagadas por empreendimentos hidrelétricos, o depoimento seguinte expressa não só um conflito de interesses entre atingidos



por barragens e empreendedores, como também um conflito de valores, em que há uma incomensurabilidade (MARTINEZ-ALIER, 2001, p. 128), uma dificuldade em quantificar os valores ligados à natureza em termos monetários.

É uma dificuldade muito grande, né? Como é que você avalia, né, se eu chegar na sua casa e perguntar assim: “Olha, tudo que você tem aqui”, né... “quanto que vale?”. [...] Ainda mais uma coisa que não existe um mercado. [...] Claro que compra e se vende terra no vale do Jequitinhonha. Mas não é uma coisa assim que de repente compra todas as terras, né? [...] Por exemplo: grande parte do que as pessoas têm, elas não compraram, elas extraíram da natureza e com seu trabalho construíram. A casa, boa parte da casa, é feita a partir de recursos naturais, era da madeira, é barro, é coisa que eles tiram da natureza. [...] E é difícil avaliar. [...] Mas a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais): “Não, tudo bem, nós vamos pagar a sua casa, você pode tirar o que você quiser”, né? [...] E as propostas da CEMIG eram ridículas, né? Por exemplo, [...] em Calhauzinho, o pessoal tinha um... eles vendiam manga, né? O pessoal vinha, comprava o... a man[ga], a safra de manga no pé. [...] E a CEMIG se propunha a pagar a manga pelo preço de uma muda. Uma árvore produzindo... uma muda. Né, quer dizer, era uma coisa ridícula, né? (Cientista Social, atuou na CPT, na ONG Campo Vale e em órgãos e projetos estatais ligadas à distribuição da terra, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH)

Vemos aqui um exemplo de como uma valorização das diversidades e alteridades culturais remete a uma ética da diferença, e não do consenso, à impossibilidade de uma singularidade cultural ser resolvida em outra, não havendo como se chegar a um denominador comum.

É nesse sentido que Carneiro (2005) observa que, na lógica da concorrência e da busca por maior rentabilidade que rege a economia mundial no jogo da acumulação privada de riqueza abstrata, expressa em quantidade de moeda, a reprodução e a vida social se encontra em uma situação de “subordinação virtualmente total” (p. 32) aos imperativos sistêmicos da produção ilimitada de um volume sempre crescente de mercadorias. Orientadas por essa lógica, as “propriedades sensíveis” das coisas naturais e da vida social só interessam na medida em que puderem ser convertidas em matérias-primas e condições para serem utilizadas para a acumulação de moeda, a única quantidade que conta.

Dinâmicas de marginalização e exclusão dos atingidos por barragens em um campo desigual de forças, por meio do desrespeito e da depreciação, são expressas por esse mesmo sujeito entrevistado, assessor do Movimento dos Atingidos por Barragens:

Ia ter reunião do COPAM, né? [...] As pessoas das empresas entravam à vontade, os atingidos tinham que ser identificados um a um. [...] Criavam obstáculos, né, com se fossem cidadãos de segunda categoria, né? Os outros podem entrar porque usam terno e gravata, ou porque tão bem vestidos. [...] Agora, pobre, não. Pobre de chinelo de dedo tem que ser identificado na portaria. Criavam dificuldades pras pessoas irem. [...] E sempre com uma má vontade enorme de escutar a gente, né? [Eu dizia]: “Olha, mas isso que vocês estão discutindo interessa às pessoas, elas querem participar, querem ser ouvidas...”. E parece que isso era um enorme absurdo, né? [...] Quantas vezes a gente era cortado da nossa palavra, [...] sabe, assim, um desrespeito. [...] E no caso da FEAM também: [...] “Que que vocês querem aqui?” [...] E principalmente os mediadores [assessores do movimento de atingidos], eram colocados sob suspeita, né? [...] Eu lembro de gente perguntar assim: “você é do PT, né?” [...] Entende? [...] Você não entra numa repartição pública pra ser identificado de que partido você é, né? (Cientista Social, atuou na CPT, na ONG Campo Vale e em órgãos e projetos estatais ligadas à distribuição da terra, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH)

Refletindo sobre como o seu trabalho de mediação e assessoria com o Movimento dos Atingidos por Barragens era visto por empreendedores, o assessor continua:

A CEMIG, [...] eles tentavam nos, como mediadores, [...] nos descaracterizar, enfim, dizer que a gente era agitador, [...] que as nossas intenções eram escusas. [...] Nós [...] éramos considerados os vilões da história, né? [...] Particularmente com quem era leigo, né? [...] Por essa questão da emprego. Jogaram muito a gente contra a população, que a gente era contra o progresso, que a gente não queria que o Jequitinhonha fosse pra frente. [...] Cada [...] novo projeto que surgia tinha uma seita de redenção no Vale, né? Então, os prefeitos, os políticos, os comerciantes [...]: “Não, a barragem vai ser a redenção do Jequitinhonha, vai ter muito emprego, vai ter muito progresso, vai ter muita coisa...”. [...] “Vocês são contra a barragem, vocês são contra o progresso, vocês não querem emprego... né, uma cidade como Minas Novas...”, aí a gente repetiu dois argumentos: “Tá vendo, há dez anos atrás eles trouxeram o eucalipto com a mesma conversa, que ia trazer emprego, que ia trazer isso, que ia trazer progresso... O que que o eucalipto resolveu? Vocês não estão procurando emprego agora? Né, então...” (Cientista Social, atuou na CPT, na ONG Campo Vale e em órgãos e projetos estatais ligadas à distribuição da terra, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH)

Vale notar a observação do entrevistado a respeito da estigmatização do Vale do Jequitinhonha como uma região de pobreza e miséria; estigmatização apresentada como justificativa para iniciativas políticas e implementação de programas de desenvolvimento que se apresentam como messiânicos, redentores da região (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005, p. 49). Outra estratégia de estigmatização, que será melhor abordada no próximo item, é a desqualificação da alteridade e do dissenso por meio da remissão ao conhecimento técnico-científico, cujos elementos se expressam no trecho seguinte:

Os estudos [EIA] são a primeira forma de atingir os atingidos [por barragens], né? Todos esses estudos são extremamente depreciativos. [...] Se você pegar um estudo daquele e ler p'rum atingido, ele vai falar assim: “Eu não sei onde é esse lugar, não”. Porque eles [EIA] falam assim: “A região, ela tem agricultura de subsistência, né? [...] As pessoas tão caíndo, quase mortas, né? Tão pedindo pelo amor de Deus pra sair daqui. Porque a pobreza é geral, o meio-ambiente é todo detonado, degradado, etc e tal”. Enfim, tudo deles é assim... O estudo já os atinge, né? [...] Tinha coisas que eram absurdas, né? [...] Muitas e muitas desses coisas [EIA] tinham omissão de cemitério. [...] Precariedade desses estudos é... é incrível. [...] A gente... tentava traduzir [para os atingidos], né? Porque tinha que traduzir um estudo que deveria ser algo que qualquer um possa entender, ele é carregado de termos técnicos, que as pessoa não dominam, né? (Cientista Social, atuou na CPT, na ONG Campo Vale e em órgãos e projetos estatais ligadas à distribuição da terra, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH)

Aqui, a proposta de Beck (1995) de uma discussão exaustiva de valores na sociedade para que ela se posicione, em que tudo deva “ser discutido e debatido incansavelmente” (p. 34), sujeitando as políticas a um teste público (p. 44), se torna problemática. No contexto dos conflitos entre projetos de desenvolvimento e modernidades alternativas, o futuro não é geralmente aberto em um mundo de incertezas fabricadas, com uma diversidade de opções que os sujeitos podem escolher e experimentar, como preconiza a teoria da modernização reflexiva. O desenvolvimento econômico é tido, pelo contrário, como inexorável. Desenvolver é assumido, em muitos casos, como a única opção, e não como uma entre muitas, com o futuro, de certa forma, mostrando-se previamente fechado (construível e planejável em projetos com direção e formato definidos), com decisões já tomadas antes da abertura para o debate e escrutínio pela sociedade, em que instâncias de participação apenas cumprem procedimentos administrativos, não permitindo a incorporação efetiva das demandas populares.

A presumida inexorabilidade do desenvolvimento, com promessas de emprego, crescimento econômico e superação da pobreza, ainda justifica e legitima correr riscos e desapropriar populações em nome de uma utilidade pública ou de um interesse social (ou em benefício da humanidade).

Outra dimensão na qual se evidencia a disputa de sentidos entre o socioambientalismo e a *doxa* conservacionista é a responsabilização pela degradação ambiental. Pode-se perceber, no excerto abaixo, como uma integrante da AMDA associa uma significativa melhoria da qualidade ambiental à atuação de grandes empreendimentos (como grandes mineradoras), do setor industrial privado, eximindo-os da responsabilidade por qualquer degradação ambiental. Essa mesma integrante ainda estigmatiza os pequenos empreendimentos e as atividades

extrativistas como os principais responsáveis pela degradação ambiental e pela manutenção de uma cultura de má utilização dos recursos naturais.

Nós começamos a perceber [...] que a questão [...] da má utilização dos recursos naturais não era só de responsabilidade do setor produtivo. [...] Que tinha uma enorme cultura junto com isso, não é? [...] Então, digamos assim, por *indicadores concretos a melhoria inegável* que teve em Minas Gerais foi a questão das emissões atmosféricas, que é tipicamente da agenda marrom [indústrias]. [...] Então, assim, a nossa *qualidade ambiental* ela está praticamente em cima dos *grandes empreendimentos*, das grandes mineradoras, dos grandes empreendimentos. [...] É muito mais fácil você lidar quando é uma grande empresa. [...] Os indicadores de qualidade ambiental mais concretos estão na qualidade da poluição atmosférica, no tratamento de efluentes oriundos das grandes empresas. Hoje a ACESITA não joga mais seu efluente no Rio Piracicaba, nem a Belgo Mineira, nem a USIMINAS. [...] É significativo porque nós estamos falando da maior parte do PIB mineiro. [...] Nós ainda não conseguimos uma forma de que os *pequenos empreendimentos...* que as políticas públicas mudassem razoavelmente e que o setor agrícola mudasse a ponto da gente chegar realmente a uma *melhoria da qualidade ambiental* das águas, de recuperação da nossa bio[diversidade]. [...] Porque acaba que a atividade econômica ela continua voltada para o extrativismo. O *extrativismo* significa destruição, significa desmatamento, significa caça, significa arrebentar com os cursos d'água. (Economista, membro-fundadora de uma ONG ambientalista de Minas Gerais, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH – ênfases adicionadas)

Por outro lado, outro entrevistado, ligado a questões de reforma agrária, defende o campesinato (pequeno produtor rural) do estigma de degradador da natureza, colocando-o, ao contrário, como portador de uma relação sustentável com a terra, além de responsabilizar o agronegócio, o latifúndio de monoculturas pela degradação ambiental.

Por isso que nós, como se diz, agroecologistas, já somos sócioambientalistas, desde sempre, porque nosso trabalho é apoiar o campesinato, é viabilizar a sustentabilidade desse setor, né? Que é o que a gente acredita que é portador de uma relação com a terra sustentável, que não é um agronegócio, não é uma monocultura. [...] Não são os grandes latifúndios. É daí que vem a destruição ambiental brasileira, né, é do latifúndio, né, desde a cana, né? Então nessa visão estreita aí desse ambientalismo [preservacionismo], que não se articula, né, com as diferentes formas de apropriação da natureza, que não procura contemplar a questão da inclusão social também, [...] não tem sentido, né. [...] Num país como o Brasil, como é que você vai discutir meio ambiente separado dessa catástrofe social que é o Brasil, né? (Agrônomo e geógrafo, atuante na ONG CAA e em instituições do Estado ligadas à distribuição de terras, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH)

Nesse embate de sentidos, destaca-se, portanto, como importante, uma problematização das relações de produção vigentes, dos vínculos entre a forma

especificamente capitalista de apropriação das condições naturais e seus impactos sobre essas condições, com reconhecimento das clivagens sócio-estruturais entre grupos, classes e nações, marcadas por tensões e conflitos e relações de poder e opressão entre sujeitos e segmentos com diferentes modos de significação e de apropriação do meio ambiente. Isso, para se evitar o risco de, em nome de um objetivo genérico de preservação da natureza e salvação da humanidade, estigmatizar como degradadoras da natureza atividades humanas como as realizadas por pequenos produtores rurais.

## **5.2 Conhecimento técnico-científico como capital específico do campo ambiental**

No item 3.3, vimos como o conhecimento técnico-científico se insere como dimensão central na *doxa* do desenvolvimento sustentável. Neste item, relacionando o conhecimento ao reconhecimento de uma diversidade de perspectivas e modos de interação com a natureza, bem como à intenção de explicitar os processos de hierarquização e exclusão no campo ambiental, veremos, com base em autores e na análise de entrevistas com sujeitos ligados à vertente contra-hegemônica do movimento pela justiça ambiental, uma relativização da idéia de que o conhecimento técnico-científico é o único conhecimento válido no campo ambiental e uma denúncia e um questionamento do seu caráter e papel político de dizer a verdade sobre o meio ambiente para efeitos de dominação, poder e desqualificação de interlocutores. O tratamento e a validação do conhecimento técnico-científico como legítimo e universal pode, em determinadas situações, destituir de sentido outras visões e conhecimentos. A riqueza e a importância do conhecimento local, tradicional são expressas no depoimento seguinte:

Quando eu caí no norte de Minas, a primeira impressão que você tem é da dureza da natureza, né, numa certa rusticidade da natureza, dum meio hostil pra sobrevivência, né? [...] Depois eu fui descobrindo isso, né, que na verdade era o solo da chapada que era o solo hostil ao plantio, mas que na várzea, nas encostas, era onde os agricultores viabilizavam sua sobrevivência, sua renda e tal. E aí a gente vai descobrindo esse micro-mundo, né, essa sutileza do manejo, né, que os agricultores têm... o conhecimento, né. [...] Primeiro momento você fala: “Porque esses agricultores são ignorantes, né, queimam, botam...”. Quer dizer, você ainda tem um pouco esse preconceito técnico, né? [...] Do agrônomo, né? [...] E pouco a pouco você vai desmontando isso aí, e remontando, e vendo que o conhecimento dele é muito mais sofisticado do que qualquer ciência que você aprendeu na agronomia, né? E aí a gente vai vendo inclusive a agroecologia de um outro jeito, né, com essa coisa mesmo que tem a ver com a cultura do povo do lugar, que eles é que conhecem a natureza, né? [...] E que em geral a EMATER leva é o veneno. Levava, né, agora mudou um pouco. [...] Sempre a *solução é de fora*, né, sempre a solução tá na indústria,

né. Industrializar o processo, endividar o agricultor. E na agroecologia não, né, é buscar soluções ali com o que se tem, né. [...] Então o Cerrado foi se descortinando pouco a pouco, [...] pra ver a riqueza ecológica do Cerrado, [...] a importância ecológica que o Cerrado tem e esse povo é que domina; quer dizer, o norte de Minas tem essa riqueza, de um conhecimento tradicional que não foi devastado, né, [...] pela modernização. (Agrônomo e geógrafo, atuante na ONG CAA e em instituições do Estado ligadas à distribuição de terras, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH – ênfase adicionada)

Vale notar nesse trecho a menção a um embate entre as formas tradicionais de conhecimento e as soluções da ciência “oficial”, oferecidas por instituições do Estado (como a EMATER/MG). Tensões nas relações entre conhecimentos tradicionais, conhecimento técnico-científico, agências estatais e projetos de desenvolvimento e implementação de formas modernas de agricultura serão discutidas no item seguinte.

Recorrendo à noção de campo proposta por Bourdieu, exibida na introdução a este estudo, Zhouri *et al* (2005) e Carneiro (2005) observam que a especialidade técnica se tornou o capital específico do campo ambiental. De acordo com Carneiro (2005), a *doxa* do desenvolvimento sustentável, ao preconizar a administração científica da compatibilização entre os diversos usos das condições naturais e o desenvolvimento, atua como “poderoso redutor da possibilidade de ruptura dos limites dóxicos”, impondo “uma barreira ‘lingüística’ e cognitiva à participação nos processos decisórios” (p. 42). Forma-se, assim, um monopólio de “especialistas” na questão ambiental, em que o domínio operativo de uma linguagem técnica muito específica é condição para qualificar o sujeito como “participante responsável”, sério, como um dos “especialistas” com direito a participar nos debates; todos os demais agentes são “considerados ‘externos’, ‘leigos’, ‘não-realistas’, ‘românticos’, sem a competência ‘científica’ para discutir e decidir” (CARNEIRO, 2005, p. 42).

Tal domínio operativo da linguagem, dos conceitos, das “normas técnicas e legais” pertinentes, dos rituais, das ‘jurisprudências’, do ‘senso prático’ ou sentido do jogo, inscritos nas práticas do campo da política ambiental (CARNEIRO, 2005, p. 43; 2005a, p. 71), permite o acúmulo de um quantum de capital específico, constituindo propriedades que permitem aos agentes que o desenvolvem, “de forma incorporada, o reconhecimento, pelo demais agentes do campo, aliados e adversários, como participante legítimo e confiável do jogo” (CARNEIRO, 2005, p. 43; 2005a, p. 71). Há, dessa forma, um viés autoritário implícito no programa do desenvolvimento sustentável, sendo proscritos aqueles que não expressem “seus pontos de vista na linguagem técnico-científica dominante no campo” (CARNEIRO, 2005, p. 43; 2005a).

Nesse jogo, as lutas sociais sobre as condições naturais são reduzidas à discussão entre interlocutores “legítimos” e responsáveis (cientistas, jornalistas, acadêmicos, ambientalistas, técnicos, burocratas, ONG), em torno dos múltiplos usos das condições naturais (CARNEIRO, 2005, p. 41).

Pode-se, aqui, traçar um paralelo entre essa condição da especialidade técnica como “capital específico” do campo ambiental e o que Lash (1995) denomina como as novas condições estruturais da reflexividade na atualidade, que não se baseiam em estruturas do modo de produção (acesso ao capital produtivo), mas em estruturas de informação e comunicação; as condições de acesso de um agente à reflexividade, na época atual (que o autor denomina de modernidade reflexiva), suas oportunidades de vida dependeriam da sua posição nessas estruturas, e não no modo de produção, como teria sido o caso no capitalismo industrial.

No trecho seguinte, uma integrante de uma ONG conservacionista retrata o domínio do conhecimento técnico como condição para uma participação efetiva em processos decisórios:

Eu acho que na Biodiversitas a gente tinha uma posição interessante, porque ela é respeitada tecnicamente, então, as pessoas escutam. Na realidade, também porque dentro desses Conselhos, o que acontece muitas vezes, é que as pessoas começam a discutir coisas que você tem que ter o mínimo de conhecimento para estar discutindo. [...] A discussão, tudo bem para um Conselho a discussão é muito mais política, mas eu... o mínimo de conhecimento sobre o tema você tem que ter para estar levando uma condição de uma discussão política, não é? [...] Então, às vezes as ONG, no caso da Biodiversitas, ganham algum espaço a mais e até têm alguma credibilidade, porque tem um pouco mais de conhecimento sobre o objeto ali que está sendo discutido. [...] Eu acho que ele [conhecimento técnico] é um suporte importante numa discussão. [...] Eu não estou supervalorizando o conhecimento, mas eu acho que precisa ter conhecimento. (Bióloga, profissional atuante em ONG conservacionistas, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH)

Assim, nas lutas simbólicas pelo poder de imposição de uma visão e um sentido legítimos do mundo natural e social, de uma verdade oficial da realidade social, o uso do conhecimento científico pode servir como estratégia de dominação e desqualificação de interlocutores que não se articulem usualmente nesses mesmos termos. Podem ser excluídas, nesse sentido, concepções concorrentes que apresentem menor peso em processos decisórios, representadas, por exemplo, pelo conhecimento tradicional, o saber local, o vivido.

### 5.3 Relações entre conhecimento técnico-científico e conhecimentos tradicionais

No tópico 3.3, vimos como Ferreira (1999) defende a existência de uma relação harmoniosa no processo de aprendizado social, no qual as coletividades anteriormente apartadas do direito a usar o conhecimento técnico-científico em seu benefício seriam receptoras dele e capacitadas para o seu uso; o conhecimento seria transmitido unilateralmente. Para a autora, tendo em vista a possibilidade de um projeto cultural pactuado, a consequência de maior impacto da ação atual das ONG para a compreensão das mudanças sociais em curso seria o diálogo intenso e o estabelecimento de acordos que visariam à implementação de projetos conjuntos entre categorias extremamente diferenciadas de sujeitos (grupos sociais oriundos das classes médias urbanas intelectualizadas, representantes de ONG, e categorias sociais apartadas da vida cidadã, como ex-sem-terra assentados, ribeirinhos ligados ao movimento de seringueiros, pescadores, roceiros e extratores), com expressões culturais também diferenciadas.

Já Diegues (2000) discute alguns elementos do que seria uma nova ciência da conservação da natureza, esboçando uma nova teoria da conservação, que ele denomina etnoconservação, que estaria sendo construída, de forma incipiente e fragmentada, por diversos indivíduos, em alguns países do “Sul”. Na enumeração de alguns princípios orientadores na elaboração desse novo conservacionismo, o autor rompe a unilateralidade de transmissão ou capacitação de conhecimentos. Solicitando o reconhecimento de saberes tradicionais e a reafirmação territorial desses grupos, menciona que as populações tradicionais seriam “aliadas natas” no exercício da conservação (p. 41), devendo “ser criada uma nova aliança entre cientistas e os construtores e portadores do conhecimento local, partindo de que os dois conhecimentos – o científico e o local – são igualmente importantes” (p. 41), sendo que o “importante seria integrar a visão de cientistas naturais e do especialista local” (p. 42), existindo “grande necessidade de se integrar essas duas contribuições no planejamento e execução de ações conservacionistas” (p. 42). Tratar-se-ia de “administrar visões e interesses humanos” (p. 41), considerando os interesses dos vários atores na tarefa da conservação, como as comunidades tradicionais, grupos urbanos, agricultores comerciais etc (2000, p. 34, 41).

Entretanto, nessa mutualidade de experiência, Diegues (2000), tal como Beck (1995), Viola e Leis (1995; 1998) e Ferreira (1999), também prescreve uma possibilidade de entendimento, ao propor, “para a criação de uma nova ciência da conservação, uma síntese



entre o conhecimento científico e o tradicional” (2000, p. 35), em que se deveriam estabelecer “contratos de manejo entre o Estado e as comunidades locais” (p. 43), “considerando os nativos como parceiros” na conservação (p. 43), devendo tal nova aliança “se fazer também na superação [e não manutenção] das divergências que hoje separam os ecologistas sociais e os preservacionistas” (p. 42). Em tal integração de conhecimentos, Diegues (2000) defende, ainda, que o cientista natural teria a vantagem do uso de sistemas de informação geográfica informatizadas, de bancos de dados e de técnicas taxonômicas, enquanto o saber local contribuiria com os conhecimentos sobre ecossistemas e suas variações, acumulados por várias gerações (Diegues, 2000p. 34, 41).

Diegues (2000) parece apresentar, assim, a proteção da biodiversidade e da diversidade cultural dos povos e comunidades locais, ou seja, o conservacionismo como um objetivo ou esforço consensual e comum do ambientalismo, como um acordo sobre o que seria a definição do problema ambiental. A diversidade cultural, segundo ele, deve ser preservada por ser útil para a conservação da natureza. As populações tradicionais seriam “atores na tarefa da conservação” (p. 41), devendo-se “envolver as populações tradicionais na pesquisa para a conservação como co-pesquisadores” (p. 42). Afirma que a diversidade cultural seria “considerada condição para a manutenção da diversidade biológica” (p. 42), ressaltando “a importância do conhecimento das populações locais [...] para assegurar a diversidade biológica” (p. 36) e a necessidade de “resgatar os sistemas tradicionais de manejo [...], pois essas técnicas têm contribuído significativamente para a manutenção da diversidade biológica” (p. 38). Vale notar que o título do referido texto de Diegues é *A Etnoconservação da Natureza*, e não, por exemplo, *Conservação Étnica na Natureza*.

A ideia de negociação de compatibilidades entre o conhecimento técnico-científico e os conhecimentos locais, com vistas ao estabelecimento de projetos conjuntos para fins de conservação da natureza, é evidenciada nos depoimentos de integrantes de uma ONG conservacionista:

Eu acho que *sob o ponto de vista da conservação* a comunidade indígena é muito importante ainda. [...] Os caiapós eu estou começando a ter medo lá. [...] Porque aquele negócio de tirar mogno não é correto. [...] Mas tem que botar na cabeça do índio o conceito de desenvolvimento sustentável também. [...] Tentar *compatibilizar* isso. [...] Aí vem essa velha discussão, vocês que são da área de antropologia: deve ou não deve aculturar o índio? Eu falo: “Pergunte a eles!” Ninguém pergunta a eles. Na realidade, é muito complexo isso. [...] Essa questão da auto-determinação, não é? [...] Pois é, mas eu prefiro eles decidirem o que eles vão aceitar determinadas vantagens da civilização, do que a civilização impor isso para eles. (Médico, professor

universitário, membro-fundador da ONG Biodiversitas, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH – ênfases adicionadas)

Eu trabalho muito na linha de raciocínio de biologia da conservação. [...] Para você ter uma *atividade compatível* na vizinhança [do parque], você está *negociando* com alguém que vive ali. [...] Então, você tem que começar a *abrir o diálogo*. [...] A Mata de Sossego foi criada para preservar monocarvoeiro. [...] A gente realmente chamou o povo lá. [...] Eles estão querendo ir atrás da marquinha [do parque], fazer cooperativa. [...] É uma forma de eles porem um marketing no produto deles. [...] É como se fosse um selo. [...] A gente podia [...] ajudar a descobrir um produto diferencial. Eu sabia que juntando o trabalho deles com a marca da espécie e eles ajudando a pres[ervar]... isso poderia ser *bom para os dois lados*. [...] E eles fazerem uma *aliança*. [...] Tentando *construir alguma coisa junto*, [...] de uma solução, que resolva de vocês, da agricultura, de aumentar a renda... e resolve o nosso: “Vamos *fazer juntos!*”. [...] O foco nosso é a conservação. [...] Daquele macaco dessa mata. Isso tem que ficar muito claro. [...] Então, mesmo tendo um caráter de participação, você tem que por um limite muito claro. O seu limite de participação. (Bióloga, profissional atuante em ONG conservacionistas, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH – ênfases adicionadas)

É interessante notar também como a integrante da ONG, uma cientista natural (bióloga), enfatiza que a Reserva foi gerenciada por ela; ela era responsável pela Reserva: “[Mata do] Sossego foi uma área que *eu gerenciei*, que *eu fui responsável pela reserva* da Biodiversitas”. Essa concepção de que os cientistas naturais são os principais especialistas responsáveis pela conservação e competentes pela decisão de como as paisagens devem ser protegidas também se expressa em depoimentos de outros profissionais atuantes em ONG conservacionistas:

O Parque Grande Sertão Veredas, que é na divisa de..., noroeste de Minas com Bahia, é *criação estritamente nossa* [do CCN]. [...] A gente começou assim, conseguimos muitíssimas coisas, muitas coisas. Parque do Cipó, por exemplo, foi *iniciativa nossa*. (Dentista, membro-fundador da entidade Centro para a Conservação da Natureza, entrevista em 2002, acervo PHO/FAFICH – ênfases adicionadas)

A [Fundação] Biodiversitas hoje na área... na América do Sul, a fauna da América do Sul, sem dúvidas a Biodiversitas é a *entidade de maior prestígio*. (Médico, professor universitário, membro-fundador da ONG Biodiversitas, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH – ênfases adicionadas)

De forma diferente, no depoimento a seguir, a ênfase da responsabilidade por decisões e definição de objetivos e projetos recai sobre a população local e não sobre um especialista “de fora”, o que volta a prioridade de atuação para a realidade e necessidades locais:

A gente montaria um Centro de Experimentação [e Formação] em Agricultura Alternativa, *voltado para a realidade dos agricultores*, eh... pequenos agricultores do norte de Minas, né? [...] Foi um grande processo de redigestão dessa idéia. Inclusive *com os agricultores*, né. [...] A gente viu primeiro que a área não era adequada, porque ela não era parecida com a *realidade dos agricultores*, eh... do norte de Minas, os pequenos agricultores. [...] Escolhemos uma área [para montar o centro] [...] tendo em vista a realidade do cerrado, dos agricultores, e tal. Os agricultores *participaram ativamente* da escolha da área, da construção daquilo, né, de como seria o sistema de produção, como experimentar. [...] A participação dos agricultores foi crescendo, né. [...] Muito sempre a questão da agricultura, do modelo agrícola, sempre foi muito sólida na ação da instituição [CAA] e o apoio, e uma instituição camponista, né... Nosso papel fundamental é apoiar os camponeses, né, *construir junto com eles*. (Agrônomo e geógrafo, atuante na ONG CAA e em instituições do Estado ligadas à distribuição de terras, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH – ênfases adicionadas)

Diferentemente da relação harmoniosa entre as diversas formas de saber prescrita por Ferreira (1999) e Diegues (2000), os depoimentos abaixo evidenciam, conforme já mencionado, processos de marginalização de formas locais alternativas de conhecimentos em relação a modelos de ciência mais convencionais, incorporados na prática de instituições do Estado e em projetos de desenvolvimento e modernização:

Em Viçosa [Universidade Federal de Viçosa], então, a ditadura, né, da ideologia modernizante. [...] Na Agronomia, então, era completamente hegemônico, né, a ideologia da agricultura moderna, nos insumos. [...] Tanto que [...] eles nos classificavam de *anti-científicos*, né? [...] Ou era poeta, ou era anti-científico, ou era comunista. [...] [No CAA], havia uma forte crítica como a EMATER fazia a extensão rural, como as instituições, a EMBRAPA fazia pesquisa agropecuária; então era uma certa contestação dessas metodologias... [...] convencionais de extensão rural, e do pacote tecnológico, né? Das repercussões ambientais e sociais, da expropriação camponesa. [...] Nós éramos inimigos da EMATER. [...] Eu era execrado na EMATER. [...] E aí ao mesmo tempo o embate com esses pólos de modernização... o Projeto Jaíba. [...] A gente agregava outras coisas que era a questão da falta de *adaptação para a matriz cultural do camponês*. [...] O Projeto Jaíba era assim, uma matriz de domesticar os camponeses para uma outra... para a agricultura irrigada intensiva, intensiva em insumos, intensiva em capital. [...] Um embate muito duro [com o modelo tradicional e o modelo modernizador, o latifúndio e as políticas governamentais contrárias]. (Agrônomo e geógrafo, atuante na ONG CAA e em instituições do Estado ligadas à distribuição de terras, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH – ênfases adicionadas)

O mesmo entrevistado prossegue, refletindo sobre embates entre propostas de ocupação (e de alternativas de produção em projetos de assentamento de reforma agrária) e uma prática autoritária de instituições estatais como o Instituto Estadual de Florestas

(IEF/MG) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), nos quais tende a predominar modelos mais convencionais de ciência:

Nós criamos a gerência de meio ambiente [no INCRA]. [...] [No] Licenciamento Ambiental dos projetos de assentamento [de reforma agrária], [...] muitas vezes o IEF dava laudo contrário [à área ser destinada à reforma agrária], com base em... “não, porque ali tem uma reserva florestal, tem uma biodiversidade, é uma área de ecótono não sei de que...”. [...] E em geral eu batia de frente com o IEF, né, porque [eu] sempre dizia que era possível ocupar aquela área com assentamento, [...] não colocando o meio ambiente como impedimento à reforma agrária, [mas] como um elemento fundamental para orientar a ocupação. [...] Uma resistência, né do IEF, e aí do COPAM também. [...] Trabalhar dentro do INCRA também, com os agrônomos, né, linha dura, que fazem aquela análise agrônômica muito convencional, e acabam às vezes descartando áreas por uma visão tecnicista estreita. [...] Tinha muita resistência desses agrônomos. [...] E aí [eles] tiveram que me incorporar. [...] E aí foi uma baita de... um processo interno, de mexer com a cabeça desses agrônomos. (Agrônomo e geógrafo, atuante na ONG CAA e em instituições do Estado ligadas à distribuição de terras, entrevista em 2005, acervo PHO/FAFICH)

A próxima seção traz uma discussão sobre as representações de natureza, as formas de conhecimento e o pensamento que estão, atualmente, sendo internalizados e praticados, tornados oficiais e efetivos, validados, na atuação de agentes integrantes de órgãos componentes do SISEMA, inserindo-a num contexto mais amplo de disputas sobre as condições naturais.

## **6 A ATIVIDADE DO ESTADO E REPRESENTAÇÕES ESTATAIS DE NATUREZA: O SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (SISEMA/MG)**

Há algum tempo, por volta de 2005, vi em uma rua de Belo Horizonte um outdoor com a propaganda de uma universidade particular sediada nesta cidade, divulgando o seu curso de ciências biológicas. Nele, se destacavam uma imagem do planeta Terra e os dizeres “Estude Ciências Biológicas. Ajude a salvar o Planeta”.

Agora, para realizar este estudo sobre os órgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA/MG), fui algumas vezes às suas sedes. No saguão de entrada do edifício da SUPRAM Central Metropolitana e do Núcleo Operacional de Florestas, Pesca e Biodiversidade do IEF (NOBH/IEF), há guichês de atendimento e cadeiras onde as pessoas aguardam a sua senha aparecer em uma tela em cima dos guichês. Esse saguão e os corredores no interior do edifício são decorados com diversas imagens de animais, vegetais e fungos. Na referida tela, é exibido, repetidamente, um filme de aproximadamente seis minutos, intitulado *Meio Ambiente: Educação e Consciência Ambiental*, que inicia com os dizeres “o presente está em nossas mãos” e com uma imagem do planeta Terra. A imagem do Planeta aparece onze vezes ao longo do filme, algumas vezes amparada por várias mãos e, outra, com manchas vermelhas demonstrando superaquecimento; seguem-se imagens de incêndios florestais e de florestas desmatadas. Os dizeres “envenenamos nosso próprio ar” e “poluímos nossas águas” são acompanhados por imagens de fumaça saindo de chaminés de indústrias poluidoras e por cenas de esgotos, de peixes boiando na água de uma lagoa e de um homem remando um barco em um rio completamente poluído (a única vez no filme em que aparece um ser humano adulto). Em outra cena, aparecem crianças asiáticas pescando em um rio poluído e, em seguida, aparecem os dizeres “maltratamos nossos irmãos”, ilustrados por imagens de animais: um macaco e um leão enjaulados, um elefante acorrentado, uma ave suja de óleo, um papagaio depenado em um caixote, uma foca doente e um veado fugindo de um incêndio. Imagens de um vulcão, de furacões, de áreas atingidas por terremotos e inundações ilustram os dizeres “e a natureza responde assim”. O filme é finalizado com mensagens e imagens positivas e de esperança (“mas ainda há esperança”), chamando a responsabilidade para o espectador (“o final dessa história... depende de você”). Em contraste com as imagens de devastação, são mostradas fotos de animais saudáveis, de paisagens cênicas (como cachoeiras e cursos d'água límpidos), de mãos plantando mudas e de um terreno verde gramado, em contraste com outro, seco e rachado. Veiculando mensagens de paz, esperança e

harmonia, há abundantes fotos de crianças, brincando e sorrindo em meio a plantas e animais: um bebê deitado ao lado de uma muda, outro sentado sobre uma vitória-régia, uma criança com uma borboleta pousada na testa, outra brincando com um coelho e acariciando pintinhos, uma onça pintada em posição de descanso, dois pinguins juntos, dois gatos domesticados brincando e um macaco abraçado a uma pomba.

As representações de natureza apresentadas por essas imagens e dizeres, se não resumem uma cultura dominante que permeia a atuação dos órgãos estatais de meio ambiente de Minas Gerais, ao menos oferecem elementos do que poderia constituir essa cultura. Destaca-se, entre tais representações, a ênfase na dimensão biológica, acompanhada de certo imaginário edênico e da separação entre homem e natureza, com imagens de paisagens cênicas sem a presença humana. Essa ênfase parece levar a certa invisibilização da dimensão social, humana ou de conflito, com pouco reconhecimento das imbricações entre relações sociais e natureza; o homem é retratado como degradador, o que também é transmitido pelas imagens catastrofistas. Impactos de atividades humanas são exibidos como se incidissem apenas sobre animais e vegetais. Destacam-se ainda, como já mencionado, as mensagens de paz, esperança e harmonia.

Analisaremos, dessa forma, nesta seção, as representações de natureza que acompanham a atividade dos referidos órgãos estatais de meio ambiente, articulando-as no contexto dos conflitos em torno das condições naturais.

Vale recordar que as entrevistas analisadas nesta seção foram realizadas com profissionais de áreas variadas (engenharia civil, ciências biológicas, direito e sociologia) e com atuações distintas nos órgãos do SISEMA. A partir dessa variedade, foi possível identificar relações entre a formação profissional dos sujeitos e a sua percepção sobre a instituição, ou seja, em que medida o *habitus* profissional do sujeito, seu quadro de referência, influencia sua adesão ao *ethos* institucional ou sua reflexão crítica sobre ele.

De acordo com Carneiro (2005), a mediação estatal se expandiu, historicamente, como condição necessária à reprodução socioeconômica autocontraditória do sistema produtor de mercadorias, assegurando “o provimento e o uso das condições naturais como condições da produção capitalista” (p. 29). Em perspectiva semelhante, Esteva (2000) nota a observação de Karl Polanyi de que o mercado nacional não surgiu “graças a uma emancipação do controle governamental obtida pela esfera econômica gradual e espontaneamente, e sim, pelo caminho oposto: o surgimento do mercado tinha sido resultado de uma intervenção consciente e muitas vezes violenta do governo” (p. 76).

Já Sachs (2000a) observa como exigências ambientais formuladas, ao final da década de 1980, com a intenção de deter atividades degradadoras do Estado e de agências multilaterais, como Banco Mundial, acabaram por estimular a expansão dessas atividades. No discurso ecocrático que se desenvolveu e se tornou dominante a partir do final da referida década, o domínio ambiental (ou a proteção da natureza) foi apropriado como justificativa para o poder do Estado e sua intromissão nas vidas das pessoas. Capital, burocracia e ciência, grandes forças universalizantes da modernização ocidental, foram declarados, assim, indispensáveis para a tarefa de manter a máquina industrial global operando, expandindo inexoravelmente seus domínios (p. 15). Atribuindo-se a tarefa de “ampliar a abrangência do planejamento” (p. 120) e da regulamentação política do uso dos recursos naturais, os governos almejam “novos níveis de monitoramento e controle administrativo” (p. 129), invocando o “interesse nacional” no “desenvolvimento equilibrado dos recursos”, em nome da proteção da natureza (p. 126). A ecologia, por sua vez, fornecendo a epistemologia de intervenção, se vê reduzida “a um conjunto de estratégias administrativas visando uma eficiência de recursos e gerenciamento de risco” (p. 129).

Questionando, assim, as dinâmicas do modelo de vida industrial e suas soluções intensivas baseadas no capital, na burocracia e na ciência, Sachs (2000a) argumenta que o verdadeiro desafio histórico é “construir sociedades ecológicas com menos governo e menos predominância profissional” (p. 128).

De forma semelhante, Acsehrad (2004) busca ressaltar o papel particular do Estado e do discurso científico na constituição do campo dos conflitos ambientais, ao se integrarem na luta classificatória (entre a Ecologia científica, o Estado e demais atores sociais) pela representação legítima da Natureza e pela distribuição de poder sobre os recursos territorializados. Para esse autor, os movimentos pela justiça ambiental, ao não confiarem no mercado como instrumento de superação da desigualdade ambiental e de promoção dos princípios que entendem por justiça ambiental, procuram evidenciar que mecanismos de mercado – devido a baixos custos de localização de instalações com resíduos tóxicos em áreas onde moram os pobres - e “práticas discriminatórias de agências governamentais” (ACSELRAD, 2004a, p. 26) – incluindo a omissão das políticas públicas favorecendo a ação do mercado - concorrem, de forma articulada, para a “produção da desigualdade ambiental” (ACSELRAD, 2004a, p. 28).

Apoiando a difusão da ideia de “natureza natural”, certas burocracias (agências estatais de meio ambiente) buscam legitimar cientificamente suas práticas, por meio da

“gestão racional dos recursos naturais” (ACSELRAD, 2004, p. 22), limitando-se, por vezes, à ação simbólica de administrar as representações de *natureza* (p. 21). Em um sentido semelhante, Durkheim (2002, p. 59-152), ao elaborar a concepção de Estado e de democracia, argumenta que o Estado seria o órgão do pensamento social, cuja função é a elaboração de representações e deliberações que valeriam para a coletividade e não atuar exteriormente, em movimentos; não executaria nada, mas daria ordens para os indivíduos agirem. Durkheim (2002) atribui ao Estado uma posição privilegiada em oposição à coletividade, qualificando a consciência e as representações elaboradas por ele como consciência especial mais elevada, mais clara, mais elaborada, refletida e cultivada, não se deixando “levar a reboque de todas as correntes obscuras” (p. 113), agindo “com conhecimento de causa” (p. 113), com os indivíduos sendo forçados “a se dar conta do que fazem” (p. 112). Em contraposição, a consciência e as representações comuns da coletividade seriam anônimas, correntes sociais difusas, mais obscuras, confusas, incultas e subterrâneas (permaneceriam “na penumbra do subconsciente” (p. 112), nas trevas), sem origem e sentido definido, tendo algo de espontâneo, automático, irrefletido, cego. As seguintes expressões e qualificativos também explicitam a perspectiva de Durkheim (2002) de que o pensamento elaborado pelo Estado seria superior ao do povo: “pensamento irrefletido da multidão” (p. 129), “para saber o que é mais útil, [o Estado] está em melhores condições do que o povo” (p. 129), o Estado deve subordinar “os sentimentos obscuros do povo” “a idéias mais claras, mais racionais” (p. 130). Ademais, tal exclusão dos sentimentos coletivos difusos se daria por meio da ciência: “Platão [...] sonhava em subtrair a *cit * à desordem e ao excesso por meio da mais sábia constitui o; e s  a concebia baseada na ciência - e não na simples opinião -, [...] a única verdadeira ciência e o único meio de salva o para o homem e a *cit *” (GEORGES DAVY, apud DURKHEIM, 2002, p. LII).

Segundo Acselrad (2004), cientistas desempenham, nos Ministérios do Meio Ambiente, o duplo papel de cientistas-políticos, concorrendo, em muitos casos, para despolitizar as questões ambientais (ACSELRAD, 2004, p. 22). As lutas sociais envolvendo o meio ambiente tendem, dessa maneira, a ser despolitizadas pela cientifiza o das políticas ambientais - sendo a própria despolitiza o uma estratégia de afirma o da distribui o de poder no campo de forças -, num processo em que a ciência, com frequência, embasa a legitimidade estatal de impor a defini o de uma natureza estatizada, integrada ao capital, na inser o do Estado na luta pela apropria o simbólica da base material e determina o das condi es de reprodu o dos ecossistemas (ACSELRAD, 2004, p. 22). Nesse campo de



forças, novas institucionalidades e “formas de participação” constituídas para articular movimentos ambientalistas e Estado podem levar ao obscurecimento de conflitos por meio da pretensão ao consenso pré-construído (p. 22).

O mesmo autor argumenta, ainda, que a *Ecologia científica* se apresenta, no espaço público, como capaz de racionalizar o território, independentemente de paixões e interesses, recorrendo a diferentes estratégias discursivas, como a “afirmação da aplicabilidade de seus conhecimentos, a apresentação do ‘equilíbrio ecológico’ como condição de paz social, o pedagogismo e a difusão de concepções dessocializadas de Natureza, apresentada como pura e não perturbada” (p. 22), a reprovação moral, a argumentação científica de riscos, a patologização de certas práticas e a apresentação de certos atores como capazes de cuidar melhor do equilíbrio ecológico, num embate de sentidos em que artifícios retóricos (como a desqualificação de testemunhos leigos pela remissão à linguagem técnica) são empregados para retirar a legitimidade das denúncias de desigualdade ambiental.

É interessante, nesse sentido, a observação de Sachs (2000a) de que o êxito do movimento ecológico em adquirir o poder de uma força histórica se deve ao seu caráter híbrido. Ao mesmo tempo em que altamente desconfiado da ciência e da racionalidade técnica, baseando sua proposta nas artes, na glória da natureza ou no credo transcendental, os movimentos ambientalistas, ironicamente, apresentam uma base científica, recorrendo a teoremas científicos como *equilíbrio da natureza* ou teorias de ecossistemas que integram física, química e biologia. Numa espécie de antimodernismo científico ou um “resgate tecnocrático do protesto” (p. 122), contestando os fundamentos da modernidade e “sua lógica em nome da própria ciência” (p. 122), é, segundo Sachs (2000a), o primeiro movimento antimodernista que tenta “justificar suas reivindicações usando os próprios meios do inimigo” (p. 122).

Essa ambivalência da ecologia, representada, por exemplo, pelo conceito de ecossistema - um termo técnico lançado nos domínios do metafísico - dá ao movimento ecológico uma dimensão espiritualista e, ao mesmo tempo, uma credibilidade científica, sendo responsável tanto pelo seu sucesso quanto por sua derrota. A teoria ou tecnologia dos ecossistemas, enquanto disciplina científica, acaba por voltar-se contra a ecologia como concepção de mundo, ao representar uma teoria regimental com interesse na manipulação e controle sobre a natureza, de modo que o “movimento que deu adeus à modernidade termina dando-lhe as boas-vindas, sob novo disfarce” (SACHS, 2000a, p. 125).

Vemos se evidenciarem, então, tensões e conflitos entre a prática das agências estatais de meio ambiente - baseadas na validação, oficialização e imposição de uma forma determinada de conhecimento como representação legítima da Natureza - e outros modos de vida, como aqueles baseados em saberes locais ou tradicionais.

## **6.1 O ambiental “e” o social**

Com referência à desintegração procedimental do licenciamento ambiental em Minas Gerais, mencionado no item 2.1.2 deste estudo, Fonseca (2011) observa, no novo modelo de gestão pública ambiental no Estado, uma tendência à separação de competências para apreciação de questões ambientais e sociais. Observou que, em processos de licenciamento de hidrelétricas caracterizados por grande pressão, resistência e conflitos sociais, as instâncias regionais do COPAM (URC) têm compreendido e tratado a dimensão social como externa à política ambiental, restringindo-se ao dever de analisar a parte estritamente ambiental dos processos e desincumbindo-se de atuar sobre as questões sociais concernentes aos licenciamentos, como aquelas que tratam de desapropriações, reassentamentos e negociações de indenização de terras de pessoas ou populações diretamente afetadas por barragens.

Alegando que tais questões são demasiadamente politizadas e apresentam caráter social - e não ambiental -, extrapolando, dessa forma, sua competência legal, o Conselho (URC) assume expressamente a incapacidade institucional de lidar com os problemas sociais. Retiradas da avaliação intrínseca ao processo de licenciamento, as questões sociais são administrativamente deslocadas e inteiramente transferidas para outro espaço institucional (em princípio *não-ambiental*): o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), que passa a ser o responsável exclusivo para tratar delas.

Apesar de tratarem da mesma questão - os impactos causados por uma hidrelétrica -, os processos no COPAM e no CEAS tramitaram, no caso estudado por Fonseca (2011), de forma praticamente independente e sem unidade; a avaliação e o julgamento do Plano de Assistência Social (PAS/Barragem), pelo CEAS, foi um processo formal totalmente desligado do licenciamento ambiental (FONSECA, 2011). De acordo com a Lei Estadual 12.812, de 24 de abril de 1998, o PAS/Barragem é um documento de responsabilidade do empreendedor, que apresenta um cadastramento dos atingidos, o levantamento da área das propriedades atingidas e critérios de reassentamento e reposição de bens expropriados. Para que uma usina hidrelétrica obtenha a Licença de Instalação (LI), o PAS/Barragem deve ser aprovado pelo

CEAS, que também deve comprovar sua implantação para a concessão da Licença de Operação (LO).

Dessa maneira, em casos de licenciamentos de hidrelétricas em Minas, as SUPRAM e URC têm interpretado que a aprovação do PAS/Barragem pelo CEAS exige o órgão ambiental de qualquer deliberação efetiva sobre questões “sociais”. As SUPRAM não propõem - e o COPAM descentralizado não impõe mais - condicionantes de cunho social, entendendo que a “parte social” do licenciamento estaria resolvida com a aprovação do PAS/Barragem no âmbito do CEAS (FONSECA, 2011).

Essa divisão de competências entre o COPAM e o CEAS levou a que uma “des-socialização” do meio ambiente se estabelecesse como diretriz governamental em Minas, com a retirada do “impacto ambiental sobre as pessoas da pauta do debate oficial e decisório acerca da política ambiental em geral” (FONSECA, 2011, p. 142).

Assim como Fonseca (2011) estudou um caso específico de licenciamento ambiental de uma barragem hidrelétrica, em uma URC (a Regional Zona da Mata), o presente estudo também não analisou a prática e a atuação de todas as URC ou SUPRAM do Estado de Minas Gerais. Mas, conforme sugerido por Fonseca (2011), pode-se perceber como a prática de separação entre a dimensão ambiental e social parece constituir uma orientação ou cultura institucional dos órgãos do SISEMA, que tende a identificar “o ambiental” com uma dimensão exclusivamente físico-biótica, levando a um efeito de deslocamento e, por conseguinte, de apagamento das dimensões humana, social e de conflito inerentes aos processos de ocupação do espaço e do território. Veremos adiante como essa cultura também se insere num contexto cultural, político e econômico mais amplo, orientado no sentido de legitimar projetos hegemônicos de desenvolvimento. O depoimento a seguir ilustra bem essa orientação:

**Analista ambiental** - O cachimbo fez a boca ficar torta. [...] Quando se pensa em meio ambiente, imediatamente, nosso modelo mental, e, portanto, modelo político, modelo jurídico, modelo científico, tende a imaginar *bicho e planta*. Tá? Só que esquece que bicho e planta interagem com gente. [...] E a gente aqui é míope para isso, outra vez. A gente não vê esse outro lado. A gente acha que “Pera aí. Nós aqui do meio ambiente temos que cuidar de bicho e planta. Quem cuida de *gente passando fome*, [ou ameaçado de passar fome, ou que perdeu sua tessitura social ou relações tradicionais de séculos], de segurança alimentar é o CEAS”. Isso é uma miopia [...]. É deixado de lado? É. Quer dizer: o olhar sociológico, antropológico, arquitetônico, cultural, é deixado de lado. Turístico; é deixado de lado. Sim. Nós aqui queremos o quê? Quem entenda de bicho, planta e mineração e energia elétrica, porque temos que *dar licença* é para isso [...].

**Pesquisador** - A orientação da SEMAD está sendo no sentido de ficar com atribuição só mais de bicho e planta?

**Analista ambiental** - É.

**Pesquisador** - E a parte social remeter a outro órgão, SEDESE [Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social] etc? A orientação tem sido essa?

**Analista ambiental** - Não. Não tem uma orientação. Assim: “Agora só vamos cuidar de bicho e planta”. Não tem esse nível de orientação. Mas é o que eu digo: *nem precisa*, porque *é uma cultura*. Para quê orientar, *chover no molhado? É uma cultura instalada*. O movimento ambiental ganhou sua força, número um, cuidando de bicho e planta; número dois, batendo em indústria. E o cachimbo faz a boca ficar torta. Constrói modelos mentais que são muito difíceis de serem mudados. [...] O SISEMA é reflexo do que acontece na política e na sociedade. (Analista Ambiental da FEAM, atuando na SEMAD, formação em Direito - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 - ênfases adicionadas)

O sujeito entrevistado identifica, nos órgãos do SISEMA, o predomínio de uma cultura centrada em animais e plantas. O trecho deixa entrever um reconhecimento e uma incorporação, na atuação e prática de tais órgãos, do discurso hegemônico presente na sociedade e no movimento ambiental mais amplo, supostamente óbvio, consensuado, dado. Tratar a ordem estabelecida como autoevidente remete à noção de *doxa* desenvolvida por Bourdieu (2006, p. 164-171), tratada na seção 2.3. Subsumido por esse *ethos* institucional e cultural, o SISEMA tende a não reconhecer como legítimos os discursos alternativos focalizados numa dimensão social, talvez mais humana.

Parece ser justamente por essa absorção, incorporação ou subscrição seletiva que a dimensão social é omitida, rejeitada e invisibilizada, passando, então, a ser tratada como externa à política ambiental, como não constitutiva do meio ambiente.

Não é pretensão deste estudo analisar um caso específico de conflito em um processo de licenciamento ambiental, ainda que um estudo de caso pudesse evidenciar as estratégias colocadas em jogo pelos agentes para deslegitimar concepções concorrentes ou para despolitizar as disputas, por meio, por exemplo, da remissão à linguagem exclusivamente técnico-científica. No entanto, o trecho precedente evidencia um dos processos que podem ter levado Carneiro (2005) a problematizar a especialidade técnica como o capital específico e a linguagem dominante no campo ambiental na atualidade.

É interessante, nesse sentido, a sugestão de Carvalho (2002, p. 61-67) de que o forte imaginário edênico que recai sobre o Brasil e toda a América do Sul é o motivo pelo qual as ideias acerca da ecologia política não tiveram uma recepção mais ampla, não deram o tom à tradição ambiental brasileira. De acordo com a autora, a América do Sul, de modo geral, e o Brasil, em particular, continuam portando uma marca de origem que os identifica como “lugar

natural por excelência” (p. 65), como constituindo reservatórios da biodiversidade do planeta. Essa representação edênica, que se reatualiza no imaginário ecológico contemporâneo sobre esses territórios, teve origem no contexto do descobrimento e colonização do Brasil, sendo abundantes e célebres os relatos das visões paradisíacas, feitos pelos cronistas quinhentistas e dos séculos seguintes, assim como pelos primeiros viajantes que alcançaram a América. Tais relatos descrevem o encontro com um continente que era pura natureza, registrando o deslumbramento desses viajantes diante da exuberância da natureza dessas terras e a confirmação de suas expectativas de encontrar o paraíso terrestre.

A autora aponta, ainda, que essa representação de uma natureza abundante e fértil se mantém viva no imaginário brasileiro, aparecendo como um dos principais motivos de orgulho dos brasileiros. Esse olhar sobre o continente americano e a atribuição de uma aura transcendente ao campo ambiental atua como ponto de atração e conversão para muitos dos que decidem se dedicar à militância ou profissão nessa área.

Assim, uma ênfase exclusiva em “bicho e planta”, se não for uma estratégia consciente ou intencionalmente articulada para deslegitimar concepções concorrentes, ao menos contribui para produzir um efeito de marginalização ou cegueira em relação às pessoas e para colocar em segundo plano a dimensão social dos conflitos ambientais. A importância atribuída às diferentes áreas do conhecimento - ou mesmo certa hierarquia entre elas - pode ser percebida no fato de, no último concurso público, realizado em 2006, para o provimento de vagas nos cargos de analista e gestor de meio ambiente dos órgãos do SISEMA (SEPLAG, 2005), apenas duas, das 550 vagas oferecidas, terem sido para a área de Ciências Sociais (para o IGAM). A maioria das vagas eram para áreas mais técnicas, como Ciências Biológicas, Agronomia, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Engenharia Civil e Geologia, ou não tão técnicas, como Direito, Ciências Econômicas e Geografia.

A identificação dos órgãos de meio ambiente com uma orientação técnica, como se devessem desempenhar atribuições técnicas (e não políticas), se evidencia no depoimento seguinte:

O empreendimento tem três viéses: o político, o econômico e ambiental. Vou dar um exemplo: nós [FEAM] somos o órgão de assessoramento técnico. Nós encaminhamos um parecer técnico a um órgão colegiado. [...] O próprio nome do Conselho é Conselho Estadual de Política Ambiental. Por quê? [...] Nós fazemos a análise técnica, mas temos um componente político, sim, que é retratado muito bem no Conselho, no COPAM. [...] Então, mesmo havendo um componente político, nós mantemos o viés técnico. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Engenharia Civil, atuando em uma SUPRAM - entrevista realizada pelo autor em setembro de 2011)

Uma impressão de marginalidade das concepções sociais em relação à físico-biótica, dentro dos órgãos de meio ambiente, além do uso de uma estratégia de desqualificação dessas concepções, consideradas emocionais, é expressa por um analista ambiental:

O balanço entre o social, o biótico e o físico. Isso sem dúvida, tem [um peso maior]. É biótico e físico mesmo. O social, eles acham que não é coisa mesmo da [FEAM]. [...] Você encontra uma ou outra pessoa mais sensível, mas não é uma coisa que a instituição assume. [...] Na questão de incorporar essa variável social, de verdade, todo o mundo começou a ver isso como um grande problema, que ninguém queria pegar. [...] Nós não tínhamos respaldo, de ninguém praticamente. [...] Nós [Gerência de Energia] trabalhávamos com hidrelétrica. [...] Achavam que a gente era criador de caso. [...] As pessoas falavam na época, não sei se procede: elas [duas analistas geógrafas que realizavam análises socioeconômicas], quando iam defender uma idéia, eram muito *emocionais*. [...] Então as pessoas aproveitavam isso. [...] Dentro da própria FEAM, a gente tinha muita resistência. Tinha uns colegas que achavam que nós éramos doidos, sabe, que nós estávamos criando problema. [...] Nós três lá que, vamos supor, éramos as ovelhas negras. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Sociologia - entrevista realizada pelo autor em setembro de 2011 – ênfase adicionada)

Esse trecho evidencia como o profissional com formação em Sociologia difere dos profissionais com formação em Direito e Engenharia Elétrica com relação à incorporação dos pressupostos da *doxa* do desenvolvimento sustentável. Os dois últimos profissionais - como evidenciado também em trechos transcritos adiante - parecem aderir mais fortemente a esses pressupostos, assumindo uma orientação mais técnica e certa postura desenvolvimentista. O profissional com formação em Sociologia, assim como o sujeito no trecho seguinte, com uma abordagem mais social, resiste e critica elementos da lógica de funcionamento do órgão no qual trabalha. Representando vozes dissonantes, profissionais com essa postura são, por vezes, desqualificados por outros profissionais do SISEMA. O analista ambiental do trecho seguinte identifica uma limitação no olhar de agentes do Estado para apreciar os impactos dos empreendimentos sobre a vida das pessoas; a dimensão social não é competência do meio ambiente, representando, ao contrário, um problema:

Essa importância de ver que mexer com gente vai afetar o meio ambiente, infelizmente eu não vejo. [...] A verdade, que eu sinto, sabe, [...] é que não é muito interesse do Estado verificar esses impactos [sociais]. [...] Falta mesmo o SISEMA ter alguém, ou pelo menos aguçar os técnicos a terem esse olhar, sabe. [...] Tinha que ter um sociólogo no SISEMA. [...] E infelizmente os empreendimentos não veem, as empresas, o próprio Estado não vê isso [impacto em pessoas] como um impacto ao meio ambiente. [...] Falta esse olhar [social]. [...] Eles [a SEMAD] veem isso como um

problema. “Ah, você percebeu isso, não é bom nem colocar, porque isso vai dar problema”, entende? A questão social. [...] Eu já vi depoimentos [...] que o empreendedor ia causar um grande impacto na região, eles propuseram lá um programa de comunicação social, aí o técnico falou assim: “Não. Isso não é meio ambiente. Isso aí a gente não olha.” Entendeu? [...] O olhar. [...] Então, muita gente fala assim: “Nossa! Você olha isso [questões sociais]? Isso não é importante. Isso não é meio ambiente.” Técnicos de SUPRAM [falam isso]. [...] Um dia eu fui na primeira vistoria de uma PCH, que não teve remoção de pessoas. Falaram assim: “O quê que você está fazendo aqui na vistoria? Você não é engenheira, você não tem que fazer vistoria. Eu não vou te levar”. (Analista Ambiental do SISEMA - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

Parece ser esse contexto institucional que leva a tentativas, uma das quais identificada por Fonseca (2011), de tratar a dimensão social como externa à política ambiental, de separar competências na apreciação de questões ambientais e sociais, como estratégia para eximir o órgão ambiental da apreciação das questões sociais, que são remetidas exclusivamente ao CEAS. O próximo excerto evidencia que essas tentativas constituem a orientação geral dos órgãos de regularização ambiental do Estado:

O discurso deles [chefias do SISEMA] é esse [social é com o CEAS]. [...] Eles [separam o social do ambiental]. Que não se separa, né. Não tem como separar. [...] [Dizem ainda]: “Separar, tem que separar”, que “a visão do Estado não é essa” [socioeconômica], que “o Estado quer licenciamento ambiental, não quer análise social”. [...] Na visão [deles], não se pode abordar certas coisas com o empreendedor, porque não é competência de meio ambiente. [...] Eles não estão permitindo mais que se analise o Programa de Negociação Fundiária. Porque acham que é o CEAS que tem que olhar. “Eu não posso olhar, eu não devo olhar, que vai dar problema”. Eles argumentam que a gente está trazendo pro licenciamento ambiental um problema que não é nosso. Entendeu o quê que eu falo? A visão do Estado? É que a questão social é um problema. A visão que foi mostrada pra eles [chefias do SISEMA] é que é assim. (Analista Ambiental do SISEMA - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

Entretanto, pode-se notar que as atribuições do CEAS, regulamentadas em lei, relativas à assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios, são positivas e úteis para essas pessoas, no caso, como será discutido adiante, de ser inevitável que sejam afetadas por empreendimentos hidrelétricos. Dessa forma, a separação de competências para apreciação de questões ambientais e sociais, entre SUPRAM/COPAM (URC) e CEAS, não encerra, em si, um problema, mas algumas deficiências (ou incongruências) podem ser apontadas, como o fato de que o envolvimento do CEAS no licenciamento ambiental se limita a uma fase posterior à aprovação do empreendimento e de que a desintegração de

procedimentos dificulta a participação de determinados grupos sociais, questão discutida no item 2.1.2.

Uma primeira incongruência: as atribuições de assistência social do CEAS se restringem aos empreendimentos hidrelétricos que ensejam a remoção de populações de áreas inundadas por reservatórios. Portanto, outros empreendimentos, como mineração, plantações de eucalipto e implantação de infraestrutura, que também podem provocar impactos na vida das pessoas, não constituem o escopo das atribuições do CEAS.

Em segundo lugar, a assistência social constitui apenas um dos aspectos da dimensão humana, social e de conflito, que não pode ser reduzida a um Plano de Assistência Social. Essa redução é, em parte, a justificativa para remeter a análise da dimensão social dos processos de licenciamento ambiental ao CEAS e eximir o órgão ambiental da responsabilidade de propor ou impor condicionantes de cunho social.

Essa identificação da dimensão social com a assistência social, com “gente passando fome” e segurança alimentar, como citado em um excerto anterior, leva ao desvirtuamento da noção de “social”, com a legitimação da necessidade de projetos de desenvolvimento por meio da estigmatização de pessoas e regiões como pobres e necessitadas.

Vale notar como essa necessidade de assistência pode ser vista como uma carência ou falta criada, uma “incerteza fabricada”, em grande medida imposta por um agente “de fora”, por um empreendimento, que interfere em uma realidade local. Vimos na seção 4.1 como, para Giddens (1995, p. 93), incerteza artificial se referiria a riscos de origem social, criados pelos próprios desenvolvimentos inspirados pelo iluminismo. É nesse sentido que o autor (1995, p. 108-113; 1991, p. 29-37) argumenta que, em uma ordem social destradicionalizadora, em um contexto de incerteza artificial, muitos aspectos da vida cotidiana estariam, nos dias de hoje, se tornando esvaziados de habilidades produzidas localmente, sendo invadidos e substituídos por mecanismos de desencaixe intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas. Desencaixe se referiria, assim, ao “deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (1991, p. 29), em que as relações sociais seriam removidas das imediações do contexto.

Uma confusão entre o chamado meio socioeconômico apresentado nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e questões de competência do CEAS é explicitada nos depoimentos seguintes:



Sempre houve uma discussão, dentro do licenciamento ambiental, [...] de afastar do licenciamento o aspecto assistencialista. [...] E sempre houve alguma resistência, e eu entendo que é até certo ponto correta nesse sentido, de transferir [...] a responsabilidade do poder público, da agenda pública, pro empreendedor privado. O poder público é responsável por serviços básicos de infra-estrutura e de atendimento à população de modo geral. [...] Quer dizer, é papel do licenciamento cuidar dessa carência [de serviços públicos]? Em um primeiro momento, eu vou dizer pra você que não. [...] Mas é difícil estabelecer uma linha divisória entre a competência do licenciamento, nesse sentido, e o assistencialismo. [...] Então, talvez, a dificuldade de estabelecer essa linha divisória entre o que é competência da assistência social, organizada, institucional, e do meio antrópico, da socioeconomia no licenciamento é que tenha criado alguma dificuldade para se traduzir no licenciamento ambiental aquilo que é de competência do empreendedor, que não seria, por exemplo, da agenda pública, do poder público. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Direito, atuando em uma SUPRAM - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

**Analista ambiental:** Essa é a visão das chefias do SISEMA [...]. A visão deles é essa. Que a gente tem que remeter *tudo* pro CEAS. Tudo.

**Pesquisador:** A Socioeconomia ou só o PAS? Tem a parte de socioeconomia que é mais geral, né?

**Analista ambiental:** Aí, você entende, eles não entendem. Eu tento explicar isso, mas ninguém me entende. (Analista Ambiental do SISEMA - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 - ênfase adicionada)

A confusão entre social e assistência social e a remissão das questões sociais ao CEAS parecem estar acompanhadas também do fato de algumas SUPRAM não realizarem análises do meio socioeconômico nos Estudos de Impacto Ambiental, o que confirma a observação de Fonseca (2011) de que as SUPRAM não estão mais propondo condicionantes sociais aos empreendedores. Sobre a falta de análise do meio socioeconômico por parte das SUPRAM, um analista discorre:

Ninguém analisa geralmente [estudo socioeconômico, nas SUPRAM]. [...] [Eles] não têm uma pessoa que faz esse tipo de análise. [...] [Eles] justificam que não há conflitos, que não há essa necessidade, porque é tudo urbanizado, porque já está tudo consolidado, não tem tantos grandes empreendimentos que causem remoção de pessoas. [...] Eu não concordo. Eu acho que desde o desvio de uma linha de trem, até uma PCH, até uma grande mineração, tudo causa impactos ao meio antrópico. [...] Falta alguém lá de cima falar pra eles: “Olha, gente, isso é importante, tem que olhar”. Porque ninguém falou isso com eles. [...] [Nas SUPRAM], há essa carência, né, pelo que eu conversei com os outros técnicos. [...] Muitos falam: “Ah, vai ter isso aqui, eu nem sei o quê que eu faço. O quê que é um programa de negociação fundiária? O quê que eu tenho que olhar?” [...] Eu só consegui analisar meio socioeconômico porque tive abertura. Porque as outras chefias não deixam nem por a mão no processo. “Não. Meio ambiente não é isso, não. Isso não é meio ambiente”. [...] Eles [chefias do SISEMA] não querem que se olhe [a socioeconomia]. [...] As chefias que já tive falavam: “Ninguém olha isso. Por que que você está olhando isso? Você não tem que olhar isso. O Estado

não olha isso”. [...] [Nas SUPRAM] simplesmente não tem essa abordagem [social], não tem essa sensibilidade. [...] [Social] não é meio ambiente pra eles. “Isso não é meio ambiente”. Isso foi deixado claro pra mim várias vezes. (Analista Ambiental do SISEMA - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

O depoimento evidencia também a identificação d’“o social” com a situação extrema de remoção de pessoas afetadas ou impactadas por empreendimentos e como algo que engendra conflito, e não como uma discussão sobre projetos alternativos de sociedade. O mesmo analista continua, relatando como as deficiências nas análises socioeconômicas são decorrentes de uma “cegueira” de técnicos de órgãos ambientais em relação a pessoas possivelmente afetadas por empreendimentos:

E não é só Minas, não. IBAMA, a gente não vê. [...] Eles [IBAMA] deram a licença de um [empreendimento] [...] e eles não consideraram a questão do impacto às pessoas que moram naquela região. [...] Pra eles [IBAMA], não era da conta deles [a questão social]. [...] Simplesmente, estava aqui o pedaço de terra onde vai implantar o [empreendimento], aqui do lado morava uma pessoa. Ele não preocupou em saber se aquela pessoa ia ser afetada de alguma forma. [...] Então as pessoas a jusante desse empreendimento tiveram e têm até hoje o uso da água prejudicado. E isso não foi considerado pelo IBAMA. Nem a questão da remoção dessas pessoas de lá eles consideraram na análise do IBAMA. [...] Simplesmente autorizaram. [...] O IBAMA falou isso numa palestra: [...] Que essa questão socioeconômica não é competência do meio ambiente. Tá vendo o olhar? Eles não enxergam essa questão do conflito. [...] É uma falha, uma deficiência [na análise socioeconômica]. (Analista Ambiental do SISEMA - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

Uma última incongruência clara em relação à remissão de toda análise social ao CEAS, relacionada com a redução da dimensão social à assistência social, é que o CEAS aprecia o PAS apresentado pelo empreendedor apenas na fase de Licença de Instalação (LI), quando o projeto já se encontra em estágio avançado de discussão. Um analista da FEAM com formação em sociologia explica:

A lei [12812] obriga a ter a opção de reassentamento. [...] O CEAS entra com esse papel dele só na LI, porque o empreendedor tem que apresentar um Plano de Assistência Social, na LI. [...] Só que o seguinte: os fundamentos, as premissas, os pressupostos, diretrizes, tudo, tem que ser discutido na LP [Licença Prévia]. Você não pode deixar para discutir essas coisas na LI. Entendeu? A fase mais importante é a LP mesmo. Porque é ali que você vai firmar as bases mesmo do compromisso. Depois, se você quiser ficar inventando coisas, você pode até conseguir, mas é mais difícil. E isso já era o que a gente fazia. A gente já pedia que eles [empreendedores] estabelecessem os critérios de ressarcimento, de indenização, de

reassentamento, se fosse o caso. Na LP. Então, a base pro PAS estava na LP. A superintendente [de uma SUPRAM] me falou: [...] “Esse negócio de questão social, isso é com o CEAS, não é com a gente, não”. [...] Aí eu falei pra ela: “Você não pode esquecer que as bases pro relatório do CEAS têm que ser discutidas na LP, e o CEAS não entra na LP. Então tem a ver, sim. Nós [o SISEMA] temos que participar da questão social, sim; antes [na LP]”. Aí ela falou: “Pois é, mas [tal usina] já está na LI”. Aí eu falei: “Tá, já está na LI, mas o quê que vocês colocaram lá no princípio [na LP]?”. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Sociologia - entrevista realizada pelo autor em setembro de 2011)

O tratamento de questões sociais exclusivamente pelo CEAS ignora, assim, toda a fase de discussões prévias, na qual resistências, disputas e demandas sobre a decisão de concessão ou não da Licença Prévia para empreendimentos podem ser manifestas. As questões são remetidas ao CEAS quando já se pressupõe que a implantação de uma usina e a desapropriação vão ocorrer, que haverá pessoas atingidas por reservatórios. O PAS/Barragem, conforme dispõe a lei, se refere à assistência social prestada a pessoas que habitem imóvel rural ou urbano a ser desapropriado; a pessoas, portanto, já certas de serem atingidas por áreas inundadas por reservatório.

O CEAS não analisa impactos nem avalia ou discute a viabilidade social de empreendimentos. A remissão de assuntos sociais exclusivamente a este Conselho ignora, de certa forma, a alternativa de não execução do empreendimento. Por isso, a observação do analista de que a fase mais importante do licenciamento é a de discussão da Licença Prévia deixa entrever que é na fase de avaliação prévia de impactos, na fase de discussão de decisão sobre a concessão ou não da LP que se decide sobre a viabilidade - social ou de outra natureza - de um empreendimento; é quando a maior parte dos questionamentos e conflitos emergem e demandas podem ser mais facilmente incorporadas.

Omitir, ignorar toda a fase prévia (essencial e determinante) de discussões sobre a viabilidade social de um empreendimento parece constituir, como desenvolvido no próximo item, uma estratégia de contornar resistências, facilitando, assim, a implementação dos empreendimentos. Essa omissão, com a remissão de assuntos sociais a uma etapa posterior à aprovação de empreendimentos, evita a reflexão sobre a viabilidade e a “desejabilidade” deles e está em acordo com o pressuposto do paradigma da modernização ecológica de, ao contrário do que reivindicam os movimentos por justiça ambiental, centrar o debate nos meios, sem questionar os fins.

Outro analista também busca reforçar e afirmar a importância da análise prévia dos impactos sociais de empreendimentos e, portanto, da atribuição dos órgãos do SISEMA de

analisá-los, destacando a necessidade de complementaridade entre a atuação das SUPRAM e do CEAS, demarcando as respectivas atribuições:

A questão da análise prévia, dos impactos, é a SUPRAM. [...] Primeiro, porque o licenciamento, como ele é feito de forma interdisciplinar, a [SUPRAM] consegue ver o todo, né. Por [a SUPRAM] analisar a LP, por ter um estudo de impacto, [...] percebe impactos que pode ser que o CEAS não perceba, né. [...] Será que o CEAS vai lá na vistoria e verifica o que está inviável ou não? [...] [Minha experiência com o CEAS] [...] não foi conjunta, foi totalmente isolada. [...] Tinha que trabalhar junto [SUPRAM e CEAS]. [...] É complementar. Vai fortalecer. [...] Falta essa ligação. Podia até fazer uma vistoria junto. E aí eles darem continuidade a essas ações ligadas ao atingido. [...] [A SUPRAM ficaria] com a questão do impacto do empreendimento ali. [...] Agora, tem as questões que são competência do CEAS. [...] Eu acho que a questão da *assistência social pura* é isso aí: [...] principalmente ligadas à pessoa do atingido. [...] Vai ter remoção de pessoas pra barragem. O CEAS tem que olhar o quê? [...] Vai continuar tendo acesso à educação, acesso à saúde? [...] Vai ter ônibus escolar que vai ficar sem trafegar. [...] Orelhão vai ser prejudicado. [...] Vão ter que dar cesta básica pra esse povo. [...] O quê que ela está precisando? Se é idoso, deficiente físico, se é criança. [...] “Vocês vão levar o idoso pra cidade pra tomar o medicamento, pra fazer hemodiálise?”. [...] Se ela precisa de um apoio na negociação. Ela não entende os trâmites, ela pode ser prejudicada. [...] Ele precisa de um acompanhamento psicológico. (Analista Ambiental do SISEMA - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 – ênfase adicionada)

Diante das incongruências apresentadas, a falta de investimento na devida apreciação e encaminhamento de impactos sobre pessoas ou o tratamento da dimensão social como externa à política ambiental, com a conseqüente desatribuição, por parte das instâncias regionais do COPAM (URC), da competência de atuar sobre as questões sociais concernentes aos licenciamentos, não se justifica.

A transferência das questões sociais para o CEAS aparece como problemática, uma vez que é empregada como estratégia para aliviar conflitos, tensões, resistências e demandas manifestadas no COPAM (espaço legalmente constituído para isso), que evita discutir questões humanas e sociais. Os problemas aparecem quando essa transferência é acompanhada de deficiências na análise da viabilidade social dos empreendimentos e de seus impactos sociais, o que invisibiliza as pessoas envolvidas e os projetos de futuro e de vida que elas sustentam.

## 6.2 Atuações ambíguas: conservar, resistir “e/ou” desenvolver?

O estudo da atuação dos órgãos ambientais estaduais e a análise da perspectiva ou visão de agentes ambientais que trabalham neles evidenciam que essa atuação não é monolítica ou em uma única direção, mas marcada por ambiguidades e mesclagens de atribuições, por vezes contraditórias. Em Minas, essa contradição se expressa já no nome da Secretaria responsável por assuntos ambientais: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Como vimos, a expressão *desenvolvimento sustentável* é constituída por dois termos contraditórios.

Nos órgãos que compõem, hoje, o SISEMA, essa ambiguidade se mostrou particularmente evidente na história de atuação do Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), que, de acordo com Starling (2001, p. 124-127) e Gonçalves (1990), se constitui como um órgão de conservação ao mesmo tempo em que atua no fomento do reflorestamento orientado para a indústria, com desequilíbrio entre essas duas atribuições. O IEF foi criado em 1962, no âmbito da Secretaria de Agricultura, para fomentar a atividade agropecuária do Estado, dando apoio ao Programa Nacional de Papel e Celulose e ao reflorestamento e implantação de distritos florestais voltados para atender à demanda de carvão vegetal para a indústria siderúrgica. Favorecendo, dessa forma, o processo de modernização industrial em Minas, sua atuação foi essencial para os interesses do setor agrícola. As atividades de conservação e proteção de florestas e ecossistemas permaneceram, até o início da década de 1990, relativamente sem importância frente às atividades de fomento do reflorestamento industrial. Apenas a partir de então, depois de uma reorganização institucional e tendo suas atribuições redefinidas, é que sua função na política de conservação e sua imagem de órgão ambiental propriamente dito foram fortalecidas. Passou a desempenhar, por exemplo, a função de secretaria executiva da Câmara de Proteção à Biodiversidade e da Câmara de Atividades Agrosilvopastoris do COPAM, sendo incorporado ao SISEMA em 1998.

Recentemente, o Instituto passou por novas reformas e as atribuições de fiscalização, incluindo aplicação de multas e autuações (que lhe imputavam, ou ainda imputam, uma imagem negativa perante os sujeitos fiscalizados), foram transferidas para a Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada da SEMAD. Desde meados de 2011, há também um novo Diretor Geral, formado em história e que incorpora certa abordagem sociológica à temática ambiental.

Nos trechos seguintes, evidencia-se uma sobreposição de atribuições contraditórias na atuação do IEF:

O IEF é especializado em bicho e planta. Eu lamento que também tenha um viés só de bicho e planta. [...] Mas, para proteger bicho e planta, especialmente planta nativa, o IEF vai continuar firme no fomento florestal, ou seja, oferecer ao mercado estoque de madeira, de carvão de origem vegetal, especialmente para alimentar as siderurgias e a celulose. Junto com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a SEAPA. O IEF fica com que parte? “Você siderúrgica tem de me comprovar que está usando carvão de origem plantada, dentro dos limites previstos na lei”. [...] E o IEF também, a ele incumbe o seguinte: cortou uma nativa, vai ter que repor. [...] Então, no fundo, no fundo, é proteger bicho e planta. Só que umas das estratégias é com a reposição florestal e garantindo estoque de carvão de origem plantada. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Direito, atuando na SEMAD - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

Um analista ambiental do IEF também discorre sobre a imagem ambígua atribuída a esse órgão:

Eu acho positivo sair do IEF fiscalização e monitoramento, pra gente realmente cuidar da conservação dos recursos, para desvincular um pouco a imagem do órgão dessa fiscalização. [...] Muitas vezes a gente ia pedir informação, [e respondiam]: “Não, não sei”. Porque via o carro do IEF e já ficava com medo; porque “Ah, ela vai vir me multar”. Mas na verdade eu estava ali para fazer um trabalho de educação. [...] Vamos trabalhar com conservação; deixa a SEMAD multar, fiscalizar, licenciar. [...] No interior, todo o mundo ama a EMATER, mas o IEF [...] é um carrasco. [...] Eu vejo que um dia a gente pode ficar igual à EMATER. [...] A EMATER é que ajuda o pequeno produtor rural. [...] Não pode ser com a mesma mão que *dá uma multa*, depois vai lá e *dá uma muda*, uma cerca. Parece até um distúrbio bipolar. Aqui no DDCF [Diretoria de Desenvolvimento e Conservação Florestal], trabalhava com fomento, e um dia antes o fiscal chegava lá e multava. Outro dia estava a DDCF lá querendo recuperar área. Fica meio dúvida essa atuação. [...] Demora, mas vai mudar essa imagem. (Analista Ambiental do IEF, formação em Ciências Biológicas - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 – ênfases adicionadas)

Com relação à atuação das SUPRAM, órgãos atualmente mais diretamente ligados ao licenciamento ambiental de empreendimentos de desenvolvimento, se há uma ambiguidade entre as atribuições, por um lado, de prezar pela qualidade ambiental, entendida também em sua dimensão social, e, por outro, de facilitar, descomplicar, ou mesmo garantir, assegurar, a implementação de empreendimentos, de “dar licença”, parece que tem havido, desde o início dos anos 2000, uma ênfase na segunda atribuição. Em outras palavras, empreendimentos são promovidos, facilitados, em detrimento da dimensão social associada à sua implementação.

Já vimos como o processo de descentralização regional das atividades de regularização ambiental, iniciado em 2003, se insere no âmbito das mudanças administrativas mais amplas promovidas pela política *Choque de Gestão* do governo do Estado de Minas Gerais (programa baseado em princípios de gestão privada, com a implantação de instrumentos como os *Acordos de Resultados* e outras medidas também tidas como desburocratizantes e “descomplicadoras”, no sentido de tornar o serviço público mais ágil).

Nesse sentido, veremos, neste item, como as representações de *natureza* que têm acompanhado a atividade dos órgãos estaduais de meio ambiente, com certa tendência a negligenciar a dimensão humana, social, são consequência desse contexto político e econômico mais amplo. O depoimento seguinte é esclarecedor nesse sentido:

Então quer dizer que aqui [SEMAD] deveria ser a Secretaria de Tudo? Secretaria de Estado de Tudo. Não. Eu acho que é possível, por razões de *eficiência funcional*, dividir funções especializadas. Olha: o pessoal do CEAS vai ter o olhar especial da segurança alimentar. [...] Pode acontecer, como eu expliquei, por razões de eficiência funcional. Ter alguém especializado em ver segurança alimentar pode ser interessante. [...] Agora, qual é a melhor solução administrativa? É manter no órgão ambiental essa análise [de impactos sobre pessoas]? Não sei. Mas, olha, quase te digo que... talvez não. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Direito, atuando na SEMAD - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 – ênfase adicionada)

Conforme já explicitado, este estudo não pretende sugerir que o órgão ambiental incorpore as atribuições do CEAS, mas sim compreender a lógica que tem regido a atuação dos analistas ambientais, destacando as implicações da separação entre a dimensão social e a dimensão natural. Pretende chamar a atenção para o fato de que é na função especializada das SUPRAM (de analisar o meio socioeconômico apresentado nos EIA/RIMA e de propor condicionantes aos empreendedores) e das URC (discutir a viabilidade, inclusive social, e os impactos decorrentes de empreendimentos) que se têm manifestado grande parte das deficiências e negligências referentes, particularmente, à dimensão social dos projetos de desenvolvimento.

O mesmo analista reconhece como os órgãos do SISEMA têm precisado se conformar para atender a uma crescente demanda de projetos de desenvolvimento, com o licenciamento ambiental sendo sua principal atribuição:

A gente [SISEMA] fica muito focado na licença ambiental, na regularização ambiental. E em alguns momentos eu penso que a gente perde o olhar da

qualidade ambiental. [O licenciamento ambiental] não pode ser o único instrumento do SISEMA. Ele deixa a gente míope. [...] A gente ficou viciado em licença ambiental. [...] [O licenciamento] tomou conta. [...] Pela demanda. E ele [licenciamento] nos tira energia de planejamento, de pensamento, reflexão, antecipação. Porque quem tem que licenciar não vai ter tempo de pensar daqui a vinte anos. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Direito, atuando na SEMAD - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

Outro analista também se incomoda com esse foco exclusivo no licenciamento:

Porque o foco da SUPRAM é licenciar. É dar licença ambiental pras empresas. Outra coisa: verificação de cumprimento de condicionantes, não é prioridade. Prioridade é licenciamento ambiental, porque o corpo técnico é pequeno. Então a prioridade é desviar todo o corpo técnico pra licenciamento ambiental. [...] Faltam pessoas, a questão do cumprimento de condicionantes, que ainda é falho. Não se consegue verificar o cumprimento de todas as condicionantes, infelizmente. (Analista Ambiental do SISEMA - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

A percepção de alguns analistas de órgãos ligados ao SISEMA (principalmente aqueles com formação em Direito e Engenharia) é que uma das suas principais atribuições é garantir a implementação de políticas de desenvolvimento, evitando que o ambiental seja uma barreira a elas. Para tal, recorrem à ideologia do desenvolvimento sustentável para caucionar suas posições, parecendo aderir e incorporar em suas práticas a lógica da mitigação, ao assumir como inevitável a implementação de empreendimentos.

Como nossa secretaria é Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nosso papel aqui entra nessa parte do desenvolvimento sustentável. O meio ambiente deveria ser preservado sem que atrapalhasse o desenvolvimento. [...] O licenciamento ambiental é importante para *garantir* a questão, dentro desse tripé, a questão ambiental, além da questão política e econômica. [...] Eu acho que ela [a ideologia do desenvolvimento sustentável] está bem representada [nos órgãos ambientais]. [...] A preocupação do órgão ambiental é que qualquer impacto ambiental seja mitigado ou compensado, então [...] o objetivo é que os atingidos sejam relocados para que eles tenham o mesmo padrão de vida ou [...] melhor do que eles tinham originalmente. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Engenharia Civil, atuando em uma SUPRAM, entrevista realizada pelo autor em setembro de 2011 - ênfase adicionada)

Eu acho que a própria proposta da formação do Conselho [COPAM] tem em vista congrega as três perspectivas básicas do conceito de desenvolvimento sustentável. É *premissa* do próprio Sistema. [...] A questão social, a econômica [crescimento econômico] e a proteção ambiental. [...] A própria representação do Conselho tem essa perspectiva. De dar a voz aos diversos segmentos da sociedade civil organizada e também ao Estado, ator fundamental desse contexto. [...] Pra promover o desenvolvimento



sustentável, porque necessariamente ele [Estado] atua nas três agendas que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável. [...] O Estado tem a premissa do crescimento econômico, da proteção da atividade privada, dos direitos fundamentais. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Direito, atuando em uma SUPRAM - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 - ênfase adicionada)

Ora, afirmar que é premissa do SISEMA garantir as três agendas é o mesmo que não questionar a viabilidade e necessidade de projetos de desenvolvimento. Se assegurar o desenvolvimento é uma função previamente fixada, pré-definida, inarredável, do COPAM, então, garantida licença a empreendimentos, as agendas social e ambiental passam a ser sempre negociáveis, reduzidas a discussões sobre o grau aceitável de impactos e à tecnicidade de determinação do padrão adequado de medidas de mitigação e compensação, moldando o modelo de desenvolvimento e flexibilizando qualquer alternativa ou resistência mais rígida a ele. O excerto seguinte é esclarecedor nesse sentido:

O agente econômico minimamente estruturado quer duas coisas: regime jurídico seguro e rapidez. Ele pede só isso: “Eu só quero saber quais são as regras e o mais rápido possível eu quero a licença”. Isso quer dizer o seguinte: que, se eu tenho um regime seguro e concedo uma licença rápida, célere, no tempo que ele precisa, pedindo x, y, z, o agente econômico minimamente estruturado paga x, y, z. Compensa, mitiga, faz o que lhe for pedido. E eles pressionam o governo por isso. Porque eles são agentes econômicos. [...] Então, tem pressão? Tem acordo de resultado pedindo tempo? Tem. Sim. É isso. E o SISEMA tem que se estruturar para dar, na minha visão, a licença com qualidade, no tempo que quem pede a licença precisa. (Analista Ambiental da FEAM, atuando na SEMAD, formação em Direito - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

Os trechos acima ilustram o que Dryzek (2005, p. 75-98) identifica como discurso de racionalismo administrativo, que busca integrar ciência, administração profissional e estrutura burocrática, enfatizando a função de especialistas das ciências ambientais (ecologia, engenharia floresta, geologia, hidrologia) e de gestores profissionais voltados para a gestão ou manejo racional dos recursos naturais. Assumindo como dado o status político-econômico do capitalismo liberal e certa subordinação da natureza às capacidades de solução humanas e subordinação das pessoas ao Estado, as motivações desses agentes são apresentadas como de interesse, ou espírito, inteiramente público. Incluem-se nessa referida racionalidade as agências de controle da poluição, instrumentos regulatórios (como comando e controle, estabelecimento de padrões a serem alcançados), estudos de impacto ambiental, análise de

risco e comissões de especialistas. Nesse sentido, um analista apresenta outros elementos do que constituiria certo Estado de Direito:

Aspectos importantes: *celeridade, objetividade* ... [...] Hoje a questão é muito mais rápida. [...] Eu entendo que o maior desafio [do SISEMA] hoje é conseguir dar respostas da mesma qualidade ou com qualidade melhor ainda, do ponto de vista ambiental. [...] E mais respostas, processar mais pedidos de licenciamento ambiental, de regularização ambiental, num menor tempo possível, de maneira que isso não se torne obstáculo pro desenvolvimento econômico, pro desenvolvimento das pessoas, pra proteção ambiental etc. [...] O desejável é [...] poder submeter a realidade como um todo à *disciplina da norma*. Porque, efetivamente cumprida a norma, tem-se o objetivo de proteção, desenvolvimento, de crescimento econômico etc. Dentro da *melhor harmonia possível*. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Direito, atuando em uma SUPRAM - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 - ênfases adicionadas)

A adoção de uma estratégia de maior flexibilidade na atuação ambiental estatal, no sentido de certa adequação de interesses ambientais a processos econômicos (e vice-versa), é bem retratada no depoimento seguinte:

**Analista ambiental:** Eu, até hoje, não encontrei nenhum princípio melhor [do que o de desenvolvimento sustentável]. [...] Nesse momento, a moda é pensar que desenvolvimento sustentável é desenvolver economia verde. [...] Já foi diferente. Já foi preservar: “Não. Segura. Segura, porque do jeito que está não dá. Diz não, diz não, diz não. Se for dizer sim numa licença, carrega a mão [com condicionantes]”. Já foi assim. A moda já foi outra.

**Pesquisador:** De preservar, resistir?

**Analista ambiental:** Resistir. Essa é uma estratégia um pouco... deu certo durante um tempo, mas muda. Resistir, resistir com a bandeirinha, o que vai *acontecer é o caos*. [...] A resistência, na minha opinião, agora muda pra resiliência. [...] É mudar de estratégia, de resistência para resiliência. [...] Resistência demais quebra. A resiliência é mais forte; no fundo ela é mais conservativa. Só pensar numa régua. Se ela é dura demais, com força demais quebra. Agora, se ela é flexível, é dúctil, vai ser mais difícil. [...] Na minha opinião, é um pouco ingênuo que o sistema ambiental seja considerado uma trincheira onde nós vamos conseguir parar o processo econômico. [...] O *ser humano* vai exigir produção de riqueza. [...] Mas o sistema de meio ambiente pode tornar o agente econômico mais, vamos dizer assim, melhor inserido no processo econômico. [...]

**Pesquisador:** E essa flexibilização tem ocorrido desde quando mais ou menos, no SISEMA?

**Analista ambiental:** Em 2003, eu vim para a SEMAD para trabalhar num processo vigoroso de alterações da legislação. Eu tendo a dizer que desde 2003 que a gente vem mudando essa estratégia. (Analista Ambiental da FEAM, atuando na SEMAD, formação em Direito - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 - ênfases adicionadas)

O trecho chama a atenção também para o aspecto mencionado anteriormente de o SISEMA estar muito focado em licenciamento ambiental, perdendo um olhar ambiental mais amplo. A esse foco se associa outro: aquele no setor produtivo, no processo econômico. Agentes econômicos, seres humanos e processos econômicos são diferentes, destacando-se como relevante, conforme mencionado ao final da seção 5.1, o reconhecimento de clivagens e diferenciações sócio-estruturais entre grupos e sujeitos com diferentes modos de significação e de apropriação do meio ambiente, com problematização da forma especificamente capitalista de apropriação das condições naturais. Esse foco no setor produtivo, no processo econômico, se expressa nos depoimentos seguintes:

É muito difícil trabalhar com meio ambiente num Estado que tem como *vocação principal a mineração*, que hoje está tão valorizada e gerando retorno para a economia do Estado. [...] Então, começa esse embate, do desenvolvimento sustentável porque vêm os interesses econômicos. Isso é claro. [...] A gente vê que a economia é capitalista. (Analista Ambiental do IEF, formação em Ciências Biológicas – entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 – ênfase adicionada)

Hoje eu fico vendo e pensando. A inserção do eucalipto [no Vale do Jequitinhonha] na década de 70. Na cabeça de muitos, inclusive eu já vi chefias do SISEMA falando que no Vale do Jequitinhonha a *vocação é o eucalipto*. (Analista Ambiental do SISEMA – entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 – ênfase adicionada)

A política ambiental no País e em Minas, ela foi montada em cima do conceito que é a “agenda marrom” [...] e da mineração. Qual o conceito da agenda marrom? As indústrias. (Economista, membro-fundadora de uma ONG ambientalista de Minas Gerais, entrevista em 2003, acervo PHO/FAFICH)

O trecho a seguir também evidencia a percepção de certa subordinação, ou condicionamento, da atuação do Estado a interesses econômicos capitalistas, com uma postura empreendedora:

Tem chefias do SISEMA que defendem mais o empreendedor que ele mesmo. Um dia foi falado com o Secretário: “Por que que vocês ficam tão preocupados em defender o empreendedor? Tem FIEMG, tem consultor, tem empreendedor. Por que que o Estado tem que defender o empreendedor?”. [...] [O Estado] defende empresa, mais às vezes que o próprio empreendedor. (Analista Ambiental do SISEMA – entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

Os depoimentos evidenciam um efeito provavelmente propiciado pelas reformas administrativas realizadas recentemente pelo governo de Minas: uma acentuação do

condicionamento e constrangimento da prática de profissionais do SISEMA pelos pressupostos da modernização ecológica. O maior foco no licenciamento ambiental, um instrumento de mercado para atender às demandas de certo setor produtivo, ou seja, maior foco em processos econômicos capitalistas, levam a uma negação de “culturas nas quais premissas não-econômicas regem as vidas das pessoas” e que constituem “um desafio para as premissas econômicas tanto na teoria como na prática” (ESTEVA, 2000, p. 76).

Os problemas aparecem quando, na ânsia de “dar licença” para *um* setor produtivo ou de garantir a implementação de projetos de desenvolvimento (por razões de eficiência funcional, para contornar uma resistência), toda a dimensão social, tratada como externa à política ambiental, é invisibilizada e negligenciada. Alguns depoimentos sugerem como a crescente flexibilização dos procedimentos de licenciamento ambiental, concomitante aos processos de descentralização, é acompanhada de uma também crescente desconsideração pela dimensão social.

Do início dos anos de 1990 até 2005, a FEAM contava com uma Gerência de Energia composta de um núcleo coeso de analistas para a apreciação da dimensão socioeconômica dos processos de licenciamento ambiental. Uma integrante dessa antiga gerência relata:

Esse negócio do social e do ambiental, no nosso setor [Gerência de Energia] nunca teve muito essa separação. Falar de meio ambiente é meio físico, biótico e socioeconomia. No nosso setor não tinha isso [hierarquia entre áreas], não. Inclusive, a socioeconomia de certa forma era às vezes até reforçada. Porque nós tínhamos uma equipe pequena, que só tinha um biólogo, ou dois, um do meio físico e tinha três da socioeconomia. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Sociologia – entrevista realizada pelo autor em setembro de 2011)

Porém, esse grupo se dissolveu em 2005, devido a um grande desgaste ocorrido por causa de alguns processos de licenciamento de hidrelétricas marcados por conflitos, como foi o caso das usinas de Irapé, Retiro Baixo e Capim Branco. Sobre essa dissolução, o analista relata:

Depois dessa mudança, que acabou o nosso setor e tudo, pra te falar a verdade nós ficamos meio sem identidade lá dentro da FEAM, esse pessoal do nosso antigo grupo. Nós ficamos meio perdidos lá, mesmo. Fomos pra um setor, fomos pra outro e tal, mas não tinha muito a ver. [...] Eu acho que a FEAM perdeu muito a identidade dela. Eu não consigo mais identificar a FEAM, para ser sincera. [...] [No princípio], a CEMIG tinha uma equipe boa de ambientalistas. [...] Mas depois teve uma inflexão. Aí eu acho que foi muito quando entrou a questão privada. [...] Quando teve a privatização da

CEMIG<sup>6</sup>, os próprios técnicos da CEMIG falaram pra gente: “O bicho vai pegar, porque a CEMIG não vai querer mais saber de nada social”. [...] A entrada dessas empresas particulares piorou muito o licenciamento ambiental. [...] A CEMIG perdeu mesmo essa visão social, sabe? [...] Acho que hoje nem é [paradigma da] adequação, não. É da *liberação*, mesmo. [...] Já me falaram, [...] tem umas SUPRAM que são assim mais empreendedoras que os próprios empreendedores. [...] Desenvolvimentista. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Sociologia – entrevista realizada pelo autor em setembro de 2011 – ênfase adicionada)

Outro analista observa uma perda na qualidade da análise dos estudos pelas SUPRAM, em comparação com as análises realizadas na “antiga” FEAM:

Na época da FEAM, essa análise [social] era muito mais criteriosa e ela era muito bem feita. [...] Pro atual momento, o que a FEAM fazia era quase, vamos dizer, criminoso. A forma como a FEAM conduzia o licenciamento. [...] A FEAM já tinha uma maturidade na análise. [...] Então essa ruptura trouxe uma perda. Até os técnicos irem aprendendo... Aí quando os técnicos começam aprender vem a rotatividade. [...] Então, quando a pessoa começava a aprender, ela saía. (Analista Ambiental do SISEMA – entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

O reforço dos pressupostos da modernização ecológica na atuação do SISEMA parece ter levado a uma crescente omissão voluntária de seus diretores, no sentido de permitirem que a dimensão social e, portanto, a apreciação do meio socioeconômico de empreendimentos continue ou se torne deficiente. Sendo o processo de descentralização relativamente recente, a confusão e a falta de clareza sobre a quem compete analisar as questões sociais, com o não encaminhamento de uma discussão efetiva sobre a viabilidade social de empreendimentos e a não apreciação do meio socioeconômico, parecem derivar, em parte, do fato de não ter sido repassada para os novos técnicos atuantes nas SUPRAM uma experiência já adquirida e amadurecida pelos técnicos da “antiga” FEAM:

Eu acho que a experiência de quem já fez licenciamento tinha que ter sido repassada para eles [equipes das SUPRAM]. [...] Então eu acho que faltou muito isso [apoio para as equipes]. [...] Eu acho que é uma questão de a direção ser dada para atender determinados interesses. [...] Parece que eles [profissionais de cargos mais elevados do SISEMA] não queriam que a

---

<sup>6</sup> - Em 1995, durante o governo FHC, no âmbito de reformas de liberalização econômica iniciadas no início da década de 1990, por meio das quais se propunham privatizações de empresas públicas nos setores de telecomunicações, energia e mineração, foi realizada uma reestruturação marcada pela privatização do setor elétrico no Brasil. Em 1997, a CEMIG foi parcialmente privatizada, com a venda de um terço de seu capital a um grupo norte-americano, com a criação de uma parceria estratégica por meio da formação de um consórcio entre a Southern Energy International (SEI), a AES e fundos de pensão locais, que adquiriu 33 % das ações com direito a voto da CEMIG (FERREIRA, 2000). Para um breve histórico do setor elétrico brasileiro e sua interface com a dimensão ambiental, ver Pinheiro (2006) e Silva (2008).

experiência da FEAM fosse repassada pras SUPRAM. [...] Então foi uma forma, também, de talvez tirar esse poder do técnico, que a gente com a experiência estava adquirindo. *Facilitar* mais as coisas. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Sociologia – entrevista realizada pelo autor em setembro de 2011 – ênfase adicionada)

Vale refletir, ainda, sobre algumas impressões de analistas do SISEMA sobre a dinâmica de atuação do COPAM. Leituras semelhantes às de Starling (2001), vistas anteriormente, são apresentadas por um analista, que retrata o Conselho como um espaço de articulação com vistas a uma convergência de interesses, em que diversidades “personalizadas” devem, de certa forma, ser diluídas, em que qualquer posição deve ser negociável em nome de um objetivo comum, supostamente impessoal e para o bem comum e de todos:

**Analista:** O COPAM [...] é um espaço de vocalização de interesses. [...] Uma decisão sobre qualquer tema ambiental *precisa ser tomada* nesse espaço. [...] Esse espaço é o *melhor espaço que eu conheço*, [...] para que a vocalização se converta em *articulação*, em função da *obrigatoriedade de decisão*. [...] E isso obriga os interesses a encontrarem um *ponto de equilíbrio*. [...] Uma *articulação de interesses*. [...] Fica mais distribuído [a pressão de interesses e a correlação de forças]. Fica *menos personalizado*. Tem uma chance de ser menos personalizada [a pressão de interesses]. [...] Que isso [um dirigente ceder às pressões da própria origem e público] aconteça no COPAM, eu acho mais difícil, porque todo o mundo lá tem direito a um voto. E, o que é bem importante, todo o mundo lá tem direito a voz, a vocalizar o seu interesse. Sobre proporção: [...] O princípio é que ninguém tivesse força para ganhar, para decidir, a não ser em articulação.

**Pesquisador:** Diálogo?

**Analista:** Diálogo. O modelo ideal é esse.

**Pesquisador:** Negociação?

**Analista:** Que *todo o mundo tenha que negociar*. O COPAM funciona assim? Não. Ele não tem essa proporcionalidade matemática, vamos dizer assim, ideal. [...] E o mais curioso: é que isso *é do interesse de todo o mundo*. (Analista Ambiental da FEAM, atuando na SEMAD, formação em Direito - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 – ênfases adicionadas)

No entanto, conforme já discutido, os compromissos (negociações e decisões) e “sacrifícios inevitáveis”, vislumbrados por Beck (1995, p. 41-45), não se apresentam como simétricos. Alguns sujeitos são sacrificados ou são levados, mais que outros, a ceder, a fazer concessões. Como bem argumenta Fonseca (2011, p. 150), os maiores custos decorrentes da implementação de alguns empreendimentos incidem de forma negativa apenas sobre alguns indivíduos, como aqueles chamados de *atingidos*. Enquanto gastos com deslocamentos físicos e viagens necessários para a implementação de um empreendimento fazem, para o

empreendedor, parte de um investimento, os mesmos gastos com deslocamentos para órgãos onde possam conhecer e reivindicar seus direitos referentes à intervenção do empreendimento em suas vidas são apenas prejuízo para os atingidos.

O mesmo analista ambiental defende uma dinâmica semelhante àquela que Fonseca (2011) identifica como uma tendência à juridificação formalista das decisões do COPAM. Essa dinâmica, na qual há um apego à forma documental ou a um procedimento formal, atua como um mecanismo de exclusão, uma barreira, pois não reconhece a legitimidade ou oficialidade de manifestações não formatadas de maneira jurídica, como as demandas de atingidos apresentadas oral ou informalmente. Não reconhecendo a estratégia de atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens como legítima ou como cumprindo exigências oficiais para participação e inclusão efetivas, uma vez que suas demandas são “informais”, formatadas de maneira não-oficial, o analista afirma:

[Com relação ao MAB] Força política, tem. [...] São excluídos? Porque querem. Pelo menos no COPAM. Se quisessem fazer parte do COPAM, participariam dos processos seletivos e teriam vaga no COPAM. O único requisito é que tenham uma ONG, tenham uma *substância jurídica*, uma *forma jurídica*. É o único requisito. [...] Então, o MAB ou qualquer outro movimento de atingidos por alguma coisa, em torno de qualquer ideal, não participa do COPAM porque não se articulou politicamente para estar lá. [...] Se a hipótese é “existem excluídos no COPAM?”, a minha resposta é: “Bom, pode ser que sim, mas há mecanismos de inclusão que podem ser acionados”. E o Estado, pelo menos eu tenho defendido o princípio constitucional da livre associação. Se associou, tem *forma jurídica legal*, pode participar do processo do COPAM. (Analista ambiental da FEAM, atuando na SEMAD, formação em Direito - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011 – ênfases adicionadas)

São interessantes, nesse sentido, as observações de Clavero (1994, apud LANDER, 2005, p. 28), ao analisar as concepções do universalismo, do indivíduo e seus direitos, no liberalismo clássico e no pensamento constitucional:

O efeito é não a universalização do direito, mas a entronização do próprio universo jurídico, com expulsão radical de qualquer outro. Já não se trata simplesmente de que o indígena se encontre numa posição subordinada. Agora o resultado é que não possui lugar algum se não se mostra disposto a abandonar completamente seus costumes e desfazer inteiramente suas comunidades para integrar-se ao único mundo constitucionalmente concebido do direito. (p. 25-26)

Assim, referindo-se à suposta universalidade das formas jurídicas, Lander (2005) observa como o estabelecimento de uma ordem de direitos universais de todos os seres humanos foi “um passo para exatamente negar o direito à maioria deles” (p. 28).

O trecho de entrevista explicita também certa unilateralidade em processos encaminhados no COPAM. Vimos anteriormente como o COPAM, representando uma materialização do campo ambiental, se configura como um espaço social construído em torno da *doxa* do desenvolvimento sustentável, onde adversários cúmplices jogam o jogo de mitigação e compensação (ZHOURI, 2008, p. 99-101). Vimos também como o MAB, resistindo aos pressupostos da referida *doxa*, não compartilha e, portanto, não adere a esse jogo. Assim, exigir que o MAB tenha uma forma jurídica para participar efetivamente no COPAM é exigir que o movimento seja adequado e atue em função e de acordo com as condições impostas pelo COPAM, que aceite discutir nos termos e na dinâmica oferecidos ou estabelecidos por esse Conselho. Não é considerada a opção de o COPAM se reconfigurar, abrindo-se a variados tipos de manifestações e demandas, informais ou não. Assim, os movimentos sociais é que devem participar do jogo de acordo com as regras dadas, cabendo ao COPAM a prerrogativa de defini-las e de impor condições.

Retratar a participação popular no COPAM dessa maneira significa responder ou atuar prioritariamente com foco e em função de demandas de setores específicos (como o setor produtivo, por exemplo, clientes prioritários do SISEMA), atendendo a condições impostas por eles (como celeridade na apreciação de requerimentos de licenciamento) e não em função da consideração e incorporação de interesses e projetos de uma população mais ampla e do reconhecimento de uma diversidade de formas de interação com o ambiente natural, cujos interesses são difusos, informais, não necessariamente formulados e traduzíveis para a linguagem exigida nos procedimentos de licenciamento ambiental.

Alguns excertos de entrevista chamam a atenção também para o que Carneiro (2005a) identificou como uma autorepresentação hagiográfica do COPAM. Elemento central da identidade dos conselheiros do COPAM quando sua estrutura ainda era centralizada, a representação sobre este Conselho é a de um órgão com grande credibilidade e grande diferencial, que serviu de modelo para a constituição do CONAMA, órgão ambiental do governo federal. Os conselheiros primam por ele se constituir como espaço aberto e democrático de negociação, diálogo e urdidura de pactos entre concepções divergentes, com representação de toda a sociedade, onde problemas ambientais são tratados de forma responsável e avessa a radicalismos, na busca de soluções de compatibilização entre interesses



de desenvolvimento e de defesa ambiental. Outros analistas parecem compartilhar dessas representações:

A participação no Conselho é livre. Então, se eu sou um cidadão que tem opinião contrária a algum empreendimento, eu tenho voz no Conselho, basta eu solicitar a minha manifestação. E o presidente vai deferir a sua manifestação, você vai dar a sua opinião. [...] Essa abertura existe em qualquer momento do procedimento. [...] Então eu acho que essa é uma diferença importante, existe uma abertura direta para a participação de qualquer pessoa interessada. [...] Basta estar presente, basta participar. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Direito, atuando em uma SUPRAM - entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

O COPAM tem essa representatividade de todos os setores da sociedade. [...] O Conselho é heterogêneo, representa toda a sociedade: poder público, setor produtivo e sociedade civil. [...] Inclusive, todas as reuniões em que são julgados os processos de licenciamento são públicas. [...] Então, há transparência e há representatividade. Se um dos vieses, político, econômico ou ambiental, for um mais forte que o outro, aí é característica do próprio Conselho. Apesar de o COPAM ser paritário, nem sempre vão todos os conselheiros. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Engenharia Civil, atuando em uma SUPRAM - entrevista realizada pelo autor em setembro de 2011)

Os depoimentos seguintes contradizem, entretanto, essa representação simplista das dinâmicas no COPAM:

Participo sempre [nas reuniões da URC], mas não é sempre que se pode falar. [...] E os conselheiros percebiam isso. Tem chefia que simplesmente toma o microfone da sua mão e não deixa falar. Isso era notório para qualquer conselheiro lá. Era uma pressão muito grande. (Analista Ambiental do SISEMA – entrevista realizada pelo autor em outubro de 2011)

Foi uma vergonha tudo que aconteceu [as discussões no COPAM sobre um empreendimento]. [...] Assim, de mandar a gente calar a boca, o técnico. Os conselheiros, mandar a gente calar a boca. (Analista Ambiental da FEAM, formação em Sociologia – entrevista realizada pelo autor em setembro de 2011)

Os trechos das entrevistas evidenciam, além da desqualificação do dissenso, das vozes dissonantes, como diferentes percepções sobre a atuação do COPAM são assumidas por sujeitos com formações profissionais distintas.

## CONCLUSÃO

A partir de uma perspectiva que compreende o campo ambiental como marcado por relações de poder e dinâmicas de hierarquização e exclusão, foi feito, neste estudo, um esforço de identificação e compreensão das principais correntes de ambientalismo que se encontram em situação de disputa atualmente no campo ambiental de Minas Gerais. A definição das três correntes principais (o paradigma da modernização ecológica, o culto da vida silvestre e o movimento pela justiça ambiental), por meio da interpretação da maneira como os sujeitos que compõem o referido campo produzem e articulam significados d’“o ambiental” e tratam a dimensão do conhecimento, foi estabelecida para fins de análise e de compreensão de cenários e processos, de forma que representa uma necessária redução da complexidade da realidade mais ampla.

No confronto entre formas diversas de significação e de apropriação do ambiente natural e entre projetos diversos de sociedade, a imposição de uma concepção hegemônica de desenvolvimento sustentável, baseada no paradigma da modernização ecológica, supostamente definida de forma comum e consensuada e que supervaloriza a forma técnico-científica de conhecer, dilui uma diversidade de modos de conceber e de agir junto às condições naturais, modos que apresentam menor peso nos processos de discussão e de deliberação.

A conciliação entre interesses de desenvolvimento econômico e de proteção da natureza por meio de um redirecionamento técnico das atividades econômicas, preconizada pela ideologia do desenvolvimento sustentável, representa uma tentativa de imposição do imperativo do consenso em torno da inevitabilidade e naturalidade da sociedade liberal de mercado moderna. Essa suposição de universalidade, à qual se associa a crença de que o conhecimento técnico-científico é a única forma de conhecimento válida no tocante às questões ambientais, leva à “supressão da política” (RANCIÈRE, 1996, p. 379), na medida em que representa o modo capitalista-liberal de organização da vida como “o fim da História”, numa “sociedade sem ideologias”, na qual se tornaria “desnecessária a política” (LANDER, 2005, p. 22), por não haver alternativas a esse modelo.

Os agentes do paradigma da modernização ecológica, ao centrarem suas ações nos meios disponíveis para o alcance ou a manutenção de um projeto de modernidade supostamente universal e consensual, agindo no âmbito da lógica econômica de mercado e propondo ajustes tecnológicos (medidas de mitigação e compensação), contribuem para a

reprodução dessa mesma sociedade. A forma de organização capitalista-liberal da vida adquire, nesse processo, o status de única forma de vida possível, deixando de “aparecer como uma modalidade civilizatória em disputa com outra(s)” (LANDER, 2005, p. 32), como se não houvesse a possibilidade de escolha entre projetos alternativos de sociedade. Dessa maneira, ao se evitar empreender uma discussão sobre os fins, há uma desqualificação do dissenso e de vozes dissidentes que não aderem às regras do jogo conforme prescritas pelos agentes dominantes do campo.

Os agentes integrantes do Movimento de Atingidos por Barragens, por exemplo, não incorporando, mas, antes, contestando os pressupostos da modernização ecológica, resistem, na prática, à adesão ao jogo de mitigação e de adequação do meio ambiente, reivindicando, ao contrário, uma discussão sobre as finalidades e sobre os projetos alternativos de sociedade.

É nesse sentido que aparecem as tensões e os potenciais conflitos sobre as condições naturais entre as correntes de ambientalismo identificadas neste estudo. As premissas da busca de consensos, da negociação e da participação tendem a despolitizar o debate ambiental e a suprimir as diversidades e alteridades culturais, considerando-as negociáveis e propondo, em nome do objetivo supostamente maior e pactuado de uma sociedade sustentável, que convirjam ou sejam unificadas em um mesmo campo de relações de aprendizado.

A configuração do campo ambiental mineiro, materializado no espaço deliberativo do COPAM, conforme definida por seus agentes dominantes, se mostra, dessa maneira, estruturada por dinâmicas assimétricas de poder, em que, na luta pela apropriação material e simbólica do ambiente natural, são excluídos aqueles sujeitos que não detêm os capitais (técnico, econômico e político) exigidos para uma participação efetiva em processos decisórios ou que não compartilham os pressupostos e as regras do jogo vigentes no campo.

É o que procuram demonstrar os agentes e autores ligados à corrente contra-hegemônica dos movimentos por justiça ambiental. Contestando a inexorabilidade dos projetos de desenvolvimento econômico capitalista e os meios empregados para a sua consecução - necessidade de diálogo e de participação e o estabelecimento de parcerias, consensos e soluções técnicas -, e afirmando a incompatibilidade dos referidos projetos com modos diversos de significação, apropriação e interação com o mundo natural, esses sujeitos buscam evidenciar as injustiças e desigualdades no acesso aos recursos naturais e na distribuição dos riscos ambientais engendradas pela lógica da acumulação capitalista, assimetrias não reconhecidas por agentes da modernização ecológica. Criticam, também, a pretensão de unicidade do conhecimento técnico-científico, que, buscando se fazer reconhecer

como a única forma de conhecimento válida no campo ambiental e, como consequência, destituindo de sentido e rejeitando a legitimidade de outros modos de saber e compreender, opera de forma funcional na lógica de adequação do meio ambiente e de adaptação tecnológica preconizada pelo paradigma da modernização ecológica.

Os agentes e autores dos movimentos por justiça ambiental, ao reconhecerem o conhecimento técnico-científico como capital específico do campo ambiental, questionam a ideia, prescrita por agentes da *doxa* do desenvolvimento sustentável, de uma relação harmoniosa entre formas tradicionais e as formas oficializadas de conhecimento, com recepção e capacitação unilaterais do conhecimento técnico-científico por parte de populações tradicionais. Evidenciam, pelo contrário, que há, nas disputas pelo poder de imposição de um sentido legítimo do mundo natural e social, dinâmicas de marginalização e exclusão de formas locais de conhecimentos em relação a modos convencionais de ciência que acompanham e legitimam projetos de desenvolvimento e modernização. A tentativa de impor às populações locais uma territorialidade, um conhecimento especializado estranho à (e, muitas vezes, incompatível com) realidade local, desloca e esvazia suas práticas específicas de interação e significação com o espaço natural, colocando em risco a ideia de uma sociedade diversa e plural.

Nessa disputa de sentidos, evidenciam-se mais tensões do que convergências entre o movimento de justiça ambiental e a corrente conservacionista de culto da vida silvestre. Foram identificados, na atuação de ambientalistas da corrente de defesa da vida silvestre, alguns aspectos que justificam a sua identificação com o paradigma hegemônico da modernização ecológica e a sua consideração como uma heterodoxia no interior da ortodoxia que o paradigma dominante representa.

O primeiro aspecto concerne à adesão de seus agentes à lógica de funcionamento da modernização ecológica, com a defesa de medidas compensatórias e mitigadoras e o estabelecimento de parcerias para a adequação técnica de atividades de desenvolvimento econômico capitalista.

Outro aspecto é que, na abordagem conservacionista da temática ambiental, efetua-se, tal como no paradigma da modernização ecológica, uma separação entre a dimensão ambiental (natureza) e social ou humana. Seus agentes tendem a identificar o meio ambiente com uma dimensão exclusivamente físico-biótica ou natural, representando a natureza como uma entidade externa e desvinculada da vida social humana. Essa concepção biocêntrica e naturalizadora do mundo natural, além de ocultar dimensões culturais e sociais da realidade

ambiental, tende a retratar as relações entre sociedade e natureza de uma forma simplista e até mesmo com uma visão anti-humanista. Dessa maneira, negligenciando a existência de dinâmicas de poder e marginalização entre sujeitos heterogêneos, com formas diversas de significação e de apropriação do ambiente natural, o ambientalismo conservacionista contribui, tal como a *doxa* do desenvolvimento sustentável, para a despolitização dos conflitos sobre as condições naturais.

Tais são os elementos que permitem entrever que a corrente de culto da vida silvestre está em harmonia com o paradigma da modernização ecológica e em tensão com os movimentos por justiça ambiental.

A análise da atuação e percepção de analistas ambientais de órgãos componentes do SISEMA/MG permite concluir que, de uma forma geral, no balanço de forças subjacentes à disputa, entre projetos diversos de sociedade, pelas condições naturais, a atuação dos referidos órgãos tem constituído um fator de desequilíbrio em favor da imposição de uma agenda hegemônica de desenvolvimento econômico capitalista em detrimento de formas de vida alternativas a esse modelo hegemônico.

As representações de natureza que mais se destacam na atuação dos órgãos do SISEMA/MG e as consequências práticas de sua aplicação podem ser melhor entendidas quando se considera a lógica ou a cultura que orienta e motiva essas representações e atuação. O SISEMA e o COPAM, principalmente a partir da década de 1990, foram institucionalizados e constituídos em torno da *doxa* do desenvolvimento sustentável. Incorporando os pressupostos dessa *doxa* em suas práticas, parece ter se estabelecido o entendimento de que a garantia de uma agenda de desenvolvimento econômico sustentável, como necessidade inquestionável, está entre as principais atribuições desses órgãos. No jogo de mitigação e compensação estabelecido, entre adversários cúmplices, para a viabilização da referida agenda, ocorre como que um esforço de fazer convergir todas as práticas e discussões de acordo com as regras do jogo. Nesse processo, em que os procedimentos se atêm aos meios para atingir resultados pré-definidos, os agentes que não compartilham dessa cumplicidade, que não aderem à *doxa* assim expressa e que reivindicam uma discussão sobre os projetos alternativos de sociedade (as finalidades) são vistos como introdutores de dissonâncias e tensões que perturbam a desejada harmonia do funcionamento do jogo da modernização ecológica.

Parece ser por meio desse mecanismo que a democracia, também contaminada pelos pressupostos dóxicos, se vê reduzida a uma democracia administrativa ou “administrada”

(MIGNOLO, 2004, p. 683), focada em meios como o diálogo, a negociação e a busca por consensos e acordos, em que diversidades culturais são convocadas a se adequar às regras do jogo e convergir em direção ao consenso, o que é diferente de uma democracia plural que discute fins e conduz à manutenção do dissenso, das divergências, do diferente.

É inserindo a atuação do SISEMA na lógica hegemônica da modernização ecológica que se pode melhor compreender as representações de natureza atualmente incorporadas e inscritas na prática de profissionais dos órgãos desse Sistema e as atuais tendências de separação na abordagem das dimensões físico-biótica e social. O social, que em princípio se associa à consideração das pessoas e dos projetos de sociedade que sustentam, ultrapassa a lógica de mitigação e da compensação, remetendo, ao contrário, ao direito de permanência, ao direito de resistência e à diferença. Por ultrapassar a referida lógica e demandar uma discussão a respeito da viabilidade e desejabilidade de projetos de desenvolvimento, a dimensão social é considerada demasiadamente politizada e como algo que engendra conflito, sendo, por isso, tratada como estranha à dinâmica normal e harmônica do COPAM e do SISEMA, externa à competência “ambiental” dessas instituições.

Assim, numa tentativa de suprimir a política e manter as discussões dentro dos limites exigidos pelo jogo de mitigação, a dimensão social, identificada e reduzida à assistência social e tornada negociável e mitigável, é deslocada e remetida exclusivamente ao CEAS, uma instância envolvida apenas na etapa pós-aprovação de empreendimentos de desenvolvimento, afastando a política ambiental de uma reflexão sobre a viabilidade socioambiental deles e da consideração dos projetos alternativos de sociedade.

Apesar de as entrevistas realizadas entre 2002 e 2005 e aquelas realizadas em 2011 não terem sido efetuadas com o mesmo grupo de sujeitos, algumas possíveis continuidades e descontinuidades podem ser identificadas na cultura que permeia a prática de sujeitos ambientalistas entre os dois períodos, particularmente na atuação de profissionais dos órgãos do SISEMA.

Uma primeira descontinuidade é que as tentativas recentes de estabelecer uma separação na abordagem das dimensões social e físico-biótica parecem se traduzir no reforço da predominância de uma visão naturalizadora nos órgãos integrantes do SISEMA. O não reconhecimento do social como constitutivo da competência do “meio ambiente” ou desses órgãos, manifestado por alguns profissionais, com a difusão de concepções dessocializadas de natureza, parece mesmo contribuir para reforçar a especialidade técnica como capital específico do campo ambiental, levando a um efeito de invisibilização, negligência ou

deslegitimação da dimensão humana (consubstanciada nas pessoas afetadas por empreendimentos de desenvolvimento e nos projetos de sociedade que elas sustentam) nos processos de ocupação do espaço. A marginalidade das concepções sociais em relação à dimensão físico-biótica se expressa, por exemplo, na manutenção de deficiências na análise da viabilidade e de impactos sociais de empreendimentos, uma vez que algumas SUPRAM não analisam mais o chamado meio socioeconômico nos procedimentos de licenciamento ambiental e não propõem mais condicionantes sociais a empreendimentos a serem licenciados.

Por sua vez, a incorporação seletiva, por parte de profissionais do SISEMA, dessa cultura que tende a identificar “o ambiental” com uma dimensão exclusivamente físico-biótica, com animais e plantas, reforça o argumento de que o discurso conservacionista naturalizador está inscrito no paradigma da modernização ecológica, como um dissenso funcional (ou um adversário cúmplice) e em harmonia com ele.

A naturalização e, portanto, a despolitização dos assuntos ambientais e as dinâmicas de exclusão de formas alternativas de conhecimento, decorrentes da predominância, nos órgãos do SISEMA, de um discurso técnico-científico ou da promoção dele como única forma válida ou mais importante de conhecimento, parecem estar associadas a uma dinâmica mais ampla de naturalização dos pressupostos da ideologia do desenvolvimento sustentável, ou seja, da *doxa* que essa ideologia representa. Nessa lógica, os projetos de desenvolvimento econômico são assumidos como único caminho possível e inevitável, como uma meta universal e inquestionável, da qual são excluídas formas alternativas de vida e concepções concorrentes de natureza pela afirmação mesma desses pressupostos.

Esse contexto remete a uma segunda descontinuidade na atuação dos órgãos componentes do SISEMA entre os dois períodos de realização de entrevistas. Desde o início da década de 2000, houve uma acentuação da incorporação dos pressupostos da lógica da modernização ecológica na prática dos referidos órgãos.

As reformas gerenciais por que tem passado a Administração Pública em Minas Gerais, desde 2003, foram claramente empreendidas com o objetivo de viabilizar uma agenda hegemônica de modernização orientada pela promoção do desenvolvimento econômico. A proposta de modernização administrativa, denominada *Choque de Gestão*, que se estabeleceu como principal linha de ação governamental, buscou instaurar uma lógica administrativa pautada por critérios advindos do setor privado, orientando-se por um modelo de gestão para a

obtenção de resultados, com vistas a uma maior eficiência e agilidade na execução de políticas públicas.

É nesse mesmo período que são efetuadas as reestruturações do SISEMA, como a descentralização, concebidas a reboque dos mesmos objetivos do novo modelo gerencial do governo do Estado, levando ao fortalecimento da lógica de mitigação e compensação e dos pressupostos da modernização ecológica na prática dos órgãos do SISEMA.

O reforço da lógica de mitigação é particularmente bem expresso na crescente desconsideração, por parte do SISEMA, pela dimensão social e, ainda, pela remissão das questões sociais associadas a processos de licenciamento ambiental ao CEAS, acentuando-se a ideia da inevitabilidade de projetos de desenvolvimento e afastando-se da consideração da possibilidade de escolha entre alternativas de sociedade possíveis.

Outra evidência da maior incorporação dos pressupostos da modernização ecológica é o crescente foco dos órgãos do SISEMA justamente nos procedimentos de licenciamento ambiental, um instrumento de mercado típico da modernização ecológica. Atendendo prioritariamente e com certa submissão a interesses de mercado e de certo setor privado, alguns profissionais de órgãos do SISEMA assumem uma postura empreendedora.

Esses profissionais se mostram dispostos a reconfigurar a atuação desses órgãos, alterar sua forma, se adequar para atender às demandas de um proposta específica e hegemônica de modernidade, apresentada por um setor produtivo específico. Poderiam, ao contrário, abstendo-se da prerrogativa (autoatribuída) de procurar impor condições para o atendimento de demandas de uma população mais ampla, alterar sua estrutura, seus modos de funcionamento, seu pensamento, suas regras e seus procedimentos, no sentido de considerar e destacar modos diversos de vida e projetos diversos de sociedade.

É nesse contexto que as representações de natureza atualmente incorporadas e subjacentes às práticas de profissionais de órgãos do SISEMA podem ser melhor compreendidas. A atuação desses órgãos como garantidores de uma agenda de desenvolvimento sustentável hegemônica, intervindo material e simbolicamente na disputa pelas condições naturais, tem colocado modos alternativos de vida em posição de desvantagem, reforçando uma condição de injustiça e desigualdade ambiental e social.



## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 13, Caxambu, novembro 2002. Disponível em: <[http://www.abep.bnepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_MA\\_ST5\\_Acselrad\\_texto.pdf](http://www.abep.bnepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf)> e <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/22116/14480>>. Acesso em: 6 de maio de 2011.

ACSELRAD, Henri. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a.

BABBIE, Earl. *The Practice of Social Research*. 10 ed. Belmont, CA: Wadsworth/Thompson Learning, 2004.

BECK, Ulrich. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1995.

BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: ed. 34, 2010.

BOTKIN, Daniel. *Discordant Harmonies: a new ecology for the twenty-first century*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Sociologia*. Trad. Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Structures, Habitus and Power: basis for a theory of symbolic power. In: *Outline a Theory of Practice*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARNEIRO, Eder Jurandir. *O Movimento Ecológico de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARNEIRO, Eder Jurandir. A Oligarquização da “Política Ambiental” Mineira. In: ZHOURI, Andréa; LASCHFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005a.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A Invenção Ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2 ed, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CARVALHO, José Carlos; LOTT, Vinícius Freitas; COSTA GREGO, Thiago Alexander. Integração: a concepção do Sistema Estadual de Meio Ambiente em Minas Gerais. In: II CONGRESSO CONSAD de GESTÃO PÚBLICA, 2, 2009, Brasília. Disponível em: <<http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00000084.pdf>> e <[http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Painel\\_22\\_Jose\\_Carlos\\_Carvalho\\_formatado.pdf](http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Painel_22_Jose_Carlos_Carvalho_formatado.pdf)>. Acesso em: 5 de setembro 2011.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

COPAM. SÍTIO INTERNET DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL (COPAM/MG). Disponível em: <<http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam>> e <<http://www.conselhos.mg.gov.br/copam/page/institucional/conselho-231>>. Acesso em: 5 de setembro 2011.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Participação e Cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAGNINO, Evelina. Políticas Culturais, Democracia e o Projeto Neoliberal. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 15, jan.-abr. 2005, p. 45-65.

DE ANGELIS, D.; WATERHOUSE, J. Equilibrium And Non-equilibrium Concepts in Ecological Models. *Ecological Monographs*, 57, 1987.

DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB, 2000.

DRYZEK, John S.. *The Politics of The Earth: environmental discourses*. 2 ed. Oxford: University Press Oxford, 2005.

DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

EHRlich, Paul R. *Population Bomb*. New York: Ballantine Books, 1968.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário de Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos Sociais Contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo Brasileiro. *Ambiente & Sociedade*, Ano II, n. 5, 2º Semestre de 1999.

FERREIRA, Carlos Kawall Leal. Privatização do Setor Elétrico no Brasil. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (Org.). *A Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública*. São Paulo: OCDE/BNDES, 2000. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro\\_privatiz\\_oc de.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_privatiz_oc de.html)>. Acesso em: 23 de janeiro 2012.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS) - FJP & FEAM. *A Questão Ambiental em Minas Gerais: discurso e política*. Belo Horizonte: FJP, 1998.

FONSECA, Camilo Sousa. *A Descentralização do Licenciamento Ambiental em Minas Gerais: a unidade Regional da Zona da Mata*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <[http://opus.grude.ufmg.br/opus/opusanexos.nsf/401ea73efc01934f83256c13006ab709/817b2f30996eddc7832578ff00670f3a/\\$FILE/Camilo%20Sousa%20Fonseca%20-%20disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://opus.grude.ufmg.br/opus/opusanexos.nsf/401ea73efc01934f83256c13006ab709/817b2f30996eddc7832578ff00670f3a/$FILE/Camilo%20Sousa%20Fonseca%20-%20disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: setembro 2011.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo: UNESP, 1995.

GONÇALVES, Múcio Tosta. *Política Florestal e Interesses Agroindustriais no Estado de Minas Gerais: um estudo do Instituto Estadual de Florestas - IEF*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, 1990.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HERMANOWICZ, Joseph C.. The Great Interview: 25 Strategies for Studying People in Bed. *Qualitative Sociology*, v. 25, n 4, Winter, 2002.

INGLEHART, Ronald. Post-Materialism in an Environment of Insecurity. *The American Political Science Review*, v. 75, n. 4, dez. 1981, p. 880-900.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: setembro 2011.

LASH, Scott. A Reflexividade e seus Duplos: estrutura, estética e comunidade. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1995.

LASH, Scott; WYNNE, Brian. Introduction. In: BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. London: Sage Publications Ltd, 1992.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

- LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). *A Ambientalização dos Conflitos Sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. Justiça Ambiental (local e global). In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. Justiça Ambiental, Sustentabilidad y Valorización. In: *Ecologia Política - Cadernos de Debate Internacional*, n° 21, Barcelona. Icaria editorial, 2001.
- MAY, Robert. When Two and Two do not Make Four: nonlinear phenomena in ecology. *Proceedings of Royal Society*, B228, p. 241-266, 1986.
- MIGNOLO, Walter. Os Esplendores e as Misérias da “Ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MILTON, Kay. *Environmentalism and Cultural Theory: exploring the role of anthropology in environmental discourse*. London; New York: Routledge, 1996.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. São Paulo: CERU/FFLCH/USP, 1983. Col. “Textos”, n 4.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). *Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- PINHEIRO, Daniele de Carvalho. *Reestruturação do Setor Elétrico no Brasil e suas Conseqüências no Tratamento de Questões Sociais e Ambientais: o caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Rio de Janeiro, 2006.
- PRAÇA, Lídia. *Reestruturação do Sistema de Licenciamento Ambiental em Minas Gerais: uma análise da Unidade Regional Colegiada – Norte de Minas*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Social da UNIMONTES, Montes Claros, 2009. Disponível em: <[http://www.ccsa.unimontes.br/ppgds/images/dissertacoes/2007/lidia\\_praca.pdf](http://www.ccsa.unimontes.br/ppgds/images/dissertacoes/2007/lidia_praca.pdf)>. Acesso em: 20 de outubro 2011.
- RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Crise da Razão*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- RIBEIRO, Morel Queiroz da Costa. *O Licenciamento Ambiental de Aproveitamentos Hidrelétricos: o espaço da adequação*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/MPBB-7DJPHR/1/disserta\\_o\\_texto\\_final\\_4\\_corrige.pdf](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/MPBB-7DJPHR/1/disserta_o_texto_final_4_corrige.pdf)>. Acesso em 14 de abril 2011.

SACHS, Wolfgang. *Globalization and Sustainability*. Berlin: Heinrich Böll Foundation, 2000. Disponível em: < <http://www.worldsummit2002.org/publications/sachsglobal.pdf>>. Acesso em 18 de dezembro 2011.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário de Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

SAMPAIO, Alexandre Lima. *Conflito Socioambiental no Meio Rural de Minas Gerais: o licenciamento de assentamentos, o Projeto de Assentamento Chico Mendes II e a Reserva Biológica da Mata Escura*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SEMAD. SÍTIO INTERNET DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD/MG). 2011. Disponível em: <<http://www.meioambiente.mg.gov.br/instituicao/integracao-institucional>> e <<http://www.semad.mg.gov.br/instituicao/objetivo-operacional-e-competencias-legais>>. Acesso em: 5 de setembro 2011.

SEPLAG, 2005. Edital SEPLAG/Meio Ambiente N. 04/2005, de 16 de novembro de 2005, do concurso Público para provimento de cargos das carreiras de gestor ambiental e analista ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), 2005. Disponível em: < [www.planejamento.mg.gov.br](http://www.planejamento.mg.gov.br) >. Acesso em: 28 de outubro 2011.

SILVA, Patrícia Pereira da. *A Representação do Movimento dos Atingidos por Barragens na Imprensa Escrita: o caso da hidrelétrica Candonga/MG*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SISEMA. SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD/MG). *Relatório de Sustentabilidade 2009*. Disponível em: <[http://www.feam.br/images/stories/arquivos/sustentabilidade/relatorio%20sustentabilidade\\_valeest e.pdf](http://www.feam.br/images/stories/arquivos/sustentabilidade/relatorio%20sustentabilidade_valeest e.pdf)>. Acesso em: 5 de setembro 2011.

STARLING, Mônica Barros de Lima. *Politizando a Natureza: a experiência democrática na gestão do meio ambiente em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SZERSZYNSKI, Bronislaw; LASH, Scott; WYNNE, Brian. Introduction: ecology, realism and the social sciences. In: LASH, Scott; SZERSZYNSKI, Bronislaw; WYNNE, Brian (Ed.). *Risk, Environment and Modernity: towards a new ecology*. London: Sage Publications, 1996.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R.. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGEN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Unicamp, 1995.  
WEISS, Robert S.. *Learning from Strangers: the art and Method of Qualitative Interview Studies*. New York: The Free Press, 1994.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para Além da RIO-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, Eduardo J. *et al.* (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.

WYNNE, Brian. May the Sheep Safely Graze? a reflexive view of the Expert-lay Knowledge Divide. In: LASH, Scott; SZERSZYNSKI, Bronislaw; WYNNE, Brian (Ed.). *Risk, Environment and Modernity: towards a new ecology*. London: Sage Publications, 1996.

ZHOURI, Andréa. *Trees and People: an anthropology of british campaigners for the Amazon Rainforest*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Department of Sociology da University of Essex, Colchester, 1998.

ZHOURI, Andréa. Ambientalismo e Antropologia: descentrando a categoria de movimentos sociais. *Teoria & Sociedade*, n. 8, 2001.

ZHOURI, Andréa. Árvores e Gente no Ativismo Transnacional: as dimensões social e ambiental na perspectiva dos campaigners britânicos pela floresta amazônica. *Revista de Antropologia*, v.44. n.1. São Paulo, 2001a.

ZHOURI, Andréa. O Ativismo Transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. *Horizontes Antropológicos*, v. 25, p. 139-169, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832006000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832006000100008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 de dezembro 2011.

ZHOURI, Andréa. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e *accountability*: desafios para a governança ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v 23, n 68, outubro 2008, p. 97-107. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300007)>. Acesso em: 21 de agosto 2011.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005a.

ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana Dias; BOSCHI, Bárbara Tavares. *Memória e Prática Política no Campo Ambiental*. Texto não publicado. 2008.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.